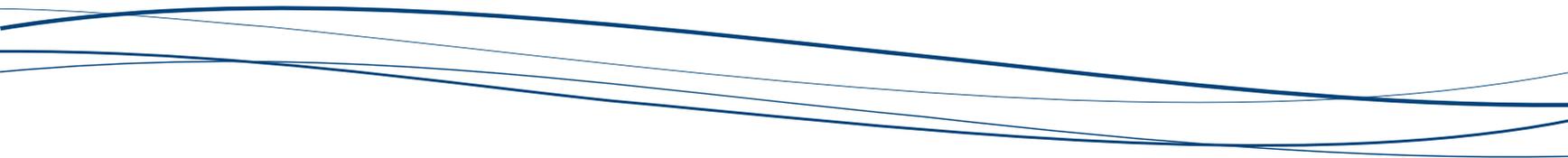




Relatório e Contas | 2008



Águas do Algarve, S.A.
Relatório e Contas **2008**



Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	06
A Empresa	08
Organograma da Empresa	08
Principais Acontecimentos	14

Governo da Sociedade

1 – Missão, Objectivos e Políticas	17
1.1 – Missão	17
1.2 – Visão	17
1.3 – Valores	19
1.4 – Objectivos e Políticas	20
1.5 – Posicionamento e Estratégia Adoptada	20
2 – Modelo de Governo	21
2.1 – Órgãos Sociais	21
2.2 – Estrutura Organizacional	30
3 – Remunerações e Outros Encargos	32
4 – Regulamentos Internos e Externos	33
5 – Informações sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	34
6 – Análise de Sustentabilidade	34
6.1 – Gestão do Capital Humano	34
6.2 – Controlo de Risco	38
6.3 – Investigação, Desenvolvimento e Inovação	40
7 – Código de Conduta e Ética	41
8 – Relatório dos Administradores não executivos	42

Actividade da Empresa

1 – Introdução	47
1.1 – Política de Qualidade	47
1.2 – Comunicação Institucional	47
1.3 – Mecenatos / Protocolos	48
2 – Enquadramento Macroeconómico	48
2.1 – Geral	48
2.2 – União Europeia	48
2.3 – Portugal	48

3 – Enquadramento do Sector	49
4 – Cadeia de Valor	51
4.1 – Abastecimento de Água	51
4.2 – Saneamento	51
5 – Regulação	52
5.1 – Introdução	52
5.2 – Regulação económica	53
5.3 – Regulação da Qualidade de Serviço	54
5.4 – Regulação da Qualidade da Água	54
6 – Análise Económica e Financeira	55
7 – Actividade	59
7.1 – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	59
7.2 – Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	66
7.3 – Investimento e Financiamento	74
8 – Perspectivas para o futuro	75
9 – Considerações Finais	76
10 – Proposta de Aplicação de Resultados	77
11 – Anexo ao Relatório	78
12 – Objectivos de Gestão	79

Contas do Exercício de 2008

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	83
Demonstrações Financeiras	103
Balanço	103
Demonstração de Resultados por Naturezas	105
Demonstração de Resultados por Funções	107
Demonstração dos Fundos de Caixa	108
Relatório e Parecer do Fiscal Único	110
Certificação Legal de Contas	112



Mensagem do Presidente

Senhores Accionistas,

No âmbito das responsabilidades que lhe foram cometidas pelo Estado – Concedente e pelos Accionistas, a Águas do Algarve, SA (AdA) prosseguiu em 2008 como objectivo central da sua actividade o fornecimento de água aos Municípios utilizadores, com garantia de quantidade e qualidade, bem como o tratamento das águas residuais, provenientes daqueles Municípios, de acordo com a legislação aplicável e obedecendo aos mais elevados padrões de protecção ambiental.

Nesse contexto, delimitado pelo referido objectivo fundamental, a Águas do Algarve em 2008 forneceu aos Municípios 68,4 milhões de m³ de água e tratou 34 milhões de m³ de águas residuais gerando naquele ano um volume de vendas e de prestação de serviços de 46.294,0 M€, que comparado com o valor de 40.441,4M€ de 2007, corresponde a um acréscimo de 14,5%.

No entanto, o Conselho de Administração entende dever salientar que desde a criação da Águas do Algarve, o ano transacto foi o primeiro ano em que não se verificou um acréscimo do volume de água fornecido, pelo contrário, no ano de 2008 o consumo de água foi de -1,24% comparativamente com o de 2007, resultando essa redução da conjugação de factores como os investimentos dos municípios na redução das perdas, a estabilização ou mesmo diminuição dos consumos per capita e o comportamento do sector turístico, nomeadamente no 2º semestre de 2008.

Já no que concerne à componente tratamento de águas residuais verificou-se um crescimento de cerca de 27% comparativamente com 2007, devido essencialmente ao facto de em 2008 se ter assegurado o tratamento das águas residuais dos Municípios de Faro e de Portimão durante o ano completo enquanto que no de 2007 se assegurou o tratamento apenas durante uma parte do ano.

Apesar do que antecede, a Águas do Algarve encerrou o exercício de 2008 com resultados líquidos positivos e superiores a 2M€, o que representa um acréscimo de 9% quando comparados com os de 2007. Esses resultados de-

correm não apenas da evolução positiva dos proveitos mas muito principalmente da contenção de custos implementada na AdA, de que são exemplo os custos com pessoal que decresceram cerca de 16.600€, comparativamente com o ano anterior, sendo ainda de salientar que não fora o acréscimo de encargos financeiros suportados, os resultados seriam mais significativos.

Contudo, a actividade da Águas do Algarve em 2008 não se cingiu apenas ao fornecimento de água e tratamento de águas residuais, sendo de destacar, de entre outras, como relevantes:

- Execução de investimentos: Os investimentos executados pela AdA em infra-estruturas de água e saneamento em 2008 ascenderam a 58M€ que devem ser comparados com os 36M€ investidos em idênticas componentes em 2007;
- Barragem de Odelouca: Avanço significativo da sua execução física, permitindo antever que os prazos de conclusão do corpo da barragem e de fecho se manterão conforme previsto para Maio e Outubro de 2009, o que permitiria encaixar as afluências do ano hidrológico 2009/2010;
- Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico: Foram praticamente concluídas as instalações que irão constituir o único Centro de Reprodução do Lince a nível nacional, como compensação ambiental decorrente da construção da Barragem de Odelouca;
- ETAR de Faro Noroeste, ETAR de Vila Real de Santo António e ETAR de Albufeira: Importante avanço na execução destas três importantes infra-estruturas de tratamento de águas residuais o que permite antever a sua entrada em funcionamento no Verão de 2009;
- Micro produção fotovoltaica: Aproveitando o regime de incentivos à microprodução fotovoltaica, a AdA implementou meia centena de instalações o que virá a contribuir para a redução da factura energética das infra-estruturas e equipamentos onde as mesmas se inserem;
- Reutilização de águas residuais para rega: Foi concluído o estudo de viabilidade técnica e económica do projecto de reutilização de águas residuais para rega, nomeadamente de campos de golf, tendo o Concedente autorizado a AdA a exercer essa actividade;
- Fibra óptica: No ano de 2008 a AdA lançou o concurso para o aproveitamento da capacidade excedentária da sua rede de fibra óptica de modo a otimizar os recursos existentes e a gerar proveitos adicionais para a Empresa;
- Revisão dos Contratos de Concessão: Concluídos os trabalhos de preparação novo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Concessão visando suportar a revisão dos Contratos de Concessão dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais;
- Reorganização da Empresa: Iniciou-se o processo de reorganização interna da AdA visando a sua preparação para o futuro próximo, decorrente do fim do ciclo dos investimentos iniciais e do reforço da sua orientação para os desafios subjacentes à optimização das actividades de exploração.

Senhores accionistas, o ano de 2008 para a Águas do Algarve caracterizou-se não apenas pelo reforço da sua sustentabilidade Empresarial mas também por um conjunto de factos relevantes que marcaram positivamente a sua actividade, o que só foi possível pelo empenho dos seus colaboradores e pela colaboração e apoio prestado pelos accionistas AdP, SGPS e Câmaras Municipais bem como do revisor Oficial de Contas, e que o Conselho de Administração entende dever realçar por terem sido fundamentais para os resultados alcançados.

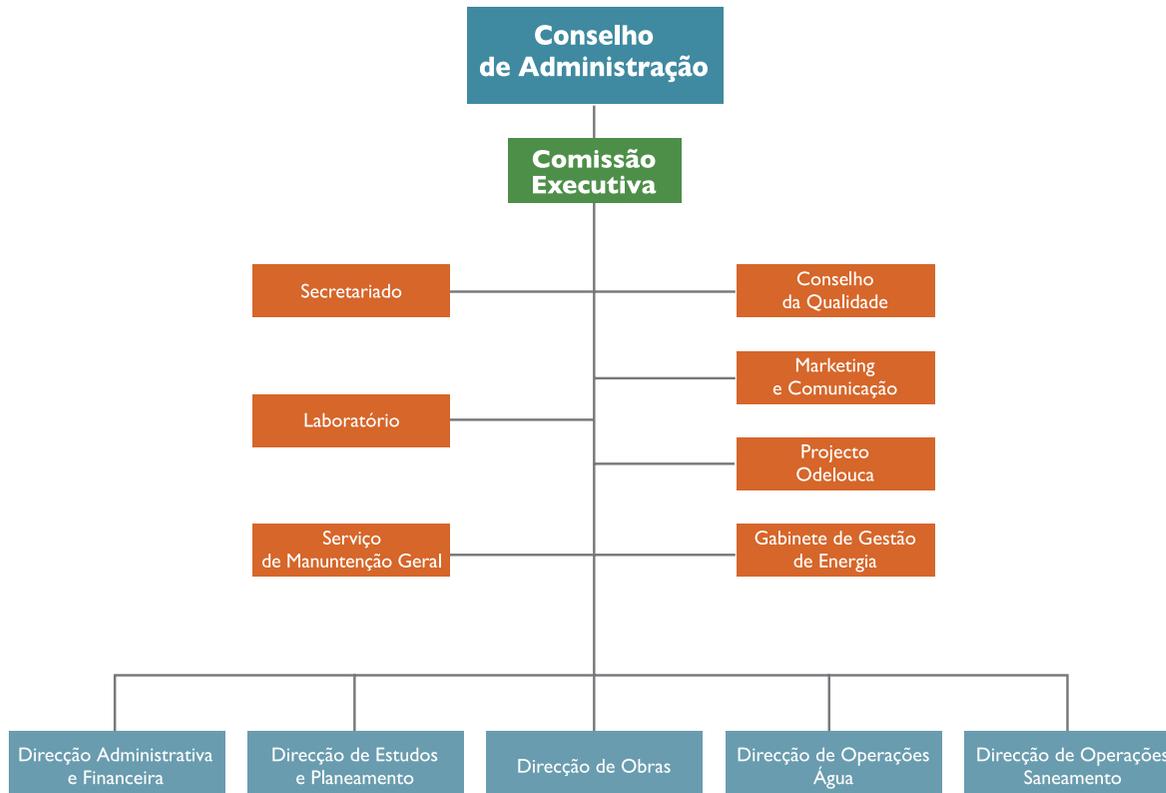


Joaquim Marques Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

A Empresa

Organograma da Empresa

A organização interna da Sociedade está estruturada da seguinte forma:

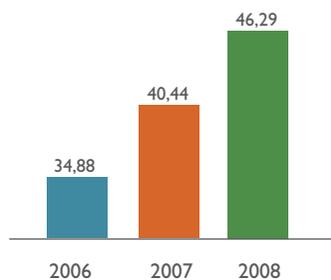


Síntese de Indicadores

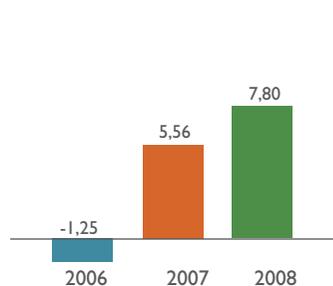
Síntese de Dados / Indicadores	2006	2007	2008
Capital Social (€)	29.825.000	29.825.000	29.825.000
Capital Próprio (€)	36.819.515	38.814.657	38.990.029
Imobilizado Bruto (€)	311.243.607	403.770.571	462.586.832
Activo Líquido Total (€)	312.275.753	383.258.777	435.869.461
Volume de Negócios (€)	34.881.274	40.441.488	46.294.308
EBITDA (Cash Flow Operacional) (€)	13.731.780	20.547.084	25.137.564
EBIT (Resultado Operacional) (€)	-1.245.959	5.555.648	11.555.970
Resultados Antes de Impostos (€)	-190.382	2.670.402	2.861.040
Resultado Líquido do Exercício (€)	-116.713	1.885.399	2.055.376
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	-0,3%	4,9%	5,3%
Rendibilidade do Activo (%)	-0,04%	0,49%	0,47%
Autonomia Financeira (%)-corrigida dos sub-investimento	19,7%	44,3%	54,8%
Prazo Médio dos Recebimentos (dias)		95,68	94
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	171	177	180
Nº de Municípios Abastecidos	15	15	15
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	4.995	4.995	4.995
População Residente na Área Abrangida	395.218	395.218	430.959
Abastecimento			
Nº de Municípios	15	15	15
População Servida	379.004	387.314	400.175
Cobertura do Serviço (%)	97	97	95
Volume de Água Produzida (103 m ³)	61.726	70.124	69.239
Volume de Água Vendida (103 m ³)	61.0550	69.217	68.356
Tarifa (€/m ³)	0,4022	0,4106	0,4260
Investimento (€)	14.248.452	11.755.962	31.632.763
Subsídios ao investimento (Acumulado)	136.552.120	151.824.891	171.391.109
N.º Pontos de Entrega	59	62	63
Estações Tratamento Água em Exploração	4	4	4
Rede Adutora (Km)	399	421	430
Saneamento			
Nº de Municípios	11	14	14
População Servida	186.436	288.940	287.902
Alojamentos com serviço em alta disponibilizado	129.626	194.076	201.343
Efluente Tratado (103 m ³)	23.620	26.486	38.798
Tarifa (€/m ³)	0,4428	0,4521	0,4900
Investimento (€)	30.014.698	24.621.026	26.177.830
Subsídios ao investimento (Acumulado)	16.426.840	23.720.070	32.249.946
Estações Tratamento Água Residual em Exploração	44	52	55
Rede Colectores (Km)	162	274	289

Elementos Económicos e Financeiros (Milhões de Euros)

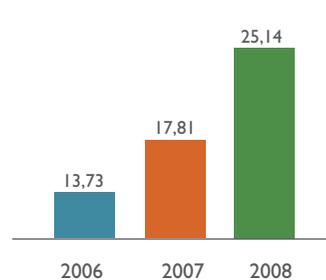
Volume de Negócios



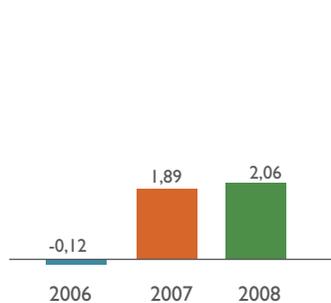
Resultados Operacionais



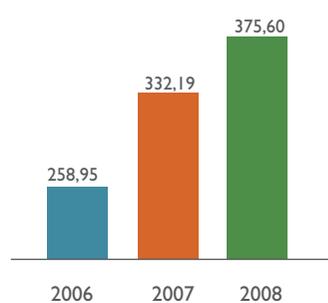
EBITDA



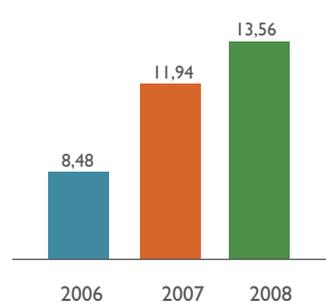
Resultados Líquidos



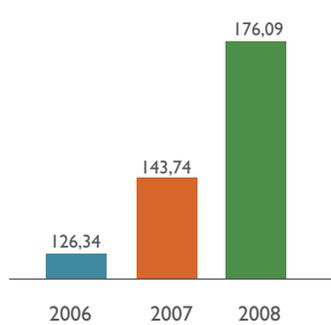
Imobilizado Corpóreo



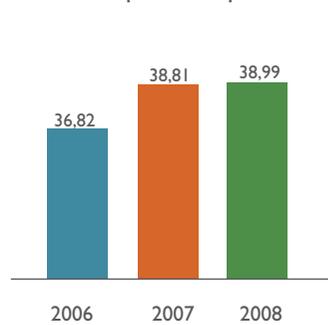
Dívida de Clientes



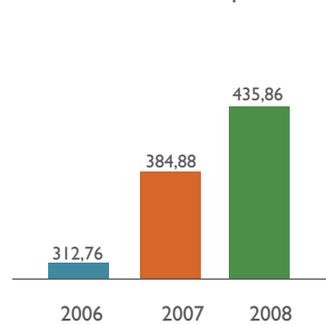
Dívida Bancária Total



Capitais Próprios

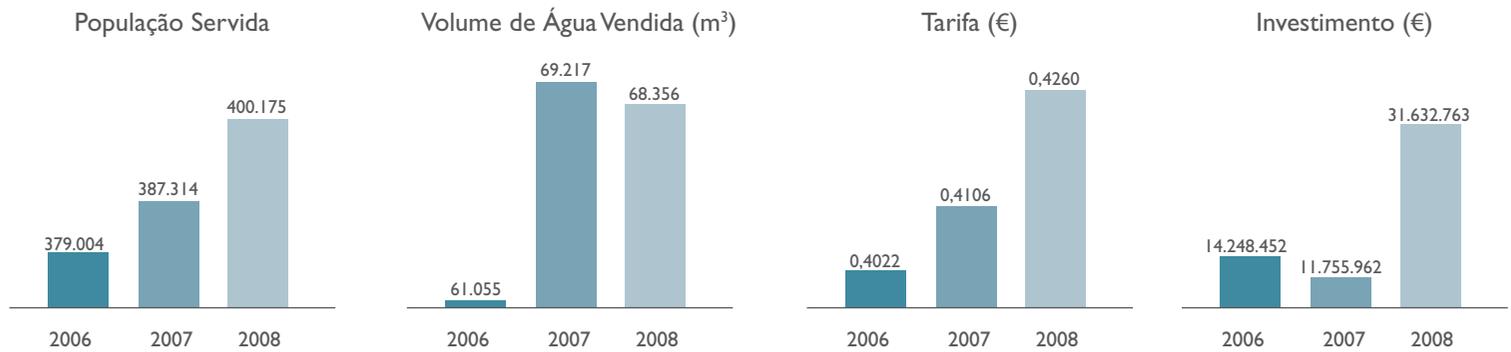


Activo Total Líquido

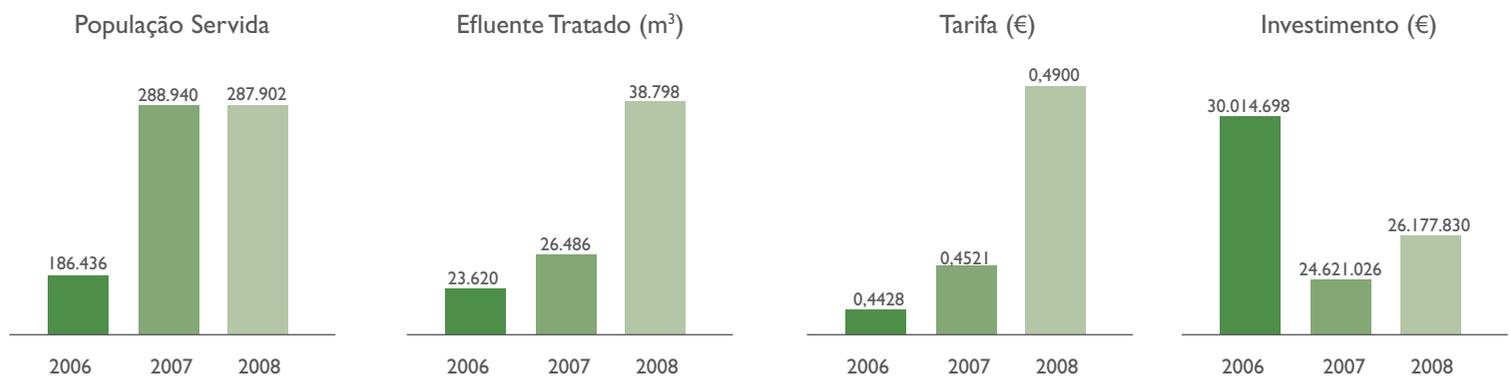


Elementos de Actividade

Abastecimento de Água



Tratamento de Efluentes



Principais Acontecimentos

Os principais acontecimentos em 2008 podem ser resumidos da seguinte forma:

1- Instalações Concluídas

Na área do **Saneamento** foram concluídas as seguintes obras:

- Construção da ETAR de Alferce;
- Conduta Elevatória dos Pescadores – Fase 1;
- Desvio da Conduta Elevatória CEI – ETAR Poente de Olhão;

Na área da **Água** para consumo Humano:

- Ligação do Concelho de Monchique aos Sistemas Multimunicipais - Lote I;

De referir nesta área o forte esforço de investimento feito na Barragem de Odelouca.

2- Aquisições de Infra-Estruturas

Processos em Curso – Municípios de Castro Marim, Tavira (excepto Cachopo) e Vila Real de Santo António.

3- Estabilização do Consumo Água

A partir do corrente ano de 2008 poderemos notar que se concretizou a consolidação do Sistema, havendo como se pode observar no gráfico em baixo (excepção feita a 2005 ano da seca) uma estabilização dos consumos da Água; por um lado fruto da concretização da quase totalidade das obras estipuladas no Contrato de Concessão e por outro lado a novos hábitos de utilização da água face à sua cada vez maior escassez. O ano de 2005 foi um ano de seca em Portugal.

Evolução dos Consumos (m³)

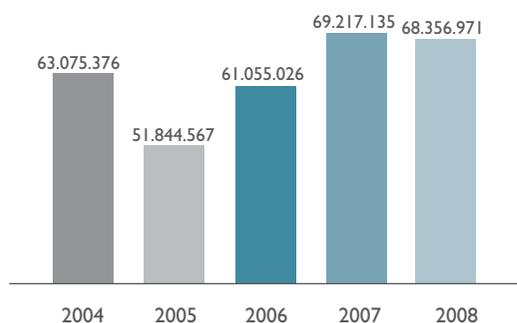


Gráfico 1 - Evolução dos consumos de Água

4 - Crescimento do Saneamento de Águas Residuais

Em contrapartida com a área da Água, o volume do Saneamento teve um acréscimo de cerca de 27%, motivado pela entrada em funcionamento de alguns Sistemas e fruto do forte investimento da Empresa nesta área.

Evolução dos Caudais Facturados (m³)

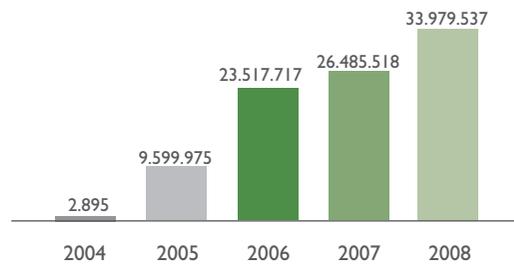


Gráfico 2 - Evolução dos Caudais Facturados

5- Reorganização da Empresa

Com o objectivo de acompanhar o crescimento verificado nos últimos anos, quer em investimento, quer em recursos humanos e materiais, está a ser preparada a reorganização da Empresa que foi aprovada em Conselho de Administração a 19 de Dezembro de 2008.



Governo da Sociedade





Governo da Sociedade

I – Missão, Objectivos e Políticas

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., Sociedade concessionária dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve, foi criada em 2000 por fusão das Empresas Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A., através do DL 168/2000 de 5 de Agosto.

I.1 - Missão

Enquanto concessionária, a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., assegura uma Missão de serviço público de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assumindo desde sempre, o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando numa perspectiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas socialmente sustentáveis.
- Adequar os recursos técnicos e humanos, apenas ao estritamente necessário e ao desenvolvimento da sua actividade bem como aos compromissos assumidos;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da Região em que se insere, adoptando políticas e práticas responsáveis;

I.2 – Visão

No final de 2006 chegou ao seu termo o período de programação do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período 2000-2006 (PEAASAR). Este plano estratégico desempenhou um papel essencial na estruturação de todo o sector de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas em Portugal, e na definição das prioridades relativas à utilização dos fundos comunitários no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, de que foram beneficiárias as concessionárias de sistemas multimunicipais.

Subsistindo, apesar dos progressos muito significativos que foram alcançados, problemas por resolver no sector; e estando em preparação um novo ciclo de fundos comunitários relativo ao período 2007-2013, consubstanciado no QREN, impunha-se a actualização daquela estratégia. Neste sentido, o Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional determinou, com o seu Despacho n.º 19 213/2005, de 10 de Agosto, a elaboração de um novo PEAASAR, agora para o período de programação dos fundos comunitários do QREN.

A Estratégia ficou definida para o período 2007-2013, aprovado pelo Despacho 2339/2007, de 28 de Dezembro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro, assenta no pressuposto de que o preço justo da água deve cobrir os custos do serviço, através de tarifas socialmente aceitáveis e escalonadas de forma a contribuir para o seu uso eficiente e para a protecção do ambiente, como forma de garantir a sustentabilidade do sector. A Estratégia parte de duas condicionantes, designadamente a necessidade de compatibilizar as tarifas com as condições socioeconómicas das populações e de concluir os investimentos necessários para se atingirem níveis de atendimento com a qualidade exigida e para que se cumpram as obrigações decorrentes da legislação e das boas práticas ambientais.

Este novo PEAASAR define objectivos e propõe medidas de optimização de gestão nas vertentes em “alta” e em “baixa” e de optimização do desempenho ambiental do sector; e clarifica o papel da iniciativa privada. Visa ainda a racionalização dos custos a suportar pelas populações e estabelece os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária.

São definidos os grandes objectivos estratégicos e as respectivas orientações que devem enquadrar os objectivos operacionais e as medidas a desenvolver no período 2007-2013, designadamente, a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do sector e a protecção dos valores ambientais.

A Estratégia define objectivos operacionais, nomeadamente servir cerca de 95 % da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água e servir cerca de 90 % da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70 % da população abrangida. Pretende-se ainda que seja garantida a recuperação integral dos custos dos serviços, contribuindo para a dinamização do tecido Empresarial privado nacional e local.

Para a consecução destes objectivos prevê-se a adopção de um conjunto de medidas, de que se destacam a realização dos investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas em “alta” e à continuação da infra-estruturação da vertente em “baixa”, com especial enfoque nos investimentos, visando a articulação entre ambas as vertentes, a revisão do enquadramento legal e regulatório, a integração territorial e funcional de sistemas multimunicipais vizinhos e a integração territorial das “baixas”.

A Estratégia aposta ainda na implementação das disposições da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Lei - Quadro da Água, directamente relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais e incentivar o uso eficiente da água e o controlo e a prevenção da poluição.

Os investimentos a realizar em sistemas multimunicipais e intermunicipais que serão objecto de financiamento no período são estimados na ordem dos 1.600 milhões de euros, dos quais 700 milhões elegíveis aos apoios do QREN. Na vertente em “baixa”, a estimativa dos investimentos prioritários a realizar no período 2007-2013 é da ordem dos 2.200 milhões de euros, dos quais 1.400 milhões elegíveis.

São estabelecidas orientações e fixados objectivos de protecção de valores ambientais no contexto da actividade do sector, com particular destaque para as boas práticas ambientais e para a gestão integrada dos recursos hídricos, o uso eficiente da água, a gestão das águas pluviais numa perspectiva ambiental, a gestão das lamas produzidas nas ETA e nas ETAR, a problemática do tratamento de efluentes industriais, com particular destaque para os efluentes agro-industriais, a eco-eficiência energética, a gestão patrimonial de infra-estruturas, as exigências ambientais a nível da contratação e a monitorização ambiental.

A Estratégia aposta decisivamente num envolvimento significativo do sector privado, tanto a nível da gestão como financeiro, sem prejuízo do papel estratégico reservado às Empresas concessionárias de sistemas multimunicipais do grupo Águas de Portugal – SGPS,S.A., enquanto instrumentos das políticas públicas para o sector e clarifica os domínios e formas da sua intervenção, ao mesmo tempo que define medidas visando aumentar a concorrência e tornar o processo de participação mais competitivo e transparente.

I.3 - Valores

A integridade, a honestidade, a responsabilidade, a transparência, a sustentabilidade, a inovação e a excelência são os princípios éticos que norteiam as acções da Águas do Algarve, S.A;

A Integridade/Honestidade, manifesta-se:

- Pela salvaguarda da integridade física e moral dos nossos colaboradores e de todos quantos com a Empresa colaboram, não permitindo qualquer forma de coacção física, moral ou psicológica nem comportamentos ofensivos da dignidade da pessoa humana;
- Pelo respeito ao valor inerente a cada indivíduo, independentemente do seu sexo, religião, convicção política, filiação sindical, orientação sexual, raça ou nacionalidade;
- Pela forma como actuamos, não permitindo situações geradoras de conflito de interesses;

A Responsabilidade, manifesta-se:

- Pelo cumprimento da Missão e dos Valores da Empresa, de forma profissional, disciplinada e rigorosa, preservando os seus bens, procurando com espírito empreendedor; mesmo em circunstâncias difíceis, a excelência no desempenho;
- Pelo cumprimento da lei e regulamentos que regem a nossa actividade;
- Pelos nossos actos individuais;

A Transparência, manifesta-se:

- Pela distinção entre interesses pessoais e profissionais, na conduta dos Órgãos Sociais, das Direcções, Serviços e colaboradores, interditando a prática de corrupção ou suborno, em quaisquer das suas formas, não permitindo situações irregulares ou de favor;
- Pelo respeito do princípio de igualdade de tratamento a todos quantos com a Empresa se relacionam;
- Pela disponibilização de registos contabilísticos, financeiros, fiscais, de qualidade do produto, ambientais e de recursos humanos, fidedignos e actualizados, salvaguardando a informação de carácter sigiloso;

A Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental, manifesta-se:

- Pela forma pró-activa como actua, em busca de níveis crescentes de competitividade e rentabilidade, com responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade e da Região;
- Pela colaboração com a sociedade civil através do desenvolvimento e patrocínio de acções de carácter social junto da comunidade, dentro das possibilidades da Empresa;
- Pelo respeito do ambiente, utilizando as melhores práticas ambientais, minimizando os impactes negativos decorrentes da nossa actividade, procurando continuamente soluções alternativas mais eco-eficientes;

A Inovação e Excelência, manifesta-se:

- Pela estreita colaboração com a sociedade do conhecimento, em busca de novas tecnologias, em prol da melhoria do serviço que prestamos;
- Pela promoção da formação e das competências dos colaboradores;
- Pela procura da excelência em tudo o que fazemos.

1.4 - Objectivos e Políticas

Para o ano de 2009 foram estabelecidas como linhas fundamentais de orientação da actividade da Empresa os seguintes:

Abastecimento de Água

O ano 2009 será marcado pela continuidade da expansão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, que prevê o:

- Início do enchimento da Barragem de Odelouca no ano hídrico de 2009/2010 (Outubro de 2009);
- Início da exploração do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico no 1º semestre;
- Início do fornecimento de água à Zona Sul do Concelho de Monchique (Caldas de Monchique);
- Início do fornecimento de água a Cruz do Areal em Tavira, Areias de Almancil e Vila Sol em Loulé;
- Início do fornecimento de água às ilhas barreira de Culatra e Farol no Concelho de Faro e Armona no Concelho de Olhão;
- Início da exploração dos novos furos de Benaciate;

Saneamento de Águas Residuais

O ano de 2009 vai ser marcado pela consolidação das obras do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, bem como pela maior abrangência da exploração do Sistema.

Em 2009 finalizar-se-ão as últimas aquisições de infra-estruturas bem como se concluirá a transferência da sua exploração para a responsabilidade da Empresa.

Prevê-se, durante o ano de 2009, iniciar a exploração das seguintes ETAR:

- ETAR de Albufeira Poente;
- ETAR de Faro Noroeste;
- ETAR de Vila Real de Santo António.

1.5 – Posicionamento e Estratégia Adoptada

Em resposta ao contexto nacional e caracterização geral do sector das águas, o posicionamento estratégico da actividade da Águas do Algarve, pode ser representada da seguinte forma:

Pontos Fortes

- Forte responsabilidade e preocupação ambiental no domínio da eficiência na utilização de recursos hídricos, consumo de energia, e valorização de resíduos;
- Relação com os accionistas;
- Componente de Investigação e Desenvolvimento, através da promoção de parcerias com entidades de I&D;
- Laboratório da Empresa, acreditado segundo a norma ISO/ IEC 17025, para controlo da qualidade da água;
- Quadros com experiência e know-how nas melhores tecnologias disponíveis nas áreas do abastecimento e saneamento;
- Segurança de Abastecimento com a construção da Barragem de Odelouca;
- Possibilidade de venda de água reutilizada para rega de campos de golfe;
- Disponibilidade de Cabo de Fibra óptica em toda a extensão da rede do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve;

- Possibilidade de acesso ao (QREN);
- Certificações e acreditações;
- Papel determinante na obtenção da bandeira azul para as praias algarvias;

- A ÁGUAS DO ALGARVE, concluiu, já no corrente ano, o processo conducente à certificação da Empresa no Sistema de Responsabilidade Social, ao abrigo das Normas SA 8000;

Pontos Fracos

- Inexistência da Barragem de Odelouca, com possíveis consequências no abastecimento de água a Barlavento, em caso de seca;
- Falta de redundância no abastecimento pela não inclusão de captações municipais estratégicas no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve;
- Sazonalidade do consumo, característica da Região do Algarve, 1,5 milhões de turistas na época alta;
- Ciclos de seca com alguma frequência;
- Deficiente qualidade das infra-estruturas de saneamento integradas das Câmaras Municipais;
- Influência das alterações climáticas na qualidade da água nas origens com impacto nos processos de tratamento;
- Forte dependência energética;
- Forte risco de afectar os meios receptores hídricos de águas residuais, localizados em zonas balneares, de grande importância turística;

2 – Modelo de Governo

2.1 - Órgãos Sociais

A composição dos membros dos órgãos sociais, eleita em 21 de Março de 2006 para o triénio 2006-2008 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, representada pelo seu presidente:

António Paulo Jacinto Eusébio

Presidente

Paulo Manuel Marques Fernandes

Vice-Presidente

Cristina Rebelo Pereira

Secretária

FISCAL ÚNICO

PRICEWATERHOUSECOOPERS, SROC, Lda., representada por:

José Manuel de Oliveira Vitorino

Efectivo

Ana Maria A. O. Lopes Bertão

Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Marques Ferreira
Presidente

Artur José de Campos Duarte Ribeiro
Luis Filipe Faisca

Câmara Municipal de Albufeira, representada pelo seu Presidente
Desidério Jorge

Câmara Municipal de Olhão, representada pelo seu Presidente
Francisco José Fernandes Leal

Vogais

Na Assembleia Geral da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., que teve lugar no dia 04 de Março de 2008, foram eleitos dois novos membros representativos das Câmaras Municipais, tendo passado o Conselho de Administração a ter a seguinte composição:

Presidente: Joaquim Marques Ferreira

Vogal: Artur José de Campos Duarte Ribeiro

Vogal: Luis Filipe Faisca, cooptado por José António Silva Mestre em 14/04/2008

Vogal: Desidério Jorge Silva, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira

Vogal: Francisco José Fernandes Leal, Presidente da Câmara Municipal de Olhão

ADMINISTRADOR	HABILITAÇÕES	PERCURSO PROFISSIONAL
---------------	--------------	-----------------------

Marques Ferreira



Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Desempenhou as funções de Presidente do ICN; membro da Comissão Nacional da REN; Administrador da EDIA; Consultor de Empresas; Coordenador dos Planos de Bacias Hidrográficas; Coordenador do Grupo de Trabalho do Projecto da Lei-Quadro da Água; Presidente do Conselho de Administração da EDIA.

Actualmente desempenha as funções de Presidente do Conselho de Administração das seguintes Empresas: Águas do Centro; Águas de Santo André; e, Águas do Algarve.

ADMINISTRADOR	HABILITAÇÕES	PERCURSO PROFISSIONAL
<p data-bbox="553 294 708 322">Artur Ribeiro</p> 	<p data-bbox="765 337 1039 437">Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico</p>	<p data-bbox="1069 337 1614 472">Director de Produção e Director Geral em várias Empresas na área da Construção Civil e Infra-estruturas. Administrador da Empresa desde Outubro de 2003.</p>
<p data-bbox="562 611 696 639">José Mestre</p> 	<p data-bbox="765 649 1039 784">Bacharelato em Contabilidade e Administração no Inst. Militar Pupilos do Exército</p> <p data-bbox="765 825 1039 921">Licenciatura em Economia pela Universidade Lusófona</p>	<p data-bbox="1069 649 1614 784">Iniciou a sua actividade como Auditor, na Rodoviária Nacional em 1982 tendo exercido várias funções de Direcção e Administração nos CTT, CLIMAX, EIP, SMM e MATESICA.</p> <p data-bbox="1069 793 1614 1024">Em 2001 ingressou no Grupo AdP, exercendo funções de administração e direcção em várias Empresas: Electra, Aguas de Moçambique, AdP Serviços, Aguas do Zêzere e Côa, Aguas do Centro(não executivo). Desde Abril de 2008 exerce funções na Aguas do Algarve, como Administrador executivo.</p>
<p data-bbox="548 1091 711 1120">Desidério Silva</p> 	<p data-bbox="765 1134 1039 1201">Técnico da Construção Civil</p>	<p data-bbox="1069 1134 1614 1201">Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Polis de Albufeira, SA.</p> <p data-bbox="1069 1210 1614 1269">Presidente da APAL- Agência de promoção de Albufeira.</p> <p data-bbox="1069 1277 1614 1336">Vice-presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve.</p> <p data-bbox="1069 1344 1614 1406">Presidente da Câmara Municipal de Albufeira desde 2002.</p>
<p data-bbox="553 1479 708 1508">Francisco Leal</p> 	<p data-bbox="765 1522 1039 1590">Engenheiro Técnico Agrário</p>	<p data-bbox="1069 1522 1614 1794">Iniciou funções como Vereador da Câmara Municipal de Olhão em 1986, tendo sido Vereador substituto do Presidente no mandato de 1989 a 1993. Faz parte do Conselho de Administração da AMAL – Associação de Municípios do Algarve. Eleito Presidente da Câmara Municipal em 1993, tem desempenhado continuamente essas funções até ao momento.</p>

2.1.1 - Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 12º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por cinco ou sete Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir; ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Competências do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 13.º do Contrato de Sociedade, ao Conselho de Administração compete:

- a) Aprovar os objectivos e as políticas de gestão da Empresa;
- b) Aprovar os planos de actividade financeiros anuais, bem como as alterações que se revelem necessárias;
- c) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- d) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- e) Adquirir, vender ou por qualquer forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- f) Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- g) Estabelecer a organização técnico-administrativo da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e suas remunerações;
- h) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

2.1.2 - Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., de dia 29 de Março de 2006 e nos termos do n.º 1, do artigo 12º, do Contrato de Sociedade, e do n.º 3, do artigo 407º, do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado criar uma Comissão Executiva aplicando-se ao seu funcionamento, com as devidas adaptações, as regras previstas no Contrato de Sociedade para o funcionamento do Conselho de Administração.

Ao abrigo do previsto nos pontos n.ºs 3 e 4 do Artigo 407º, do Código das Sociedades Comerciais e ainda do Artigo 20º dos Estatutos Anexos ao Decreto-Lei 168/2000 de 5 de Agosto, o Conselho de Administração deliberou:

1. **Criar uma Comissão Executiva** constituída pelo seu Presidente, Joaquim Marques Ferreira e pelos vogais Artur José de Campos Duarte Ribeiro e José António Mestre;
2. **Delegar na Comissão Executiva** a gestão corrente da sociedade no âmbito da seguinte delegação de competências:
 - a) Coordenação geral da actividade da Empresa e representação externa;

- b) Coordenação das áreas funcionais relativas às obras e exploração, compreendendo a supervisão da Direcção de Obras, Direcção de Operações Água, Direcção de Operações Saneamento, Laboratório da ÁGUAS DO ALGARVE, Serviços Gerais de Manutenção, Gabinete de Gestão de Energia, Gabinete de Marketing e Comunicação;
- c) Coordenação das actividades associadas à construção e exploração de barragens, à exploração da fibra óptica, à reutilização de águas residuais, ao aproveitamento das potencialidades energéticas da área abrangida pelo Sistema Multimunicipal e à ETAR de Suinicultura;
- d) Coordenação das áreas funcionais relativas ao planeamento, à gestão económica - financeira e administrativa e aos recursos humanos, compreendendo a supervisão da Direcção Administrativa e Financeira, Direcção de Estudos e Planeamento, Gabinete Jurídico, Sistema de Informática, Sistema de Informação Geográfica e Órgão de Qualidade, Ambiente e Segurança;
- e) Coordenação das actividades associadas aos processos, à informação e aos relatórios a submeter ao Regulador, ao Concedente e à Águas de Portugal, SGPS, bem como no que concerne ao Fundo de Coesão e a outros Fundos Comunitários.

Por deliberação do CA de 21/06/2006, foram feitas as seguintes delegações de competências:

Delegação de competências da Comissão executiva nos Administradores Artur Ribeiro e Luís Faisca

No seguimento da Criação e da Delegação de Competências da Comissão Executiva, deliberada no CA de dia 21 de Março de 2006, entendeu o Conselho de Administração especificar a subdelegação de competências e atribuições dos Administradores:

Artur José de Campos Duarte Ribeiro:

- a) Gerir os negócios e praticar todos os actos e operações relativas ao objecto social que não sejam da competência reservada do Conselho de Administração (art.º 406 do Código das Sociedades Comerciais);
- b) Estabelecer as normas de funcionamento interno;
- c) Aprovar a abertura de concursos e as consultas ao mercado para execução das empreitadas, fornecimento de bens e prestação de serviços previstas no Plano plurianual da Empresa, até € 500.000, conforme as disposições legais aplicáveis;
- d) Adjudicar empreitadas nos termos da legislação em vigor até ao valor de 150.000 €;
- e) Adjudicar a realização de estudos e projectos, de prestação de serviços fiscalização de empreitadas e de fornecimentos de bens e outros serviços até ao valor de 75.000 €;
- f) Celebrar os contratos de empreitada e de prestações de serviços inerentes à prossecução do objectivo social da Empresa, bem como efectuar o respectivo acompanhamento e controlo.
- g) Aprovar e adjudicar a realização de trabalhos a mais, até ao valor de 5% do valor da respectiva adjudicação, não se aplicando contudo esta percentagem quando o montante dos referidos trabalhos a mais for inferior a 75.000 €;

- h) Aprovar a negociação, aquisição e indemnização de direitos sobre imóveis, servidão e/ou propriedade, até ao valor de 75.000 € (≈ 15.000.000\$00) por parcela de terreno, resultante de relatórios de avaliação tecnicamente fundamentados e elaborados por perito de lista oficial;
- i) Aprovar e adjudicar a aquisição de bens e serviços inerentes à prossecução da actividade da Empresa até ao limite de 750.000 €.
- j) Elaborar a proposta dos relatórios de gestão anuais, orçamentos, planos de actividades, estudos económicos e outros documentos de cariz semelhante, para aprovação pelo CA;
- k) Supervisionar a actividade das Direcções e Serviços da Empresa;
- l) Renovar contratos de trabalho a termo certo de acordo com os procedimentos definidos e exercer função disciplinar;
- m) Constituir mandatários, com os poderes que julgar convenientes, no âmbito dos poderes delegados;
- n) Abrir e movimentar contas, tanto o débito, como a crédito em quaisquer instituições de crédito e outros títulos de crédito, incluindo o saque e endosso de cheques sem qualquer limite.

Luís Filipe dos Santos Guerreiro Faisca cooptado por José António Silva Mestre em 14/04/2008:

- a) Gerir os negócios e praticar todos os actos e operações relativas ao objecto social que não sejam da competência reservada do Conselho de Administração (art.º 406 do Código das Sociedades Comerciais);
- b) Aprovar as consultas ao mercado para fornecimento de bens e prestação de serviços previstas no Plano plurianual da Empresa até 500.000 €, conforme as disposições legais aplicáveis;
- c) Adjudicar a realização de estudos e projectos, de prestação de serviços fiscalização de empreitadas e de fornecimentos de bens e outros serviços até ao valor de 75.000 €;
- d) Celebrar os contratos de empreitada e de prestações de serviços inerentes à prossecução do objectivo social da Empresa, bem como efectuar o respectivo acompanhamento e controlo.
- e) Elaborar a proposta dos relatórios de gestão anuais, orçamentos, planos de actividades, estudos económicos e outros documentos de cariz semelhante, para aprovação pelo CA;
- f) Supervisionar a actividade das Direcções e Serviços da Empresa;
- g) Renovar contratos de trabalho a termo certo de acordo com os procedimentos definidos e exercer função disciplinar;
- h) Constituir mandatários, com os poderes que julgar convenientes, no âmbito dos poderes delegados;
- i) Abrir e movimentar contas, tanto o débito, como a crédito em quaisquer instituições de crédito e outros títulos de crédito, incluindo o saque e endosso de cheques sem qualquer limite.

2.1.3 - Assembleia Geral

Competências da Assembleia

Principais competências da Assembleia Geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Proceder à eleição dos administradores e do fiscal único;
- d) Decidir sobre a remuneração dos administradores, directamente ou através de uma comissão de vencimentos, por si eleita;
- e) Autorizar os administradores a exercer actividade concorrente com a da Sociedade;
- f) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, podendo proceder à sua destituição;

- g) Deliberar sobre a emissão de qualquer categoria de acções, ordinárias ou preferenciais;
- h) Deliberar sobre a alienação e aquisição de acções próprias;
- i) Deliberar sobre a acção de responsabilidade a intentar pela Sociedade contra administradores;
- j) Deliberar sobre quaisquer alterações ao contrato social, incluindo aumentos de capital, redução, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade;
- k) Proceder à eleição dos membros da Comissão de Vencimentos.

Composição da Mesa da Assembleia

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 9º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre accionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos, por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Presidente

Presidente da Câmara de S. Brás de Alportel, representada por:
António Paulo Jacinto Eusébio (Presidente)

Vice-Presidente

Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário

Cristina Rebelo Pereira

Regras de Funcionamento da Assembleia

A Assembleia Geral é convocada sempre que o Conselho de Administração ou o Fiscal Único o entendam conveniente. A Assembleia Geral ordinária deve reunir no prazo de três meses a contar do final do ano. Accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, 5 % do capital social podem requerer que na ordem do dia de uma Assembleia Geral, já convocada ou a convocar, sejam incluídos determinados assuntos.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral são facultados à consulta dos Accionistas, na sede da sociedade:

- a) Os nomes completos dos membros dos Órgãos de Administração e de fiscalização, bem como da Mesa da Assembleia Geral;
- b) A indicação de outras sociedades em que os membros dos Órgãos de Sociais exerçam cargos sociais, com excepção das sociedades de profissionais;
- c) As propostas de deliberação a apresentarem à Assembleia pelo Órgão de Administração, bem como os relatórios ou justificação que as devam acompanhar;
- d) Quando estiver incluída na ordem do dia a eleição de membros dos Órgãos Sociais, os nomes das pessoas a propor para o Órgão de Administração, as suas qualificações profissionais, a indicação das actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos, designadamente no que respeita a funções exercidas noutras Empresas ou na própria sociedade, e do número de acções da sociedade que são titulares;

- e) Quando se tratar da Assembleia Geral anual, o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, incluindo a certificação legal das contas e o parecer do auditor externo (se aplicável).

Estes documentos devem ser enviados, no prazo de oito dias, aos titulares de acções nominativas ou de acções registadas ao portador correspondentes a, pelo menos 1 % do capital social, quando esses accionistas o requeiram. A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. disponibiliza igualmente na página “web” da Sociedade (www.aguasdoalgarve.pt) as propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral durante os quinze dias anteriores à data da sua realização, as convocatórias para a realização de cada Assembleia Geral nos trinta dias anteriores à sua realização, juntamente com qualquer outra informação que possa ser considerada relevante pelos Accionistas que pretendam exercer o direito de voto, aí se incluindo a indicação de contactos para o esclarecimento de qualquer dúvida relacionada com o exercício do direito de voto.

Em primeira data de convocação, a Assembleia-geral dos Accionistas não poderá reunir sem estarem presentes ou representados Accionistas titulares de acções representativas de pelo menos cinquenta por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar seja qual for o número de Accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos. Contudo, as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou outros assuntos para os quais a Lei ou o Contrato de Concessão exija maioria qualificada de determinada percentagem do capital social ou dos direitos de voto, devem ser aprovados por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira, quer em segunda convocação.

Direito dos Accionistas em Assembleia

Informação

Em Assembleia Geral, todos os Accionistas podem requerer que lhes sejam prestadas informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhes permitam formar opinião fundamentada sobre os assuntos sujeitos a deliberação. As informações referidas devem ser prestadas pelo órgão da sociedade que para tal esteja habilitado e só podem ser recusadas se a sua prestação puder ocasionar grave prejuízo à sociedade ou outra sociedade com ela coligada ou violação de segredo imposto por lei.

Presença em Assembleia e Regras sobre Representação

Apenas poderão participar na Assembleia os titulares de acções escrituradas em seu nome até quinze dias antes do dia da reunião. Até ao quinto dia antes do dia da reunião devem os Accionistas que pretendam fazer-se representar, nos termos da Lei, apresentar na sociedade os instrumentos de representação e bem assim as pessoas colectivas indicar quem as representará. O Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral é de cinco dias.

Os Accionistas sem direito de voto não podem assistir às Assembleias Gerais. No entanto, poderão, se pretenderem assistir à Assembleia Geral, solicitar uma autorização ao Presidente da Assembleia Geral através do endereço de “e-mail” geral@aguasdoalgarve.pt ou ainda através do secretariado da ÁGUAS

DO ALGARVE, S.A. (Tel.: 289 899 070). Os Accionistas sem direito de voto que assistam à Assembleia Geral não podem participar na discussão da ordem de trabalhos.

De modo a confirmar a identidade das entidades admitidas a participar na Assembleia Geral, ou de quem validamente os represente, poderá ser solicitada à entrada da Assembleia Geral a identificação pessoal, mediante a apresentação de Passaporte ou bilhete de Identidade Nacional.

Direito de Voto em Assembleia

A cada cem acções corresponde um voto, mas os Accionistas titulares de menos de cem acções podem agrupar-se, de forma a completarem o número exigido, ou um número superior, e fazer-se representar por um dos agrupados. Não existem limites ao direito de voto nem acções que confirmam voto plural ou qualquer direito especial de voto.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, existem impedimentos legais de voto. Um Accionista não pode votar, nem por si, nem por representante, nem em representação de outrem quando a lei expressamente o proíba e ainda quando a deliberação incida sobre situações como a da existência de um litígio entre a sociedade e o Accionista ou de qualquer relação, estabelecida ou a estabelecer, entre a sociedade e o Accionista, não prevista no contrato de sociedade.

Um Accionista que disponha de mais de um voto não pode fraccionar os seus votos para votar em sentidos diversos sobre a mesma proposta ou para deixar de votar com todas as suas acções providas de direito de voto.

Um Accionista que represente outros pode votar em sentidos diversos com as suas acções e as dos representados e bem assim deixar de votar com as suas acções ou com as dos representados.

Voto por Correspondência e Voto por Meios Electrónicos

As convocatórias para as Assembleias Gerais incluem a indicação de que o voto pode ser exercido por correspondência. O modo como se processa o escrutínio dos votos por correspondência consta igualmente da convocatória. Para facilitar a votação por correspondência, e para os Accionistas que o pretendam, a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. disponibiliza uma minuta de boletim de voto por correspondência. Esta minuta pode ser solicitada junto do secretariado da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. (Cristina Pereira Tel.: 213 230 700) ou no sítio da sociedade (www.aguasdoalgarve.pt).

Actualmente não é admitido o voto electrónico.

2.1.4 - Fiscal Único

Fiscalização Interna

Nos termos do n.º 1 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da actividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de dia 14 de Março de 2007, foram eleitos os seguintes membros:

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por:

Dr. José Manuel de Oliveira Vitorino

Suplente: Dr.ª Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão

O Fiscal Único e o suplente são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período estabelecido no contrato de sociedade, mas não superior a três anos. O membro do Fiscal Único, efectivo e suplente podem ser reelegíveis.

A remuneração auferida pelos membros do Fiscal Único da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. nos últimos três anos foi a seguinte:

	2006	2007	2008
Remuneração	16.592,00	20.565,00	16.550,00

Fiscalização Externa

A PricewaterhouseCoopers & Associados SROC, Lda. é também o auditor responsável pelos Relatórios de Revisão de Informação Prospectiva relativamente ao Orçamento e Projecto Tarifário.

2.2 – Estrutura Organizacional

2.2.1- Suporte

Para o desempenho das suas actividades a Águas do Algarve dispõem de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da Empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Na área de suporte conta com as seguintes estruturas:

Conselho da Qualidade

Entidade garante do Sistema de Qualidade.

Marketing e Comunicação

Órgão responsável pelo Marketing e Comunicação da Empresa.

Projecto Odelouca

Órgão de coordenação de todas as vertentes do empreendimento hidráulico da barragem de Odelouca, designadamente a obra e todas as componentes ambientais.

No âmbito de apoio à exploração conta com as seguintes estruturas:

Laboratório

Estrutura que garante a implementação do Plano de Controlo Analítico de ambas as actividades da Empresa, possuindo Instalações Laboratoriais que asseguram a maior parte das necessidades, em análises, da Empresa.

Serviços de Manutenção Geral

Estrutura que planeia e gere o bom funcionamento de todas as infra-estruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve. Quanto ao Sistema Multimunicipal de Saneamento a actividade restringe-se à assessoria.

Gabinete de Gestão de Energia

Estrutura que presta apoio na gestão dos consumos energéticos, promovendo uma eficiente utilização das infra-estruturas e adequação dos contratos de aquisição da energia. Tem ainda como missão a identificação dos potenciais energéticos das nossas infra-estruturas com vista à geração de energia.

Direcção Administrativa e Financeira (DAF)

É responsável por assegurar a política administrativa e financeira da Empresa de acordo com as normas vigentes. Garante a gestão contabilística e o processo fiscal, nomeadamente harmonizando critérios, procedimentos e práticas de acordo com os standards aplicáveis.

É ainda responsável pela definição das políticas e estratégia de recursos humanos, em consonância com as directrizes emanadas pelo Grupo, bem como pela gestão administrativa destes recursos.

Direcção de Estudos e Planeamento (DEP)

Esta Direcção assegura:

A manutenção e conformidade dos sistemas de Qualidade da Empresa nos referencias NP EN ISO 9001:2000, NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:1999 (NP 4397:2001), e norma SA 8000:2001." que é transversal à Empresa.

Garante a disponibilidade dos Sistemas e Tecnologias de Informação e apoio técnico aos utilizadores. É também responsável desta direcção a manutenção do SIG.

2.2.2 - Infra-Estruturas

Direcção de Obras (DOB)

Esta Direcção é responsável pelo Planeamento e Gestão dos investimentos previstos no Contrato de Concessão, pelos custos e prazos aí explicitados, através da coordenação total dos processos de Concepção e Construção das obras e equipamentos, bem como da sua renovação.

2.2.3. Operação

Direcção de Operação Água (DOA)

Esta Direcção planeia e gere os recursos à sua responsabilidade e a actividade do departamento de Operações Água, de forma a assegurar o cumprimento dos objectivos de Abastecimento de Água, através da operacionalidade das instalações e equipamentos e da gestão dos recursos humanos, numa óptica de maximização da racionalidade económica e melhoria dos serviços prestados às populações.

É, também, esta direcção que assegura a manutenção do Plano de Segurança Água e das Certificações HACCP e certificação do produto "Água em Alta".

Direcção de Operação Saneamento (DOS)

É responsável pela operação das infra-estruturas que integram o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, numa perspectiva de cumprimento das obrigações legais desta actividade e de optimização dos recursos colocados ao seu dispor.

Relações com "Stakeholders"

Comunicação Eficaz e Transparência das Actividades Desenvolvidas

O envolvimento e a comunicação constante com os *stakeholders* são primordiais para uma Empresa no século XXI. A responsabilidade do Grupo neste âmbito é acrescida pelo facto de prestar serviços de carácter público e porque no seu core business está uma parte significativa do desenvolvimento sustentável do país. Deste modo, a criação de valor para todos os que estão envolvidos com o Grupo é fundamental.

Não só o valor criado para os accionistas, como o valor criado para a sociedade na disponibilização de serviços básicos para a qualidade de vida das populações.

Neste contexto, consideramos como *stakeholders* os seguintes: utilizadores, clientes, colaboradores, entidade reguladora, entidades financiadoras, accionistas, fornecedores, entidades governamentais, os meios de comunicação social e as comunidades locais das regiões onde as Empresas do Grupo operam.

Consciente destes factos, e da sua importância, o Grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A. pretende criar e manter uma relação de transparência e confiança com os seus *stakeholders*, tentando, de modo contínuo, melhorar a capacidade em responder aos seus desafios, nomeadamente, no que diz respeito à divulgação da sua informação.

Divulgação de Informação

A Águas do Algarve, cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, accionistas, Governo, entidades reguladoras, parceiros, clientes, fornecedores, utilizadores, instituições financeiras e claro o pessoal da Empresa. O Departamento de Desenvolvimento Empresarial intervém de forma a assegurar a qualidade no relacionamento com os diversos *stakeholders*, desempenhando as suas funções na sede social da Águas do Algarve.

Marketing e Comunicação - Relação com Stakeholders

Rua do Repouso, 10
8000-302 Faro

Email: geral@aguasdoalgarve.pt

www.aguasdoalgarve.pt

A Águas do Algarve disponibiliza através do seu site na Internet informações relevantes sobre a Empresa e faculta a possibilidade aos interessados de consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a anos anteriores.

3 – Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 8º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

A Comissão de Vencimentos tem por objecto a definição da política remuneratória dos Órgãos Sociais. Os membros da Comissão de Vencimentos da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. para o triénio 2006-2008 são:

Membro	Nomeação	Termo Mandato
Pedro Cunha Serra	Mar-2006	2008
Fátima Borges	Mar-2006	2008
Maria Isabel Fernandes S. Soares	Mar-2008	2008

A Comissão de Vencimentos eleita na Assembleia-geral de 21 de Março de 2006, é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Os vencimentos são os que resultaram da reunião 11 de Maio de 2006.

O montante total de remunerações, auferido pelo conjunto dos membros do Órgão de Administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foi de 278.328,67 €, conforme descrito na nota 43 do anexo às contas.

	Remuneração Anual
PriceWaterhouseCoopers&associados,SROC representado por Dr. José Manuel Oliveira Vitorino	16.550,00 €
Fiscal único:	16.550,00 €
Presidente do Conselho de Administração (*)	52.025,70 €
Administrador executivo	92.727,83 €
Administrador executivo (**)	89.769,15 €
Vogais não executivos (mandato 2007/8)	7.582,52 €
Vogais não executivos (mandato 2008/9)	16.372,10 €
Conselho de Administração:	258.477,30 €
TOTAL GERAL	275.027,30 €

(*) Valor pago à Águas de Portugal - SGPS, S.A. SGPS

(**) A diferença entre as remunerações dos administradores executivos foi provocada pela cooptação e acertos de remunerações nas Empresas de origem.

4 – Regulamentos Internos e Externos

A Empresa tem definidos e aprovados, em consonância com a Holding os seguintes regulamentos:

- 4.1 - Regulamento de Atribuição de Viaturas
- 4.2 - Regulamento de Utilização de Viaturas
- 4.3 - Regulamento de Atribuição e Utilização de Telemóveis
- 4.4 - Código de Conduta e Ética
- 4.5 - Sistemas de Qualidade
- 4.6 - Manual de Acolhimento a Novos Funcionários

Estes regulamentos foram aprovados pelo Conselho de Administração e divulgados no Portal da Empresa.

5 – Informações sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

A Empresa, durante o ano de 2008, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria. Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2008 ou mais de 5% do universo dos FS's da Empresa.

Fornecedor	Transacções (Euros)	% FSE Total
EDP	4.934.247,95	23,78%
Engigás/Neopul/Irmãos Cavaco	1.958.753,21	9,44%
Sisaqua	3.328.218,51	16,04%

Quadro I - Principais Fornecedores

6 – Análise de Sustentabilidade

A Águas do Algarve tem em curso a elaboração do seu primeiro relatório de sustentabilidade. Este reporta-se à actividade desenvolvida, abrangendo todas as instalações da Empresa de forma a possibilitar uma análise da evolução do seu desempenho.

Este relatório dirige-se a todos os *Stakeholders*, tendo sido consideradas as expectativas destes na definição dos conteúdos, temas e indicadores a incluir no mesmo. Para tal, foram efectuados inquéritos a elementos dos vários grupos de *Stakeholders*, no sentido de identificar as suas expectativas e opiniões, tendo as mesmas sido, sempre que aplicável, consideradas neste relatório. De qualquer maneira não queremos deixar de aflorar neste documento algumas áreas que nos parecem de capital importância.

6.1 – Gestão do Capital Humano

6.1.1 - Responsabilidade Social

Caracterização Geral

A Águas do Algarve, S.A. também é feita de pessoas. O capital humano é um dos activos estratégicos da Empresa sendo de 180 o número de trabalhadores à data de 31 de Dezembro de 2008.

A Águas do Algarve, S.A. tem vindo a incrementar o número de activos nos últimos anos, passando de 148 trabalhadores em 2005 para 175 em 2006 e 176 em 2007.

Verifica-se uma tendência para a melhoria das qualificações académicas e profissionais da Empresa, com o aumento do número de efectivos dos Quadros Médio e Superior.

Ao nível da estrutura etária, a média subiu dos 35 anos em 2007, para os 36 anos em 2008 conforme o quadro que se segue:

Nível Etário	2008			2007 Total	Total Variação (2008-2007)	2006		Total Variação (2007-2006)
	Homens	Mulheres	Total			Total	Total	
Entre 18 e 24 anos	3	1	4	7	-3	12	-5	
Entre 25 e 29 anos	27	16	43	45	-2	57	-12	
Entre 30 e 34 anos	36	28	64	62	2	45	17	
Entre 35 e 39 anos	11	15	26	24	2	21	3	
Entre 40 e 44 anos	9	8	17	16	1	12	4	
Entre 45 e 49 anos	5	3	8	6	2	7	-1	
Entre 50 e 54 anos	7	4	11	13	-2	13	0	
Entre 55 e 59 anos	6	0	6	4	2	3	1	
Mais de 59 anos	1	0	1	0	1	0	0	
Total	105	75	180	177		170		

Quadro 2 – Estrutura etária dos trabalhadores

A maior concentração de efectivos regista-se na faixa etária entre 30 e 34 anos, seguida da faixa etária dos 25 aos 29 anos.

Quanto à antiguidade, é evidente a estabilização do pessoal na Empresa, com destaque para o crescente número de efectivos verificado entre 2007 e 2008 e, o significativo aumento de número de trabalhadores cuja antiguidade se situa entre os 1 e os 2 anos, bem como, a estabilização dos níveis superiores a 10 anos.

Nível Antiguidade	2008			2007			2006		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
< 1 ano	2	3	5	3	6	9	13	15	28
1 - 2 anos	17	17	34	15	11	26	9	11	20
3 - 5 anos	22	22	44	22	22	44	17	13	30
6 - 10 anos	42	22	64	43	22	65	53	21	74
11 - 15 anos	22	11	33	22	11	33	8	10	18
Total	105	75	180	105	72	177	100	70	170

Quadro 3- Antiguidade na Empresa

Igualmente se constata esta permanência dos funcionários na Empresa, se confrontarmos as entradas e saídas do pessoal nos últimos anos:

Ano	Entradas	Saídas
2007	9	5
2008	8	5

Durante o ano de 2008 o número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, por tipo de contrato era o seguinte:

Tipo de Contrato	2008			2007			2006		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Contratados sem termo	84	48	132	77	42	119	61	32	93
Contratados Termo Certo	20	26	46	26	28	54	38	36	74
Contratados Termo Incerto	1	1	2	2	2	4	1	2	3
Total	105	75	180	105	72	177	100	70	170

Quadro 4 – Tipo de Vínculo

A melhoria do nível de habilitações académicas nos quadros da Empresa foi reforçada em 2008 com o incremento dos activos com habilitações ao nível do ensino superior universitário.

Nível de Habilitações	2008			2007			Total Variação (2008-2007)	2006			Total Variação (2008-2007)
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total	
1º Ciclo	4	0	4	4	0	4	0	6	0	6	-6
2º Ciclo	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	-2
3º Ciclo	11	0	11	11	0	11	0	16	1	17	-17
Ensino Secundário	46	12	58	47	13	60	-2	37	17	54	-56
Ensino Superior Politécnico	6	5	11	12	10	22	-11	16	12	28	-39
Ensino Superior Universitário*	38	58	96	31	49	80	16	23	40	63	-47
Total	105	75	180	105	72	177		100	70	170	

* Inclui Mestrados e Doutoramentos

Quadro 5 – Nível de habilitações académicas

Formação Profissional

As actividades de formação promovidas pela Empresa, totalizaram 449 acções, repartidas por 131 internas e 318 externas, as quais se traduziram em 345,8 horas e 4.469,3 horas, respectivamente.

As principais áreas de intervenção das formações desenvolvidas, no ano de 2008, foram as seguintes: Especialização Técnica, Legislação, Segurança, Segurança Alimentar e Qualidade; das quais se destacam as formações de Implementação de um Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social e O Novo Regime da Contratação Pública,

Os custos durante o ano de 2008 com a formação atingiram 78.596,16 €, sendo que em 2007 foram de 77.110,46 € e no ano de 2006 foram de 103.469,72 €.

Absentismo e Trabalho Suplementar

O absentismo em 2008, atingiu um total de 12.340 horas. Este total de horas de absentismo decompõe-se nos seguintes motivos:

Ausências ao Trabalho (horas)	2008			2007		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Por acidentes de trabalho	80	0	80	1456	464	1920
Por doença	343	768	1111	760	640	1400
Por assistência inadiável	193	215	408	216	91	307
Paternidade/Maternidade	1104	2752	3856	608	2976	3584
Outras causas	3028	3857	6885	3670	2825	6495
Total Ausências (Rem. e não rem.)	4748	7592	12340	6710	6996	13706
Ausências remuneradas	3272	4224	7496	3902	2996	6898
Ausências não remuneradas	1476	3368	4844	2808	4000	6808

Quadro 6 – Ausências ao trabalho

Quanto ao trabalho suplementar, atingiu um total de 4553 horas, conforme consta do quadro seguinte:

Trabalho Suplementar	2008			2007		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Em dias Úteis	1711	515	2226	1736	674	2410
Em dias de Descanso						
Compensatório/Feriados	1060	308	1368	1628	528	2156
Em dias de Descanso Obrigatório	904	55	959	1230	84	1314
Total de Trabalho Suplementar	3675	878	4553	4594	1286	5880

Quadro 7 – Trabalho suplementar

6.2 – Controlo de Risco

A Águas do Algarve, SA, encontra-se exposta a um conjunto de riscos, que resultam da sua actividade. A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar o conjunto dos seus activos (pessoas, equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações), e deste modo pôr em risco, os seus objectivos estratégicos. A AdA e em particular o seu Conselho de Administração dedicam grande atenção aos riscos inerentes à sua actividade.

A gestão de risco, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da Empresa.

A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade. Assim, enquanto a Gestão Financeira monitoriza o risco de taxa de juro, a Direcção de Sistemas de Informação é responsável pela manutenção de políticas de controlo adequadas relativas à gestão das tecnologias de informação, controlos de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas.

6.2.1- Risco Operacional

Dentro do risco operacional, encontram-se catalogados como mais relevantes, os riscos relacionados com a qualidade de serviço (e interrupção do serviço) e respectivas tarifas, a integração e manutenção dos activos da concessão e as alterações climáticas.

Qualidade de Serviço (Interrupção de Serviço) e Tarifas

A Águas do Algarve, SA tem efectuado um elevado esforço no sentido de se dotar de ferramentas (tecnologia) que permitam monitorar o serviço prestado, mantendo elevados padrões no que diz respeito à sua qualidade. Saliente-se que a actividade desenvolvida pela AdA está regulada por um conjunto de leis e regulamentos de elevada exigência, que vão desde a qualidade de serviço até à definição das tarifas a cobrar pelos nossos serviços, e que as nossas políticas passam por assegurar que estas sejam escrupulosamente cumpridas.

Gestão de Activos e Integração de Activos

Sendo esta uma actividade de capital intensivo, resultado de significativos volumes de investimentos em infra-estruturas, a correcta identificação e manutenção dos activos afectos à operação, torna-se crítica na gestão do dia-a-dia da Empresa. A AdA tem em curso diversos projectos, no sentido de tornar mais eficaz e mais eficiente a gestão dos seus activos. Estes projectos passam para além da sua correcta identificação e inventariação, pelo desenvolvimento de projectos de avaliação dos activos e pela implementação de novas ferramentas informáticas que auxiliam o controlo da sua manutenção.

Alterações Climáticas

Dada a natureza das operações da AdA, o cash-flow pode ser afectado pelas condições climáticas. Em anos de forte pluviosidade o volume de águas residuais a serem tratados pelas ETAR (Estações de Tratamento de Águas Residuais) sofre um incremento considerável. Por não estar objectivamente definido no contrato de concessão de quem é a responsabilidade do pagamento desses encargos a AdA tem suportado uma parte significativa destes encargos, afectando assim o seu *cash-flow*.

Por outro lado, em períodos de forte seca, as origens de água poderão ser igualmente afectadas no que concerne à quantidade disponível e à qualidade verificada.

6.2.2 - Risco Financeiro

As actividades da Águas do Algarve, SA estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (nomeadamente o risco de taxa de juro), risco de crédito e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, recorrendo a instrumentos financeiros estruturados.

A gestão de riscos financeiros da Águas de Portugal - SGPS, S.A. é efectuada centralmente pela Holding do Grupo, com aprovação prévia do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo, está orientada para uma redução dos encargos financeiros e redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados.

6.2.3 - Risco Regulatório

Como prestadores de um serviço público, a ÁGUAS DO ALGARVE opera num ambiente altamente regulado pelo IRAR (Instituto Regulador de Águas e Resíduos). Esta instituição, mandatada pelo Governo, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos nossos serviços.

Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos nossos serviços e o nosso próprio interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos accionistas, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no nosso resultado, com todas as consequências adversas que daí resultam.

6.2.4 - Risco de Crédito

As principais fontes de risco de crédito são i) clientes e ii) depósitos bancários e aplicações financeiras.

As Empresas da unidade de negócio UNA-PD têm como parceiros de negócio os municípios, que são simultaneamente accionistas e clientes das mesmas. Como é do conhecimento generalizado, uma parte significativa dos municípios nacionais atravessam significativas dificuldades de tesouraria. Estas dificuldades têm repercussão directa nos recebimentos do Grupo pelos serviços prestados. Saliente-se que em alguns casos os atrasos no pagamento dos serviços prestados apresentam valores de tal modo significativos que põem inclusivamente em risco o volume de investimentos definidos nos contratos de concessão.

Pelos mesmos motivos referidos anteriormente, existem situações pontuais, em que os accionistas não realizaram o capital anteriormente subscrito, nos prazos definidos nos contratos de concessão.

A Administração da Águas do Algarve, SA tem efectuado esforços significativos no sentido de promover a regularização destas situações, estando inclusive a promover a celebração de acordos relativos às situações mais relevantes.

Relativamente às instituições financeiras, o grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A. selecciona as contrapartes com base nas notações de rating emitidas pelas entidades independentes de referência, bem como pelo histórico do relacionamento comercial entre as partes.

6.2.5 - Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar o desenvolvimento normal da actividade das Empresas. Este risco é também mitigado pela disponibilidade de linhas de crédito contratadas e ainda não utilizadas.

6.3 – Investigação, Desenvolvimento e Inovação

No âmbito dos projectos de I&D, foi concluído o Acordo Específico de Cooperação com a Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências do Mar e Ambiente, “OPTOEXPLOR – “ Desenvolvimento de um Instrumento para Gestão de um Sistema de Abastecimento Público de Água numa perspectiva de Exploração Integrada dos Recursos Hídricos”, para o triénio 2005/2008, tendo-se atingido os objectivos propostos e estando em fase de apresentação a ferramenta de apoio à decisão, sobre a exploração dos recursos hídricos da Região utilizados para o abastecimento público.

Foi dada continuidade ao projecto ETA 21 com o LNEC, para o desenvolvimento de estudos de avaliação de desempenho e de optimização das estações de tratamento de água, permitindo consolidar o conhecimento do desempenho dos sistemas de tratamento da AdA e contribuindo para o lançamento da iniciativa nacional Past21 coordenada pelo LNEC sobre avaliação de desempenho de estações de tratamento.

Foram realizados dois estágios de Mestrado de Bolonha do curso de Engenharia Biológica, na área do tratamento de água, designadamente sob os temas “Ensaio para redução de bromatos por absorção com carvão activado em pó na ETA de Alcantarilha” e “Caracterização das águas residuais do processo de tratamento na ETA de Tavira e optimização das condições operacionais e tecnológicas do Densadeg”.

Na área do Saneamento, destaca-se o seguinte:

- Estudo das Potencialidades de Reutilização de Águas Residuais na Região do Algarve. Este estudo envolveu a identificação e a caracterização dos potenciais interessados na reutilização das águas residuais das ETAR da Região do Algarve, tendo em conta a realidade actual e as perspectivas ao longo da duração da concessão. O assunto foi finalmente colocado à consideração do Concedente que, em finais do ano, aprovou, embora ainda subsistam algumas questões por ultrapassar, relativamente a solução proposta pela AdA.

O Laboratório da AdA colaborou com diversas instituições, tais como a Universidade do Algarve, o LNEC, o Instituto Superior Técnico, a Escola Superior de Saúde Jean Piaget e a Escola Profissional Cândido Guerreiro, apoiando estágios curriculares e projectos de investigação na área das águas de consumo.

No âmbito de um Protocolo específico de formação, com a Escola Superior de Saúde Jean Piaget, em Silves, o Laboratório da AdA apoiou a formação dos alunos dos cursos de Análises Clínicas e Saúde Pública, Farmácia, Anatomia Patológica e Análises Clínicas, tendo técnicos do Laboratório sido responsáveis por diversas disciplinas relacionadas com o Controlo de Qualidade e Toxicologia.

No âmbito dos projectos de I&D, foi concluído o Acordo Específico de Cooperação com a Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências do Mar e Ambiente, “OPTOEXPLOR – “ Desenvolvimento de um Instrumento para Gestão de um Sistema de Abastecimento Público de Água numa perspectiva de Exploração Integrada dos Recursos Hídricos”, para o triénio 2005/2008.

7 – Código de Conduta e Ética

O Grupo Águas de Portugal acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do Grupo Águas do Portugal vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as Empresas do Grupo nas suas actividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das Empresas do Grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A. e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflecte a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo Empresarial que assume como princípios estruturantes da sua acção o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e protecção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código é aplicável a todas as Empresas e vincula todos os colaboradores do Grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A., independentemente da sua função ou posição.

Normas de conduta do Código de Conduta e Ética do Grupo AdP:

- Respeito pela Lei e pela Regulação
- Relacionamento com a Comunicação Social
- Relacionamento com Clientes, Fornecedores e outras Entidades
- Relacionamento com as Entidades Reguladoras
- Governo da Sociedade
- Relacionamento Institucional com outras Entidades
- Comportamento Não - discriminatório
- Actividades Políticas e Sindicais
- Recurso a Actividades Ilegais e Ilícitas
- Utilização de Recursos da Empresa
- Confidencialidade e Sigilo Profissional
- Actividades Externas
- Prevenção de Potenciais Conflitos de Interesses
- Relacionamento entre Colaboradores
- Segurança e Bem-estar no Trabalho
- Compromisso Ambiental
- Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável

8 – Relatório dos Administradores Não Executivos

Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos

1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º- A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-me, na qualidade de administrador não executivo, apresentar um relatório sobre o desempenho dos administradores executivos referente ao exercício de 2008.

2. Actividade

Nos termos da lei, acompanhei a gestão da empresa por parte dos administradores executivos.

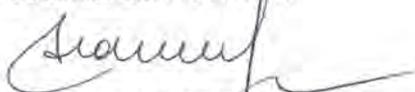
A minha função foi exercida com independência, sendo o meu juízo, em face dos administradores executivos, livre e incondicionado, e constatando sempre uma postura de rigor, eficácia e ponderação nas propostas e nas decisões submetidas ao Conselho de Administração.

3. Parecer

Em consequência do supra exposto, faço uma apreciação positiva da actividade dos administradores executivos.

Faro, 17 de Fevereiro de 2009

O Administrador não executivo



Eng.º Francisco José Fernandes Leal
(Representação do Município de Olhão)

**Relatório dos Administradores não executivos
sobre o desempenho dos Administradores executivos**

1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º- A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-me, na qualidade de administrador não executivo, apresentar um relatório sobre o desempenho dos administradores executivos referente ao exercício de 2008.

2. Actividade

Nos termos da lei, acompanhei a gestão da empresa por parte dos administradores executivos.

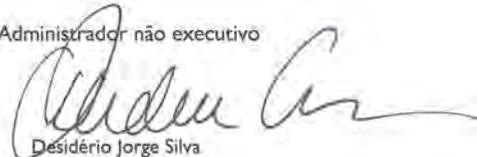
A minha função foi exercida com independência, sendo o meu juízo, em face dos administradores executivos, livre e incondicionado, e constatando sempre uma postura de rigor, eficácia e ponderação nas propostas e nas decisões submetidas ao Conselho de Administração.

3. Parecer

Em consequência do supra exposto, faço uma apreciação positiva da actividade dos administradores executivos.

Faro, 17 de Fevereiro de 2009

O Administrador não executivo



Desidério Jorge Silva

(Representação do Município de Albufeira)



Actividade da Empresa





Actividade da Empresa

I - Introdução

I.1 - Política de Qualidade

A actividade do GGQ no ano de 2008 centralizou-se essencialmente na extensão, consolidação e melhoria do SGI, com a implementação de melhorias ao nível:

- Da monitorização do cumprimento da legislação e outros requisitos aplicáveis;
- Da minimização dos riscos associados às actividades mais problemáticas;
- Do reforço da medicina no trabalho, com o lançamento de novo concurso para a Prestação de Serviços e respectiva adjudicação;
- Do software de gestão do SGI;
- Atribuição, em Setembro de 2008, da Extensão da Certificação em QAS ao negócio de Saneamento, nos subsistemas de Quinta do Lago e Vilamoura;
- Implementação de práticas de Responsabilidade Social e Atribuição, em Setembro de 2008, da Certificação pela SA8000 à AdA;

São objectivos para 2009 garantir o cumprimento dos requisitos das normas de referência, a manutenção das certificações e o compromisso com a melhoria continua do desempenho da AdA;

Assegurar o alargamento do âmbito do SGI a novos subsistemas de Saneamento (será um processo faseado, à medida que as instalações vão oferecendo as condições necessárias para a integração). Prevê-se que sejam integrados a curto prazo os seguintes subsistemas:

Olhão Nascente, Almargem, Boavista e Cachopo.

Redefinir os processos da AdA aproveitando as potencialidades do novo software de gestão;

Qualificação e Requalificação dos auditores internos;

I.2 - Comunicação Institucional

Durante o ano de 2008, a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A, esteve presente, em edições diversas de carácter internacional, nacional e regional, todas estas com especial ligação à temática ambiental, com o objectivo de divulgar a marca.

O lançamento da Campanha de Comunicação Institucional “ ÁGUAS DO ALGARVE – O REFLEXO DE UMA REGIÃO”, marcou presença em algumas iniciativas de carácter editorial e publicitário.

A Águas do Algarve, SA evidenciou maior divulgação e sensibilização para o tema: “Uso eficiente da Água” aquando das comemorações de 3 importantes datas: o Dia Mundial do Ambiente, Dia Mundial da Água e Dia Nacional da Água.

Na área da divulgação foi dada grande importância à disponibilização de informação relativamente ao lançamento, adjudicação, e ponto de situação das várias empreitadas que decorrem na Região.

Durante o ano de 2008, a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A, apoiou várias actividades ligadas ao seu sector de actuação, muitas delas articuladas com entidades e instituições públicas e privadas, destacando-se os seus Accionistas, a Direcção Regional de Educação do Algarve, e Associações Não Lucrativas várias, entre outros.

1.3 - Mecenatos / Protocolos

Foi dada continuidade ao Protocolo estabelecido com a Direcção Regional de Educação do Algarve – Educação Ambiental pela Arte - o qual visa, de uma forma contínua e integrada, a realização de várias actividades de Educação Ambiental;

No âmbito da cultura, foram efectuados protocolos de colaboração com a Fundação Pedro Ruivo, com o Conservatório Regional do Algarve Maria Campina, com a ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve e com o Teatro das Figuras, em Faro.

A Ada patrocinou o Campeonato Mundial de Natação de Portadores do Síndrome de Down, realizado no Algarve.

2- Enquadramento Macroeconómico

2.1 - Geral

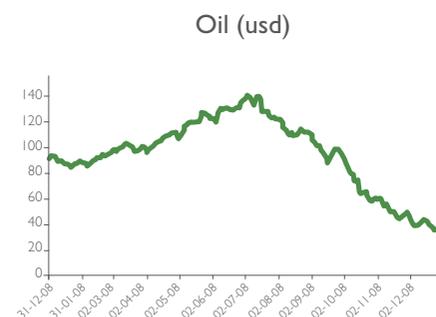
Em 2008 a economia mundial deverá ter crescido entre 3,4% e 3,7% (5% em 2007), como resultado da crise global que assola o mundo. A evidência da sobreavaliação generalizada de activos que suportavam muitas emissões de dívida ocasionou, numa sequência vertiginosa e assustadora, a fragilidade do paradigma financeiro que sustentou o crescimento económico mundial nos últimos anos. A inevitável e consequente crise de confiança que se instalou, ocasionaram a queda das bolsas e a falência de algumas instituições financeiras e à subsequente intervenção dos governos americanos e europeus tentando minimizar estes impactos. O contágio desta crise na chamada economia real, levou ao desacelerar do crescimento económico em 2008 (com particular incidência no segundo semestre), sendo que as previsões para 2009 são ainda mais negras do que os dados reais já divulgados em 2008. Consequência do decréscimo da actividade económica é a diminuição da procura de petróleo e a inerente descida do seu preço nos últimos 5 meses do ano. Saliente-se que tendo em conta apenas os dados do quarto trimestre de 2008, muitas economias se encontram já em situação de recessão técnica.

2.2 - União Europeia

De acordo com projecções macroeconómicas o PIB da zona Euro em 2008 deverá oscilar entre 0,8% e 1,2% (2,8% em 2007), sendo que as perspectivas no próximo ano serão de crescimento nulo ou negativo. O Banco Central Europeu, à semelhança de outros bancos centrais, no sentido de impulsionar o consumo e o investimento, e assim evitar ao máximo cenários de recessão, baixou por três vezes nos últimos três meses de 2008 as taxas de juro (50 pontos base em Outubro e Novembro e 75 pontos base em Dezembro). A taxa de inflação da zona euro em 2008 deverá rondar os 1,6% (2,1% em 2007). O desemprego tem vindo a aumentar nos últimos meses do ano situando-se à volta de 7,8% (7,1% em 2007), e os índices das principais bolsas europeias fecharam o ano com quedas significativas, situações por si só indicativas da expectativa de arrefecimento da actividade económica geral no futuro.

2.3 – Portugal

O crescimento do Produto Interno Bruto em Portugal deverá ser de aproximadamente 0,3% (1,9% em 2007), no entanto saliente-se que os valores apresentados para o PIB nos últimos meses do ano apresentam crescimentos nulos ou com tendência negativa. A desaceleração do PIB reflecte o abrandamento da procura interna, determinada pelo comportamento do investimento, que diminuiu, tal como as importações e as exportações, que também apresentam um decréscimo. O Banco de Portugal considera que a economia portuguesa entrou em recessão técnica, caracterizada por dois trimestres consecutivos de contracção do Produto Interno Bruto (PIB), na segunda metade de 2008.



Inflação

A taxa de inflação em 2008 registou uma taxa de variação média de 2,6% (2,5% em 2007). Esta evolução é marcada pelo comportamento dos preços ao longo do ano, influenciados pela subida significativa do preço do petróleo até Agosto do corrente ano. No entanto, no final do ano, o índice de preços no consumidor (IPC) apresenta diminuições significativas. A taxa de variação homóloga do IPC em Dezembro situou-se nos 0,8% (1,4% em 2007), e entre Novembro e Dezembro de 2008, a variação foi de -0,5%, reflectindo a crise global que afecta a economia actualmente.

De acordo com inquéritos de opinião da Comissão Europeia, registou-se uma diminuição dos indicadores de confiança dos consumidores, com especial incidência no sector da indústria.

A taxa de desemprego em 2008 deverá ser equivalente à do ano anterior (7,4%), podendo fechar entre 7,6% e 7,8%, no entanto é expectável que este indicador sofra subidas consideráveis nos próximos dois anos.

O PSI20, principal índice da bolsa portuguesa, caiu 51% em 2008, registando a primeira queda em seis anos e a maior descida desde a sua criação. Uma queda que inverte a tendência de ganhos nos anos anteriores. As maiores descidas foram protagonizadas pelo grupo Sonae, com a SGPS a recuar 75%, a Sonae Indústria a desvalorizar 77% e a Sonaecom a perder 70%. Na construção, a Teixeira Duarte e a Mota Engil recuaram 71% e 53%, respectivamente, num ano em que a banca foi um dos sectores mais penalizados. O BCP desceu 69%, o BPI 66% e o BES 56%.

3 - Enquadramento do Sector

Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

No ano de 2008, o sector desenvolveu a sua actividade tendo por base a estratégia e os objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto nº8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

De forma resumida, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos.

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo II do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento – no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) -, que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objectivos traçados para o sector:

Com a execução regular deste instrumento financeiro, estão criadas as condições base para que se reforce o apoio aos investimentos previstos para os sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, avaliados em mais de 3.800 milhões de euros no período 2008 - 2015, agrupados da seguinte forma:

- Na vertente em “alta”, cerca de 1.600 milhões de euros, dos quais se estima que 700 milhões poderão ser elegíveis para apoio do QREN, e
- Na vertente em “baixa”, cerca de 2.200 milhões de euros para investimentos considerados prioritários, dos quais se prevê que 1.400 milhões possam ser elegíveis para o apoio do QREN.

A elevada adesão de promotores e de projectos que se verificou em resposta à abertura do 1.º Aviso para recepção de candidaturas, que comprova a importância do financiamento para a estratégia definida e uma rápida absorção das verbas disponíveis, conduzirá necessariamente a um aumento da pressão sobre a metodologia de avaliação dos objectivos e da qualidade dos projectos apresentados.

Nesse âmbito, merece destaque a apresentação de várias candidaturas de Empresas gestoras integradas no grupo AdP que, no seu conjunto, representam investimentos em “alta” de quase 300 milhões de euros.

Em 2008 iniciaram-se os trabalhos relativos à ENEAPAI, que define uma estratégia sustentável alinhada com o QREN, integrando as especificidades e características dos sectores produtivos envolvidos e da sua importância no âmbito das regiões onde estão implantados, e que visa a resolução de graves problemas ambientais, numa lógica de optimização das infra-estruturas tecnológicas de tratamento de águas residuais e de gestão já implementadas, através de um quadro de intervenção que se oriente por objectivos de sustentabilidade técnica, económica e ambiental e de manutenção da competitividade das actividades económicas.

O ano de 2008 marca, igualmente, a instalação das Administrações de Região Hidrográfica (ARH), que passam a deter capacidades e competências que anteriormente se distribuíam por vários organismos da administração central e regional.

Além do planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas, espera-se, destas novas instituições o desenvolvimento de tarefas, acções e actividades que permitam dotar o sector de interlocutores válidos e capazes para assegurar o integral cumprimento da legislação nacional e comunitária em vigor:

Para além das identificadas, compete às ARH a aplicação das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho, que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, em particular a taxa de recursos hídricos (TRH).

Esta taxa visa estabelecer o custo ambiental inerente às actividades susceptíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos públicos, por contraponto ao benefício resultante da utilização dos mesmos, com vista ao aproveitamento racional dos escassos recursos hídricos disponíveis.

Deste modo, o enquadramento legal e institucional de gestão das águas e, por consequência, das entidades

gestoras obriga a tomar em consideração e a promover aspectos inovadores, dos quais se destaca:

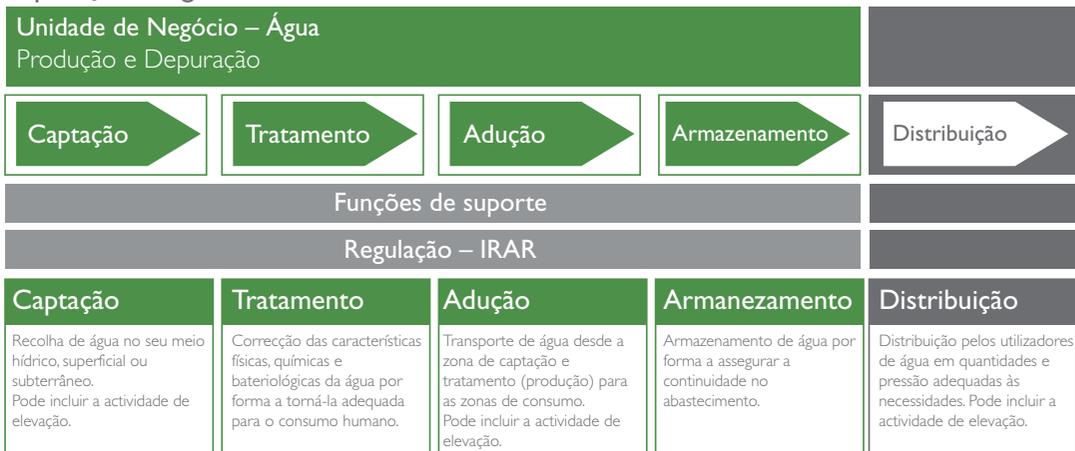
- O princípio da recuperação dos custos, que implicará grande transparência na fixação dos preços e rigor e eficiência na gestão do serviço público.
- A consideração de custos ambientais e de escassez, que deverão penalizar o desperdício e uso inadequado dos recursos.
- O objectivo de atingir o bom estado ecológico e uma boa qualidade físico-química na generalidade das massas de água superficiais e subterrâneas.

Em resumo, o ano de 2008 foi um ano de transição utilizado pelas entidades gestoras para acomodar as necessárias transformações face ao novo quadro legal em que se movimentam, para promover o alinhamento com os planos estratégicos nacionais e possibilitar o acesso aos instrumentos financeiros de apoio associados, de modo a que o ano de 2009 e os seguintes constituam períodos de referência no volume de investimentos de infra-estruturação, no crescimento das taxas de atendimento da população portuguesa, na melhoria da qualidade e da eficiência do serviço público prestado, vectores essenciais para assegurar e garantir as políticas e os objectivos nacionais para este importante sector:

4 - Cadeia de Valor

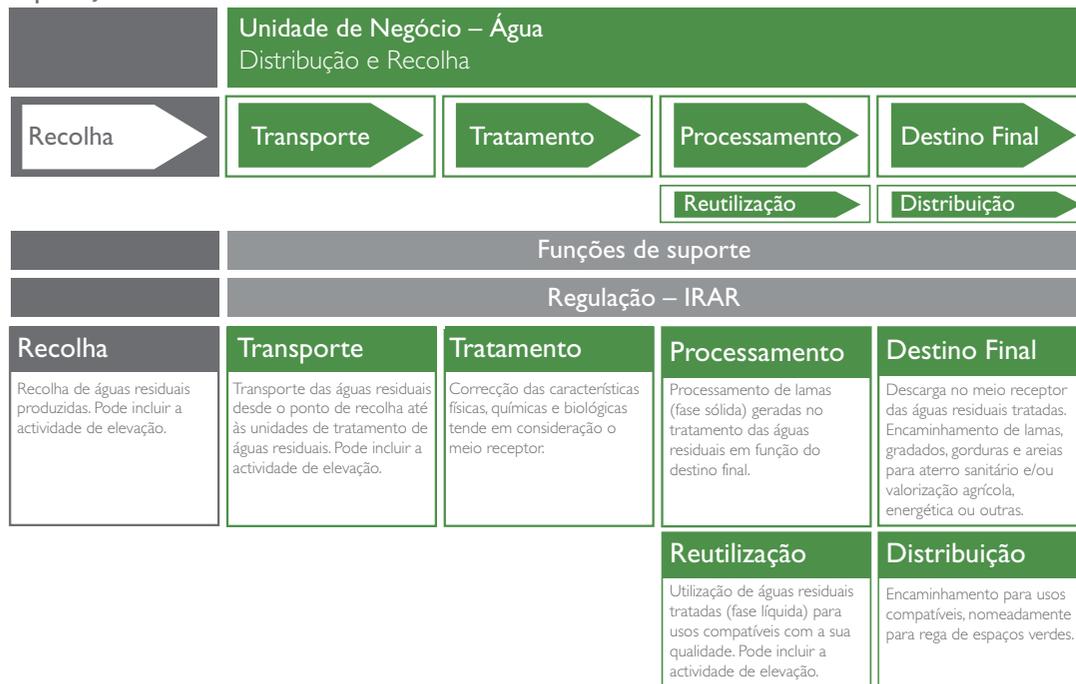
4.1 - Abastecimento de Água

Operação – Água



4.2 - Saneamento

Operação – Saneamento



5 - Regulação

5.1 – Introdução

As actividades desenvolvidas pela Águas do Algarve, Sa, pertencente à unidade de negócio UNA-PD (abastecimento público de água e saneamento de águas residuais em “alta”) do Grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A., constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente.

Estas actividades são exercidas em regime de exclusivo, atribuído às Empresas aquando da concessão dos sistemas.

Em mercados monopolistas, em particular quando se enfrentam estruturas de custo do tipo monopólio natural, como é o caso do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, os mecanismos de auto-regulação, que os mercados em concorrência potenciam, não são suficientes para garantir a correcta afectação dos excedentes de produção e de consumo.

A regulação económica pretende criar os incentivos necessários para que nestes mercados se atinjam resultados mais próximos dos que se verificam em mercado concorrencial, quer no que respeita ao preço, quer no que concerne à qualidade do serviço prestados.

Os preços devem estar alinhados com os custos, traduzir eficiência produtiva e de afectação, cumprindo padrões de qualidade mínima que garantam o serviço prestado ao utilizador; garantindo em simultâneo a

sustentabilidade económica e financeira das Empresas e os legítimos interesses dos accionistas quanto à remuneração dos capitais investidos.

O Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) criado pelo Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 151/2002, de 23 de Maio, é o regulador do sector de águas e resíduos. O IRAR é ainda a autoridade competente em matéria de qualidade da água para consumo humano.

No entanto, a sua intervenção não se estende à globalidade do sector nem é uniforme pelas diferentes actividades.

Tipo Gestão		Directa		Delegada		Concessionada	
		Estatal	Municipal	Estatal	Municipal	Estatal	Municipal
Tipo Intervenção	Qualidade Produto (água para consumo humano)	X	X	X	X	X	X
	Qualidade Serviço			X		X	X
	Preço					X	

Esta situação provoca distorções no mercado com impacte ao nível da sustentabilidade económica e financeira dos sistemas em alta.

O acompanhamento da actividade regulatória do Grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A. está centralizado na área de Desenvolvimento Empresarial – órgão de staff da holding, que apoia a Comissão Executiva da Águas de Portugal - SGPS, S.A. SGPS e os Conselhos de Administração dos Sistemas Multimunicipais na tomada de decisão e em assuntos contratuais, criando uma linha de coesão na resposta aos desafios que a legislação e o Regulador vão colocando aos sistemas à medida que da evolução do negócio.

A centralização da actividade regulatória tem revelado níveis acrescidos de qualidade e confiança nas relações institucionais entre o Grupo e o Regulador.

5.2 - Regulação Económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se a 30 de Setembro, com a apresentação da proposta de orçamento e projecto tarifário para o ano seguinte ao Concedente e ao Regulador. O ciclo orçamental é de 60 dias nos contratos de abastecimento e saneamento.

A Águas do Algarve, prepara a informação previsional nos termos da Portaria n.º 1275/2003, de 7 de Novembro, e em cumprimento das recomendações anuais emitidas pelo Regulador, com detalhe de custos, proveitos, volume de actividade, investimento e financiamento. Esta informação é acompanhada de parecer de auditor externo.

O ciclo orçamental de 2008, iniciado em Setembro 2007, estendeu-se até Agosto de 2008, data em que foram aprovadas as últimas tarifas, com impacte negativo ao nível da tesouraria das entidades gestoras.

A partir do ciclo orçamental de 2008 foi instituído um processo formal de contraditório sobre o parecer que o Regulador pretende emitir sobre a proposta de orçamento e tarifa de cada entidade gestora.

As propostas de orçamento e tarifa contemplam uma adequada remuneração do capital, definida em função de um indexante acrescido de um prémio de 3% aplicada ao Capital Social acrescido da Reserva Legal. Os indexantes são as Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT 10), Taxa Base Anual (TBA) e a Euribor a 6 meses. Como previsto nos contratos de concessão, de acordo com o modelo regulatório, a remuneração accionista devida e não paga é capitalizada àquela taxa.

Estão divulgados no anexo às contas os indexantes utilizados no cálculo da remuneração e os montantes a liquidar.

Em 2007, encetou-se um processo de uniformização dos indexantes dos vários contratos de concessão, por forma a garantir maior adequabilidade do indexante à remuneração dos capitais pelos prazos alargados que caracterizam estes contratos. Este processo ainda não se encontra concluído.

De acordo com os contratos de concessão, a remuneração accionista poderá ser majorada em 50% dos ganhos de produtividade gerados anualmente. Nas Empresas em que se registam ganhos de produtividade, estes, pese embora sejam devidos, não têm sido distribuídos.

De acordo com o modelo regulatório vigente, podem gerar-se défices / superávits tarifários. Considera-se défice / superavit tarifário, nos termos dos contratos de concessão, a diferença, quando a houver, entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos custos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efectivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

5.3 – Regulação da Qualidade de Serviço

Anualmente, o regulador avalia a qualidade de serviço das Empresas concessionárias de serviços de abastecimento, saneamento e tratamento e valorização de resíduos em “alta” e “baixa” através de um conjunto de 20 indicadores (base IWA), fazendo o benchmark entre as várias concessionárias, que publica no relatório anual que faz sobre o sector.

5.4 – Regulação da Qualidade da Água

O IRAR é autoridade competente em matéria de qualidade da água para consumo humano, criando assim mais uma linha de regulação da actividade das Empresas de abastecimento de água.

Anualmente, a Águas do Algarve submete para aprovação do Regulador o plano de controlo da qualidade da água (PCQA) para o ano seguinte, que o IRAR aprova e monitoriza. Os resultados da monitorização dos PCQA são publicados permitindo aos consumidores terem acesso a um conjunto de informação relativa à qualidade da água que consomem, bem como o nível de incumprimento dos parâmetros legais pelo seu fornecedor.

6 - Análise Económica e Financeira

Introdução

Para efeitos de comparabilidade, entre os exercícios de 2008 e 2007, não houve factos relevantes que mereçam ser considerados. Assim, a Empresa concluiu o exercício de 2008 com um resultado antes de impostos de 2.861.039,55 €, tendo obtido um resultado líquido de 2.055.376,08 €.

Situação Económica

Pese embora se tenha verificado um decréscimo do abastecimento de água, em volumes, na ordem de 1,24%, em termos de facturação, registou-se um acréscimo de 2,0% que atingiu os 29,029 milhões de euros.

A diminuição de caudal facturado é justificada pelo facto de no ano de 2008 se terem registado significativas alterações climáticas, sendo mesmo o ano mais fresco dos últimos 30 anos e ainda, pelo reconhecido abrandamento da Actividade Turística.

A justificação para o acréscimo da facturação face ao ano anterior está relacionada com a actualização tarifária (+3,75%).

O acréscimo verificado na prestação de serviços de saneamento está relacionado com o funcionamento em pleno, durante o ano de 2008, da exploração, por parte da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., dos sistemas de Faro e de Portimão. Em 2007, estas infra-estruturas apenas funcionaram a partir de Abril e de Setembro. Atingiram-se, assim, os 17,2 milhões de euros de facturação e os cerca de 33 milhões de m³ facturados, representando um acréscimo de 44,1% de facturação.

Proveitos	2008	2007	Variação	%
Vendas	29.029.208	28.457.876	571.332	2%
Prestação de Serviços	17.265.101	11.983.612	5.281.489	44%
Proveitos Suplementares	1.851.808	1.465.041	386.767	26%
Subsídios à Exploração	38.709	11.986	26.723	223%
Trabalhos para a Própria Empresa	3.565.297	2.663.577	901.720	34%
Proveitos e Ganhos Financeiros	923.618	529.868	393.750	74%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.413.817	2.899.382	514.435	18%
Total de Proveitos	56.087.557	48.011.342	8.076.215	17%

Quadro 8 - Proveitos

A variação de proveitos suplementares está, também, relacionado com o arranque da exploração dos sistemas de saneamento de Faro e Portimão, pois correspondem aos débitos dos custo de energia e água aos prestadores de serviço em regime de “outsourcing”.

Ressalta, ainda, na análise da estrutura dos proveitos, o montante de trabalhos para a própria Empresa, consequência da capitalização de um conjunto de encargos inerentes à fase de investimento da área de negócio do Saneamento e da Barragem de Odelouca.

A evolução dos custos reflecte o acréscimo da actividade da Empresa, destacando-se as seguintes rubricas: Custos das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Custos Financeiros.

Custos	2008	2007	Varição	%
Custos das Matérias Consumidas	2.426.053	2.398.064	27.989	1%
Subcontratos	6.702.015	5.245.879	1.456.136	28%
Outros Fornec. e Serviços Externos	14.049.881	12.499.371	1.550.510	12%
Impostos	918.232	860.536	57.696	7%
Custos com o Pessoal	5.750.020	5.766.635	-16.615	0%
Outros Custos Operacionais	7.924	6.567	1.356,93	21%
Amortizações do Exercício	14.092.856	12.249.392	1.843.464	15%
Custos e Perdas Financeiras	9.097.264	6.157.158	2.940.106	48%
Custos e Perdas Extraordinárias	182.272	157.339	24.933	16%
Total de Custos	53.226.517	45.340.941	7.885.576	17%

Quadro 9 - Custos

O aumento dos custos com matérias-primas, reagentes, foi sensivelmente igual ao aumento do volume de água fornecida (1%) e cuja variação não foi significativa.

O acréscimo dos subcontratos é justificado directamente pelo arranque em pleno da exploração dos sistemas de saneamento de Faro e Portimão, por parte da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., em regime de subcontratação – “outsourcing”.

Os FSE tiveram um crescimento de 12% relacionado principalmente com o aumento registado na actividade de negócio do saneamento.

No âmbito da transferência, por parte do Concedente, da responsabilidade de conclusão da barragem de Odelouca para a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., será necessário proceder ao reequilíbrio económico e financeiro da concessão para acomodar o aumento do volume de investimento, tanto associado à construção da barragem como à revisão do plano de investimento do saneamento. O reequilíbrio proposto vai no sentido de prolongar o prazo dos contratos de concessão (Água e Saneamento) minorando os eventuais efeitos nas tarifas.

Neste sentido, foram recalculadas as amortizações do exercício e o reconhecimento dos subsídios associados, com base na revisão dos caudais e na extensão do prazo das concessões para 31 de Dezembro de 2037. O efeito conjugado destes dois factores resulta num aumento de 1,8 milhões de euros nas amortizações do exercício pela Directriz Contabilística n.º 4.

Os custos financeiros registaram um aumento de 2,9 milhões de euros. A justificação para esta variação reside no aumento do financiamento, necessário para suportar o investimento realizado no corrente ano, e no aumento das taxas de juro de referência.

Situação Financeira

A situação financeira e patrimonial da Águas do Algarve, S.A. registou no exercício de 2008 uma evolução muito positiva, com um crescimento de 52,6 milhões de euros do Activo Líquido face ao exercício anterior. Como podemos observar pelo quadro resumo do Activo, constatamos que este acréscimo é essencialmente devido ao aumento do imobilizado, consequência natural do esforço de investimento que a Águas do Algarve, S.A. vem executado ao longo dos anos.

Activo	2008	2007	Varição	%
Imobilizações Corpóreas Líquidas	251.345.902	249.844.276	1.501.626	1%
Imobilizações Incorpóreas Líquidas	577.841	475.161	102.680	22%
Imobilizado em Curso	124.258.397	82.247.650	42.010.747	51%
Investimentos Financeiros	6.613.773	5.307.522	1.306.251	25%
Existências	730.163	606.615	123.548	20%
Dívidas de Terceiros - curto prazo	41.890.036	36.444.217	5.445.819	15%
Depósitos Bancários e Caixa	7.773.747	6.753.691	1.020.056	15%
Acréscimos e Diferimentos	2.679.602	1.579.645	1.099.957	70%
Total do Activo Líquido	435.869.461	383.258.777	52.610.684	14%

Quadro 10 – Activo Líquido

Para fazer face a este investimento a Águas do Algarve, S.A. recorre essencialmente ao Banco Europeu de Investimentos, registando em 31 de Dezembro de 2008 um endividamento de cerca 148,9 milhões de euros.

A evolução dos Capitais Próprios e o Passivo da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. é a que consta do quadro que se segue:

Rubricas	Transferências	Aumentos	Saldo Final(€)
Capital Social	29.825.000,00	0,00	29.825.000,00
Reservas Legais	388.144,62	0,00	482.414,59
Reservas Livres	1.332,68	0,00	1.332,68
Resultados Transitados	6.605.038,03	20.867,78	6.625.905,81
Resultado Líquido do Exercício	1.885.399,42	-1.885.399,42	2.055.376,08
Total	38.704.914,75	-1.864.531,64	38.990.029,16

Quadro 11 – Capitais Próprios

Passivo	2008	2007	Varição	%
Dividas a terceiros M/L/P	146.437.152	67.318.276	79.118.876	118%
Dividas a terceiros curto prazo	60.224.772	97.284.880	-37.060.108	-38%
Acrescimos e diferimentos	190.217.507	179.950.706	10.266.801	6%
Total Passivo	396.879.431	344.553.863	52.325.569	15%
Total Passivo+Capital Próprio	435.869.461	383.258.777	104.651.138	27%

Quadro 12 - Passivo

Indicadores Financeiros Mais Relevantes

No quadro seguinte apresentam-se, com referência aos dois últimos exercícios, alguns indicadores económico-financeiros considerados mais relevantes.

Indicadores Financeiros	2008	2007
De Situação Financeira		
Solvabilidade Total (Activo / Passivo)	1,10	1,11
Autonomia Financeira (Capitais Próprios / Activo - %)	54,76%	44,34%
Estrutura Financeira (Passivo Financeiro / Capitais Próprios - %)	530,04%	425,28%
Grau de Endividamento (Passivo Total / Capitais Próprios - %)	1017,90%	890,21%
Liquidez Geral (Capitais Circulantes / Passivo c.p. - %)	21,19%	16,37%
Cobertura do Imobilizado (Capitais Permanentes / Activo Fixo - %)	48,44%	31,38%
Cobertura dos Encargos Financeiros (EBITDA / Encargos Financeiros - %)	275,30%	333,71%
De Rendibilidade		
Rendibilidade dos Capitais Próprios (Resultados Líquidos / Capitais Próprios - %)	5,27%	4,87%
Rendibilidade Económica (Resultados Operacionais / Activo Total - %)	1,79%	1,45%
Outros indicadores		
VAB per Capita (VAB / nº médio de trabalhadores) - Euros	180.606,17	152.309,49
VAB (Euros)	32.689.717,42	27.568.017,07
EBITDA (Res. Antes de Impostos+Amort.+Provisões+Reint.+Juros)	25.044.728,77	20.547.084,01

Quadro 13 – Indicadores Financeiros

A estabilização dos indicadores de estrutura financeira, conseguida pela realização de capital social do sistema multimunicipal do saneamento em 2006, e a melhoria dos indicadores de rentabilidade, resultado da melhoria dos resultados operacionais da Empresa, permitem consolidar o desempenho da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. e libertar capacidade de auto-financiamento para a realização de investimentos.

No entanto, o "Cash Flow" Operacional (EBITDA) gerado, no valor de 25.04 milhões de euros (representando um acréscimo de 21,9 %, face a 2007) não é suficiente para cobrir a totalidade de necessidades de investimento, razão pela qual se verifica alguma diminuição dos rácios de liquidez, autonomia e solvabilidade.

Não obstante esta diminuição, os valores apresentados estão perfeitamente enquadrados na nossa actividade e reflectem a fase de investimentos onde, ainda, nos encontramos.

7- Actividade

7.1 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve

7.1.1 - Construção de Infra-Estruturas

Durante o ano de 2008 foi efectuado um investimento de cerca de 32 milhões de euros.

Neste ano ficaram praticamente concluídos os investimentos previstos no contrato de concessão, transitando para 2009 apenas o equipamento de furos para captação de água subterrânea e a conclusão da construção da Barragem de Odelouca.

Face ao problema, cada vez mais agudo, de períodos de seca prolongada, justificou-se inteiramente o dotar o Barlavento Algarvio de um sistema de aproveitamento hidráulico das águas superficiais, capaz de dar resposta às presentes carências sentidas ao nível do abastecimento público.

A decisão de atribuir ao abastecimento público uma clara prioridade na utilização dos recursos hídricos mobilizados pelos novos aproveitamentos hidráulicos que garantirão igualmente a satisfação dos consumos previstos a médio - longo prazo, é inteiramente justificada.

A Barragem de Odelouca faz parte das obras do Sistema Global de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio, compreendendo os concelhos de Loulé (parte ocidental), Albufeira, Silves, Lagoa, Lagos, Portimão, Aljezur, Monchique e Vila do Bispo, cujo objectivo é a captação e o fornecimento de água com qualidade e com elevada garantia.

No âmbito do abastecimento deu-se continuidade aos Estudos/Projectos/Empreitadas, de modo a que o nosso Sistema cubra a totalidade da nossa região, tendo-se iniciado os Estudos de Abastecimento à zona Norte do Município de Loulé, Abastecimento a Sagres, entre outras.

7.1.2 - Projectos

Projectos Executados

1. Mini-hídrica da ETA de Alcantarilha, Silves;
2. Reforço da Adução ao Concelho de Tavira - Pontos de Entrega da Fonte do Bispo e Santa Catarina;
3. Abastecimento de Água a Cachopo e Possíveis Povoações Limítrofes;

Projectos em Elaboração

1. Reforço da Adução ao Concelho de Olhão Pontos de Entrega da Fuseta e Pechão;

2. Projecto de Execução de Medidas Correctivas contra a Intrusão Salina no Sítio das Fontes de Estombar;
3. Micro-hídrica do Ponto de Entrega de Chão-das-Donas, Portimão.
4. Novo Ponto de Entrega em Castro Marim - Cerro do Enho;
5. Obras de Melhorias nos Parques de Lamas das ETAs de Tavira e Alcantarilha;
6. Novo Reservatório do Barlavento;
7. Reforço da Adução ao Concelho de Loulé;
8. Obras Complementares às Novas Infraestruturas adquiridas à FAGAR;
9. Reabilitação / Substituição das condutas adutoras a Vila do Bispo e Sagres;
10. Nova conduta DN 500 (Penina);
11. Condução de Bemparece (Albufeira);
12. Remodelação e ampliação da EE da Mosqueira (Albufeira);
13. Substituição da conduta elevatória da Mosqueira (Albufeira);
14. Projecto Odelouca - Desmatação da Área a Inundar na Albufeira da Barragem de Odelouca.

Projectos por lançar/contratar

1. Novas Ligações ao concelho de Lagoa: Zona Ocidental (Ferragudo);
2. Projecto Odelouca - Centro de Divulgação da Ictofauna

7.1.3 - Empreitadas

Empreitadas em Fase Concurso

- Mini hídrica da ETA de Alcantarilha;

Empreitadas Contratadas

- Minimização de Riscos de Queda em Altura.
- Reforço da Adução aos Municípios de Loulé e Tavira. Ligação ao Reservatório de Vila Sol, ligação ao Reservatório de Almancil e Vale Formoso e ligação ao Reservatório de Cruz do Areal;
- Projecto Odelouca - Centro Nacional de Reprodução em Cativo do Lince Ibérico.

Empreitadas Em Curso

1. Concepção/Construção do Abastecimento de Água e Saneamento às Ilhas da Culatra e Armona em "Alta" – Componente de Abastecimento de Água;
2. Concepção e Execução de Armazém Pré-Fabricado na ETA de Tavira e Concepção e Execução da Passagem Superior para Peões na ETA das Fontainhas;
3. Reforço de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio a partir de Captações do Aquífero Querença - Silves - Equipamento e Sistema de Telegestão dos Furos;
4. Reestruturação do Sistema de Automação da Estação Elevatória de Água Bruta EE3 – Santo Estêvão;
5. Projecto Odelouca - Conclusão da Construção da Barragem de Odelouca.

Empreitadas Concluídas

- Ligação do Concelho de Monchique aos Sistemas Multimunicipais - Lote I;
- Muro de Suporte no Reservatório do Cabeço;

7.1.4 - Gestão e Exploração dos Sistemas

Introdução

O fornecimento total de água facturada aos Municípios em 2008 foi de 68 355 971 m³ e representou um caudal médio diário de água fornecida de cerca de 186 795,50 m³ /dia, sendo inferior em 1,24 % em relação ao ano de 2007 e superando em 15 % os volumes anuais mínimos previstos no Contrato de Concessão para o ano 2008.

Em 2008 foram colocadas em exploração as acções previstas no Plano de Acção para a Seca tendo em vista assegurar o abastecimento público no Algarve no curto prazo, com relevância para a captação e elevação de água para aproveitamento das aflúncias na ribeira de Odelouca, no local da pré-ensecadeira da futura barragem e sua condução através do túnel Odelouca – Funcho para a ETA de Alcantarilha.

Iniciou-se o fornecimento de água ao ponto de entrega de Alcaria (em substituição do ponto de entrega de Odeleite), do Município de Castro Marim e ao ponto de entrega de Giões do Município de Alcoutim.

A utilização das ETAs do SMAAA em 2008, superou os objectivos propostos e atingiu 61,70% no mês de Agosto, tendo-se tratado um volume total de 69 239 025 m³ de água no ano o que representou uma diminuição de 1,28% em relação ao ano de 2007.

A qualidade da água tratada e fornecida aos Municípios servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve no ano 2008, pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 99,9%, tendo-se verificado no PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água aprovado pelo IRAR, apenas quatro não conformidades de acordo com o previsto no Decreto - Lei n.º 306/07 de 27 de Agosto.

No ano de 2008 a operacionalidade do SMAAA, não registou ocorrências que exigissem a interrupção do fornecimento de água aos municípios com consequências para o abastecimento público.

Tratamento de Água para Consumo Humano

A ETA de Tavira tratou um volume de 35 659 460 m³ de água. O volume máximo diário de água tratado foi de 136 650 m³, correspondente a cerca de 71,89% da capacidade máxima de tratamento, tendo-se verificado em 5 de Agosto. Relativamente à ETA do Beliche tratou um volume de 1.264.989 m³ de água.

O volume extraído das captações subterrâneas (captações de Vale da Vila) foi de 10 128 200 m³, tendo esta água sido tratada na ETA de Alcantarilha e representando 37,01% da água tratada. O volume de água captado a partir da pré-ensecadeira de Odelouca foi de 3 332 899 m³ de água representando 12,18 % da água tratada. No total, foi tratado um volume de 27 244 808 m³ de água na ETA de Alcantarilha tendo sido o volume máximo diário de 150 904 m³, atingido a 15 de Agosto e correspondente a cerca de 58,22 % da capacidade máxima de tratamento.

A ETA das Fontainhas tratou um volume de 5 069 768 m³ de água, e foi adquirido à ARBA, um volume total de 4 731 228m³.

A utilização das ETAs do SMAAA em 2008, atingiu no global 61,70% no mês de Agosto de 2008 representando uma evolução de 2,2 % em relação ao ano de 2007.

Controlo da Água para Consumo Humano:

O controlo da qualidade da água de consumo humano é efectuado de modo a cumprir a legislação nacional aplicável aos diversos tipos de águas, as orientações da Organização Mundial de Saúde e, desde 2007, as especificações da Certificação em Segurança Alimentar (ISO 22000) e Certificação do Produto "Água para Consumo Humano na variante Sistemas de Abastecimento Público em Alta", pelo referencial ERP 5001/2. Deste modo, para além do programa de análises para cumprimento da legislação, estão também estabelecidos planos operacionais de análises que garantem a qualidade da água produzida pela Águas do Algarve, S.A. Globalmente, são amostrados cerca de 250 pontos de colheitas de água, no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água conforme apresentado no Gráfico 3.

A monitorização dos diversos tipos de águas incluídos nos Planos de Análise levou a que fossem analisadas no Laboratório cerca de 21.000 amostras, ao longo do ano de 2008, correspondendo a uma média de 80 amostras por dia.

As análises de rotina realizaram-se de acordo com os Planos de Controlo de Qualidade da Água estabelecidos pela Direcção de Operações – Água.

Actualmente o Laboratório tem implementados um total de 157 parâmetros, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Número total de parâmetros implementados no Laboratório da AdA relativos a parâmetros indicadores da qualidade da água.

Área	Parâmetros implementados no Laboratório
Físico-química	119
Microbiologia	23
Biologia	15
Total	157

Quadro 14 – Parâmetros acreditados

Durante o ano de 2008 foram implementados, no Laboratório da Aguas do Algarve, 27 novos parâmetros, pelas técnicas de HPLC, EAM/FCS e ICP (inclui metais totais e dissolvidos).

Todos estes novos parâmetros foram acreditados nas auditorias decorridas em Junho e Dezembro de 2008, assim como 7 parâmetros implementados em 2007, o que perfaz um total de 34 parâmetros acreditados em 2008.

Acreditação do Laboratório - Norma Np En Iso/lec 17025

No decorrer de 2007 e 2008, o Laboratório alargou o âmbito da sua acreditação a mais 79 parâmetros da qualidade da água e ainda à amostragem, encontrando-se actualmente acreditado para 109 parâmetros, das áreas de físico-química e microbiologia, conforme apresentado no gráfico 4.

Produção e Destino Final de Lamas

Nas ETAs do SMAAA, foram produzidas 5506,66 toneladas de lamas desidratadas, que representam cerca de 19,4% de redução em relação ao ano anterior.

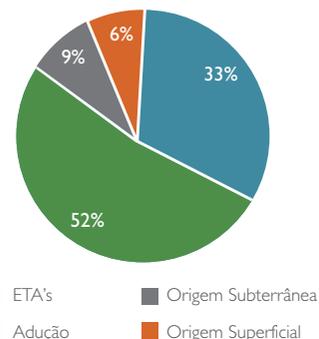


Gráfico 3 - Distribuição dos Pontos de Colheita de amostras do SMAAA

Parâmetros acreditados no Laboratório da AdA

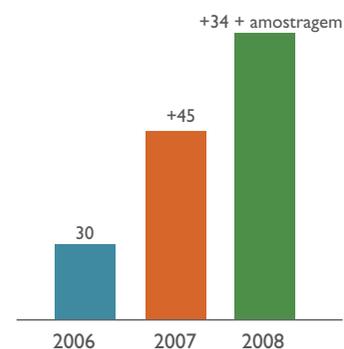


Gráfico 4 – Evolução do número total de parâmetros acreditados no Laboratório da AdA

As actividades associadas à gestão de lamas tiveram um custo superior ao ano anterior, devido ao aumento da quantidade de lamas valorizadas, nomeadamente no transporte e valorização, que teve um custo de 0,2 cêntimos /m³ de água tratada e de 25,47 euros/tonelada de lama produzida.

Durante o ano 2008 realizou-se a maior transferência anual de volumes de água tratada através da Interligação Barlavento - Sotavento, na sua maioria por elevação, com recurso às duas Estações Elevatórias Reversíveis.

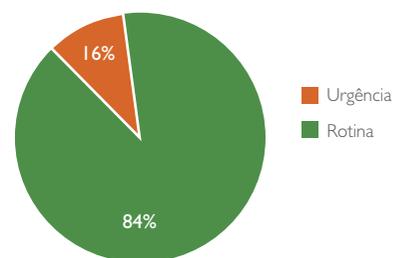
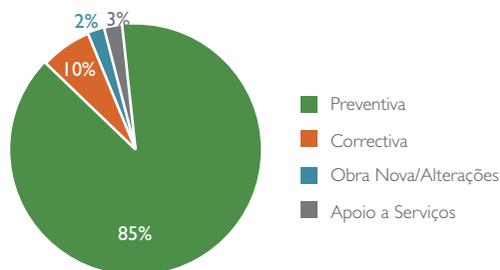
7.1.5 - Serviço Geral de Manutenção

No ano de 2008 o Serviço de Manutenção Geral deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objectivos superiormente traçados para este Serviço, de acordo com a Legislação em vigor e com as Normas Internas da Empresa, de modo a consolidar as Certificações em Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social e HACCP no Âmbito de Construção, Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve e Certificação do Produto Água para Consumo Humano em Alta.

Todos os trabalhos de manutenção são realizados em "Outsourcing", tendo em 1 de Janeiro de 2008 iniciado uma nova prestação de serviços para "Fornecimento de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve".

No ano de 2008, realizaram-se 13596 intervenções abrangendo 4 ETA's, 33 Estações Elevatórias, 70 Pontos de Entrega e 421Km de adutores, com um total de 12.229 equipamentos. É de salientar o esforço efectuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a se dar cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto.

Nos gráficos abaixo, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de OT's por grau de urgência.



Tipo	2008 (HH's)
Preventiva	69.558
Correctiva	9.124
Obra Nova / Alterações	1.881
Apoio a Serviços	2.294

Grau de Urgência	2008 (OT's)
Rotina	11.420
Urgência	2.252

Gráficos 5 e 6 – Gráficos por tipo de intervenção

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, o SMG tem por missão apoiar a Direcção de Operações Saneamento na exploração das infra-estruturas, nomeadamente prestando assessoria técnica na manutenção das instalações já em funcionamento e na apreciação de projectos, acompanhamento e recepção das novas infra-estruturas construídas pela Águas do Algarve, S.A.

7.1.6 - Gestão de Energia

Energia Solar Fotovoltáica

Foram instaladas Sistemas Solares Fotovoltáicos, encontrando-se 40 ligados à Rede Eléctrica de Serviço Público e os restantes em fase de ligação. Estes Sistemas foram enquadrados como unidades de micro produção ao abrigo do DL 363/2007 de 2 de Novembro, com uma potência total instalada na ordem dos 172.96 kW, ou seja, 3.68 kW por unidade, produzindo anualmente cerca de 271 MWh.

Desta forma esta medida irá ainda contribuir para a redução da emissão de cerca 128 tCO₂ para a atmosfera, através de um investimento na ordem de 896.000€ sendo expectável o seu retorno em cerca de 5 (cinco) anos.

Sendo pretensão desta Empresa continuar a promover a instalação de mais sistemas desta natureza, foram no presente mês efectuados cerca de 8 (oito) novos registos em instalações que integram o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve.

Micro-Hídricas

A Águas do Algarve, S.A, promoveu a instalação de uma Central Micro-Hídrica na ETA do Beliche proporcionando o aproveitamento da energia cinética e potencial do caudal de água bruta, para a produção de energia eléctrica que será utilizada na referida instalação.

Com esta medida a Águas do Algarve, S.A. irá produzir anualmente cerca de 78 MWh, sendo essa energia consumida na respectiva instalação, anulando cerca de 10.7% da energia eléctrica proveniente da Rede Eléctrica (relativamente aos consumos do ano de 2007) reduzindo o custo anual na ordem dos 13.3%.

Esta medida contribuirá ainda para a redução da emissão de cerca de 37 tCO₂ (trinta e sete toneladas de dióxido de carbono) para a atmosfera.

Tratando-se de um projecto-piloto, em fase de desenvolvimento, é nossa intenção que venha a ser instalado um novo grupo, que resultará numa melhoria quer ao nível do rendimento, quer ao nível da potência disponibilizada nos referidos escalões e, por conseguinte melhorando o desempenho do sistema.

Energia Eólica

Numa colaboração entre a Águas do Algarve, S.A., o CEEETA e o INEGI, está há cerca de 9 meses a ser medido o potencial eólico em terrenos de propriedade da Águas do Algarve, S.A. em Giões, Concelho de Alcoutim.

Centrais de Digestão Anaeróbia com Recurso ao Biogás

A produção de energia através de Centrais de Digestão Anaeróbia com recurso ao Biogás está em fase de estudo para duas Estações de Tratamento de Águas Residuais, nomeadamente Lagos e Companheira em Portimão.



Foto 1 - Barragem de Odelouca



Foto 2 – Indicação da localização da Barragem de Odelouca

7.1.7- Barragem de Odelouca

A Barragem de Odelouca e o Túnel Odelouca-Funcho integram o conjunto de obras de Aproveitamento Hidráulico Odelouca-Funcho, cujo objectivo é o fornecimento de água em quantidade e qualidade para o abastecimento público aos 16 Municípios da Região do Algarve. A Barragem de Odelouca torna-se assim, na obra principal do Sistema Primário (captação e transporte de água bruta) do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, cuja inexistência tem condicionado o funcionamento em pleno do SMAAA, devido à baixa disponibilidade de recursos hídricos no Barlavento Algarvio (Foto 1).

Em 14/07/2006 por Despacho do Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e por Protocolo entre a Águas do Algarve, SA (AdA) e o INAG, determinou-se que a conclusão da construção da Barragem de Odelouca, e respectiva Componente Ambiental, ficariam sob a responsabilidade da Águas do Algarve, SA. e passando a integrar as infra-estruturas afectas à Concessão do Sistema Multimunicipal do Abastecimento de Água do Algarve (Foto2).

O ano de 2008 foi um ano determinante para a execução do corpo da barragem, estando executados cerca de 1.200.000 m³ de aterro, dos 1.800.000 m³ estimados.

As infra-estruturas hidráulicas associadas, descarregador de cheias, tomada de água e Pontes, encontram-se igualmente em avançada fase de execução.

Esta empreitada está sujeita à supervisão da CABO - Comissão de Acompanhamento da Barragem de Odelouca, que reúne mensalmente, e realiza vistorias periódicas à Obra.

Componente Ambiental do Projecto

Dada a localização da Barragem de Odelouca numa área de especial interesse ambiental, classificada na Rede Natura 2000 – o Sítio de Monchique (PTCON0037), e atendendo aos impactes significativos deste projecto, identificados em sede de processo AIA, foi definida a implementação de um conjunto vasto de medidas de Minimização, e Compensação Ambiental.

Da estruturação da Compensação Ambiental, resultou a seguinte organização:

- Medidas de minimização
- 5 Subprogramas de compensação
 - . Lince ibérico
 - . Ictiofauna
 - . Galerias ribeirinhas
 - . Avifauna
 - . Estudos e monitorizações
- Sistema de Gestão Ambiental (SGAEO)
- CABO (comissão de acompanhamento Barragem de Odelouca)

Protocolos de I&DT

A Águas do Algarve, SA, tem recorrido a diversas Entidades do meio científico e académico, para a realização dos estudos e projectos necessários à implementação das medidas ambientais, mantendo para o efeito os Protocolos com a Faculdade de Ciências, Instituto Superior de Agronomia e Universidade de Trás-os-Montes.

Investimento

O investimento estimado para o Empreendimento de Odelouca é da ordem dos 76,3 Milhões de euros (81,9 Milhões se considerada a candidatura de 5,6 Milhões de Euros, participada em 75%, referente à construção do Centro Nacional de Reprodução em Cataveiro do Lince Ibérico) (Foto 3), cujas principais componentes Obra e Ambiente, se estimam na ordem dos 54,8 e 11,1 milhões de euros respectivamente.

7.2 - Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve

7.2.1 - Introdução

Durante o ano de 2008 foi efectuado um investimento global de cerca de 26 milhões de euros para implementação do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, no que se refere à execução de novas obras, reabilitações/ampliações e aquisição de infra-estruturas de saneamento “em alta” aos municípios aderentes ao Sistema.

No ano em causa foi dada continuidade ao passado no ano anterior; isto é a construção de novas componentes do Sistema, bem como a reabilitação de outras em que o seu estado, aquando da integração, assim o exigia.



Foto 3 - Centro Nacional de Reprodução do Lince

7.2.2 - Projectos

Projectos Executados

1. Ligação do Azinhal à ETAR de Almada D'Ouro;
2. Obra de Entrada da EE7 – Almargem;
3. EE Hotel Vila Galé – Albacora;
4. Construção da EE de Águas Residuais de Olhos de Água Norte;
5. Sistema de Telegestão do Saneamento do Algarve;
6. Ampliação do Edifício de Exploração na ETAR de Vilamoura;
7. Projectos das ETARs de Santa Justa e Barradas;
8. Projecto de Execução para a construção da ETAR de Almada D'Ouro;
9. Projecto de Execução da ETAR de Carrascalinho;
10. Reabilitação da ETAR do Rogil;
11. Colectores gravíticos em Silves - Novo troço de interceptor em Silves;
12. Projecto de Execução para a construção da ETAR de Odeleite;
13. Ligação da ETAR da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira.

Projectos Em Elaboração

1. Nova ETAR da Companheira;
2. Ligação de Porto de Lagos à ETAR da Companheira;
3. Sistema Interceptor de Vale da Telha/ Monte Clérigo/ Espartal / Arrifana;
4. Projecto Base para a Reabilitação da ETAR de Vale de Lobo;
5. Projecto Base para a Remodelação da ETAR da Quinta do Lago;
6. Projecto Base para a Remodelação da ETAR de Lagos;
7. Projecto Base para a Remodelação da ETAR do Pinhal do Concelho;
8. Projectos de Execução para a Reabilitação dos Sistemas Elevatórios e Interceptores nos Concelhos de Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, Faro e Olhão – Estações Elevatórias;
9. Projecto de Execução da Conduta Elevatória Final de Lagos;
10. ETAR de Montes do Rio;
11. Remodelação e Ampliação do Sistema Interceptor e Elevatório de Boliquireme;
12. Alteração do Sistema de Desinfecção nas ETAR's de Querença, Benafim e Ameixial;
13. Remodelação da ETAR de Loulé;
14. Sistema Intermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Faro e Olhão;
15. Alteração/Beneficiação do Processo de Tratamento da ETAR de S.Bartolomeu de Messines;
16. Estudo Preliminar das novas soluções de tratamento para os Municípios de Vila do Bispo e Lagos.

Projectos Por Lançar

Todos os projectos que faziam parte do Contrato de Concessão já foram lançados.

7.2.3 - Aquisição de Infra-Estruturas

- Processos Concluídos – Municípios de Albufeira (1ª Fase), Alcoutim, Aljezur, Lagoa (1ª Fase), Lagos, Loulé, Monchique (1ª Fase), Olhão, Silves (1ª Fase), Tavira (Cachopo), Vila do Bispo, Portimão e Faro.
- Processos em Curso – Municípios de Castro Marim, Tavira (excepto Cachopo) e Vila Real de Santo António.
- Processos a lançar – Municípios de Albufeira (2ª Fase), Lagoa (2ª Fase), Monchique (2ª Fase), Silves (2ª Fase).

7.2.4 - Empreitadas

Empreitadas em Fase de Concurso

- Concepção/Construção da ETAR de Vale da Telha e Sistema Interceptor de Arrifana/Vale da Telha;
- EE do Hotel Vila Galé Albacora e Obra de Entrada da EE7 de Tavira;
- Sistema de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Alte;
- ETAR de Vila Real de Santo António - 2ª Fase;
- Concepção e Execução das Estações Elevatórias do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;
- Construção das ETAR de Santa Justa, Barrada e Odeleite e Sistema Elevatório de Odeleite;
- Concepção-Construção da Reabilitação das ETAR Ferreiras e Paderne.

Empreitadas Em Curso

- Conclusão do Sistema Interceptor e Elevatório de Quarteira e Vilamoura;
- Sistema Interceptor de Vale de Lobo e Melhoramentos nos Recintos das ETAR da Quinta do Lago e Vale de Lobo;
- Sistema de Tratamento da Boavista – Subsistema de Vale da Lapa e Obras Complementares;
- Construção do Sistema Interceptor de Águas Residuais do Município de S.Brás de Alportel- Emissários de Alportel e do Sanatório e Extensão do Sistema Interceptor e Elevatório de Quelfes- Ligação do Cerro Azul ao Sistema Nascente de Olhão;
- Intercepção e Tratamento de Águas Residuais nos Concelhos de Alcoutim, Aljezur e Vila do Bispo;
- Sistema Intermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;
- Concepção/Construção do Abastecimento de Água e Saneamento às Ilhas da Culatra e Armona em "Alta";
- ETAR de Vila Real de S. António – Fase I (Foto 5);
- Sistema Interceptor de Castro Marim;
- Sistema de Tratamento de Salir;
- Remodelação e Ampliação da ETAR de Faro Noroeste (Foto4).

Empreitadas Concluídas

- Ligação do Concelho de Monchique aos Sistemas Multimunicipais - Lote II;
- Construção da ETAR de Alferce;
- Conduta Elevatória dos Pescadores – Fase I;
- Desvio da Conduta Elevatória CEI – ETAR Poente de Olhão;



Foto 4 - ETAR de Faro Noroeste



Foto 5 - ETAR de V. Real de Sto. António

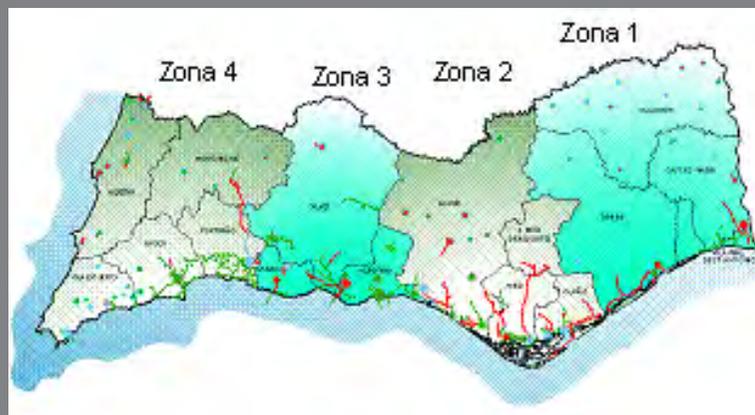


Gráfico 7 - Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve.

7.2.5 – Exploração

Em termos operacionais, a exploração do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA) está subdividida em quatro Zonas, correspondendo a Zona 1 aos Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António, a Zona 2 aos Municípios de Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel, a Zona 3 aos Municípios de Albufeira, Lagoa e Silves, e a Zona 4 aos Municípios de Aljezur, Lagos, Monchique, Portimão e Vila do Bispo (Gráfico 7).

Principais características das instalações

No Quadro 15, apresentam-se, resumidamente, as infra-estruturas em exploração por Zona, no que respeita à extensão de interceptores, número de estações elevatórias (EE) e de estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

Zona	Interceptores (km)	Estações elevatórias	ETAR
1	27,720	11	11
2	129,064	33	12
3	35,575	27	9
4	96,427	62	23
Total	288,786	133	55

Quadro 15 - Extensão dos interceptores, número de EE e de ETAR em exploração pela Águas do Algarve, S.A.

No gráfico 8, evidencia-se a evolução das infra-estruturas exploradas no SMSA, em extensão e número, desde 2005 até final de 2008.

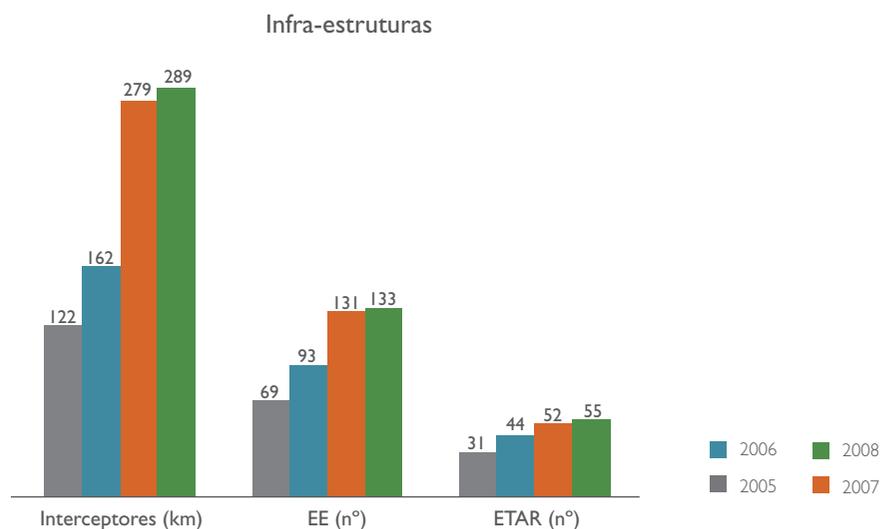


Gráfico 8 - Infra-estruturas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, no período compreendido entre 2005 e 2008.

Relativamente a 2007, verifica-se em 2008 um acréscimo de 4% na extensão de interceptores explorados, 2% no número de EE e 6% no número de ETARs.

No Quadro 16, são apresentados, de forma sucinta, os subsistemas em exploração e os volumes de águas residuais facturadas por Município, em 2008.

Zona	Município	Início	Infra-estrutura de exploração	Ano de construção remodelação-ampliação	Capacidade (hab. eq.)	Volume por Município (m ³)	Tratamento exigido I	Nível
1	Alcoutim	Nov-07 Set-06	Alcoutim	1998 / em curso	800	122.730	LA	S
			Balurcos	2004	400		LA	S
			Cortes Pereiras	2004	200		LA	S
			Martinlongo	1986 / 2007	800		LPI	S
			Pereiro	1988 / 2007	300		LPI	S
			Pessegueiro	2002	300		LA	S
			Sta Marta	2005	200		LA	S
		Set-08	Giões	2008	250		LPI	S
			Vaqueiros	2008	250		LPI	S
			Távira	Ago-04 Jul-06	Cachopo		2002 / 2005	500
Almargem	2007	48.200			LA	S+D		
2	Olhão	Out-05	Olhão Nascente	1997 / 2006	32.200	2.962.797	LA+UV	S+D
			Olhão Poente	1992 / 2008	45.100		LE	S+D
	Loulé	Set-05	Vilamoura/Quarteira	1994 / 2005	138.200	6.053.023	(LP+LA)+UV	S+D
			Quinta do Lago	1988 / 2005	26.900		LA+BF+UV	T+D
			Tôr	1994	400		LA	S
		Out-05	Loulé	1990 / 1999	25.800		LA+UV	S+D
			Vale de Lobo	1971 / 1996	8.100		LA+UV	S+D
			Benafim	2002	1.000		LA	S
			Querença	2002	1.000		LA	S+D
	Faro	Abr-07	Faro Nascente	1998	87.200	3.656.676	LE	S+D
Faro Noroeste			1989	12.100	LE		S+D	
S. Brás de Alportel	Jun-07	Faro Nascente	1998	87.200	545.496	LE	S+D	
3	Albufeira	Set-05	Vale Faro	2001 / 2005	130.000	5.554.271	LA+UV+ES	S+D
			Ferreiras	1990 / 2001	22.200		LA+UV	S+D
			Pinhal do Concelho	1984 / 1998	10.000		LA+UV	T+D
			Guia	1998	6.000		LP	S
			Paderne	1985 / 2001	2.500		LP+UV	T+D
	Silves	Set-05	Silves	1990 / 2003	15.300	448.527	LP+UV	S+D
			S. Bartolomeu de Messines	2002	6.000		LE	S
	Lagoa	Out-05	Alporchinhos 2	2000	10.000	1.731.089	-	-
			Boavista	2007	33.200		LA	T
			Alporchinhos 2	2000	10.000		-	-
Ferragudo 3			2000	15.000	-		-	
4	Lagos	Jan-05	Lagos	1988 / 2001	138.000	4.473.680	(LP+LA)+UV	S+D
			Almádena	1985 / 2005	1.300		LE	S+D
			Barão de S. João	1988	1.000		LE	S+D
	Portimão	Set-07	Companheira	1982	131.333	5.727.960	LE	S+D
	Vila do Bispo	Set-05	Sagres	1990	13.000	402.526	ES	-
			Burgau/Cardal	1993	10.000		LE	S+D
			Figueira/Salema	1990 / 2005	4.400		LE+UV	S+D
			Vila do Bispo	1995	2.800		LE	S+D
			Barão de S. Miguel	1983	800		LE	S+D
			Budens	1993	700		LE	S+D
Raposeira			1995	700	LE		S+D	
Vale de Boi			1983	400	FS+TF		S	
Hortas de Tabual			1981	200	FS+TF		S	
Pedralva			1991	100	FS+TF		S	
Aljezur	Jul-06	Aljezur	1993	6.500	279.696	LA+UV	S+D	
		Bordeira	2000	300		LPI	S	
		Maria Vinagre	2001	500		LPI	S	
		Odeceixe	1993 / 2006	3.400		LP+UV	S+D	
		Praia de Odeceixe	2000	400		LPI	S	
		Rogil	1992	700		LE	S	
		Carrapateira	2007	500		LPI	S	
Monchique	Out-06	Casais	2001	200	28.546	LA	S	
		Marmelete	2003	1.000		LA+UV	S	
	Jul-08	Alferce	2008	400		LA	S	

¹ Legenda: ES - emissário submarino; FS - fossa séptica; LA - lamas activadas; LE - lagoas de estabilização; LP - leitos percoladores; LPI - leitos de plantas; TF - trincheiras filtrantes; UV - radiação ultravioleta; S - secundário; T - terciário; D - desinfecção. 2 Sistema de interceptção e elevação para a ETAR de Armação de Pera. 3 Sistema de interceptção e elevação para a ETAR da Companheira.

Quadro 16 - Identificação das infra-estruturas em exploração pela Águas do Algarve, S.A. e principais características associadas

Volume Facturado

Durante o ano de 2008, foi facturado um volume de água residual de 33.042.854 m³, apresentando-se no gráfico o volume facturado por Município (m³), bem como a percentagem respectiva, face ao total.

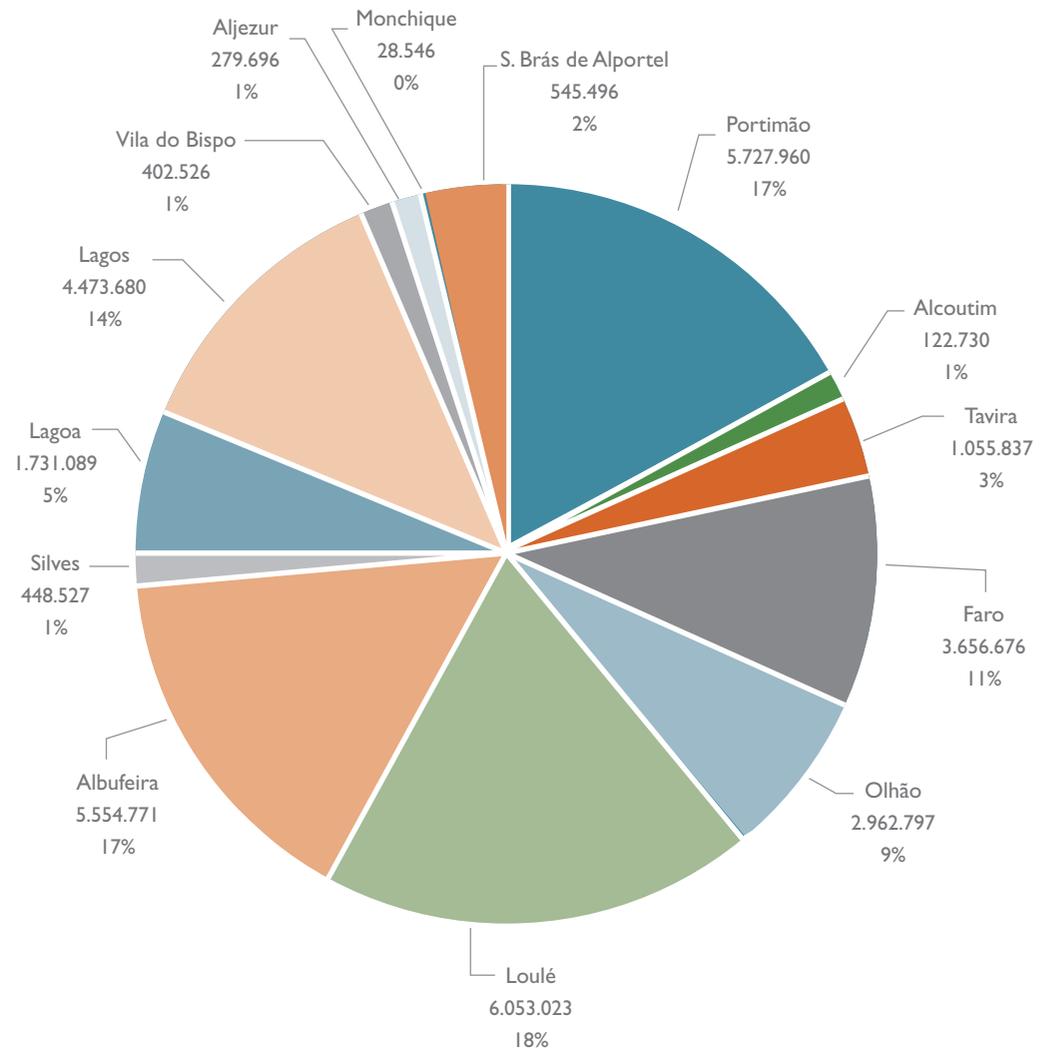


Gráfico 9 - Volume de água residual facturada por Município durante o ano de 2008 (m³)

Produção de Resíduos

No Quadro 17, apresentam-se as quantidades de resíduos produzidos durante o ano de 2008, os quais foram encaminhados a destino final adequado, sendo o seu transporte executado por operadores licenciados. As lamas foram utilizadas para valorização agrícola ou encaminhadas para aterro sanitário, sendo os outros resíduos, também, encaminhados para aterro sanitário.

Produção total em 2008			
Lamas MO (ton)	Gradados (ton)	Areias (ton)	Gorduras (m ³)
11.741	7.480	4.442	215

MO - matéria original

Quadro 17- Produção de resíduos

No gráfico 10 são apresentados os quantitativos anuais por tipo de resíduo especificado.

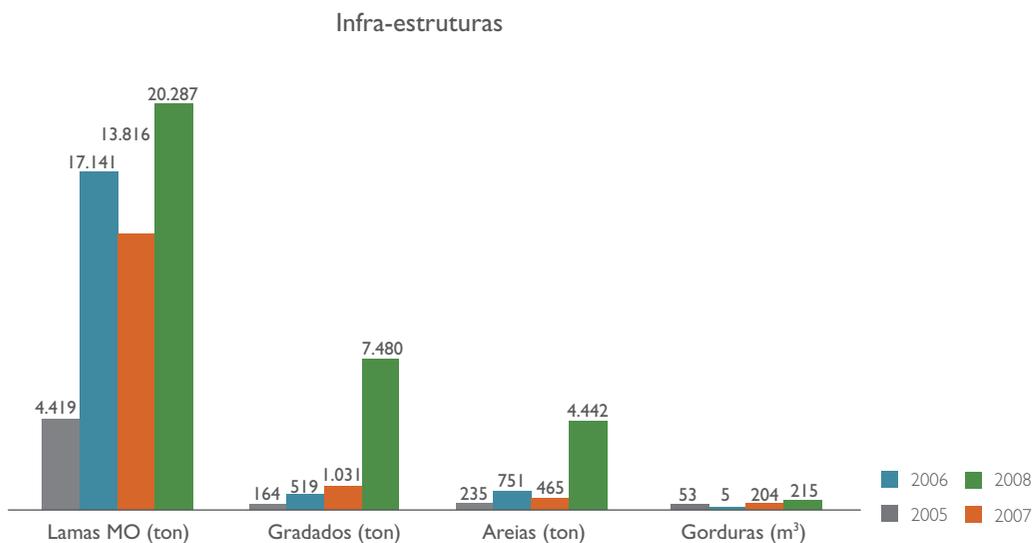


Gráfico 10 - Lamas e outros resíduos produzidos

7.2.6 - Análises Laboratoriais – Águas Residuais

No âmbito da exploração do Sistema do Saneamento, o Laboratório da AdA assegurou os programas de amostragem e análise das águas residuais das ETAR e meios receptores com o objectivo de facultar à Direcção de Operações – Saneamento a informação necessária para cumprimento das licenças de descarga existentes para cada ETAR.

O número de ETAR sob responsabilidade da AdA tem vindo a aumentar desde 2005, ano em que esta nova área de negócio teve início, como se pode observar no gráfico 11.

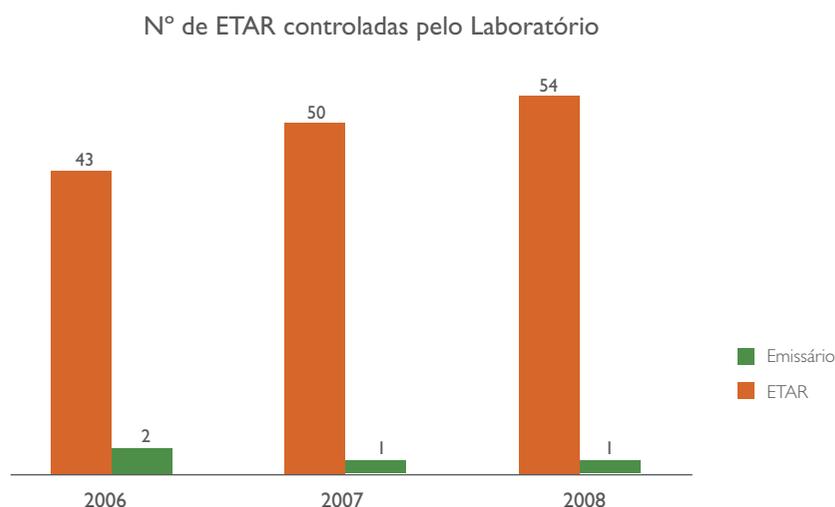


Gráfico 11 – Evolução do número de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) controladas pelo Laboratório da AdA

No ano de 2008 a área de Saneamento do Laboratório da AdA foi responsável pelo controlo da qualidade de 54 estações de tratamento de águas residuais, e respectivos meios receptores, e ainda de 1 emissário submarino, num total de 140 pontos de colheita.

Dado que a Águas do Algarve não possui um Laboratório de águas residuais, os serviços de amostragens e análises foram integralmente subcontratados a entidades externas, tendo no decorrer de 2008, sido efectuadas cerca de 2700 colheitas de águas residuais, e 18.200 determinações analíticas na área da físico-química e microbiologia (gráfico 12).

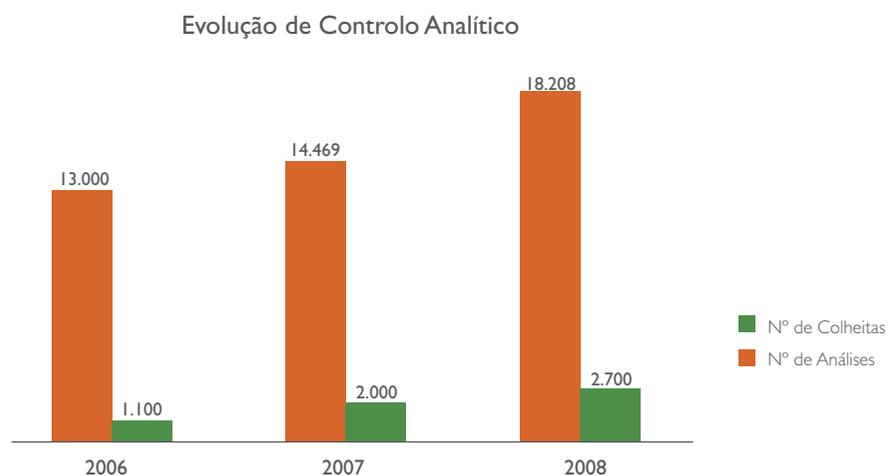


Gráfico 12 - Evolução do número de análises e colheitas realizadas sob responsabilidade da área de Saneamento do Laboratório

Em 2008 o custo do controlo de qualidade implementado foi de 0,012 € por m³ de água residual tratada.

7.3. - Investimento e Financiamento

O esforço de investimento acumulado já efectuado pela Empresa até final de 2008 foi de cerca de 454.962.802,32 €.

No exercício corrente o total de crescimento do imobilizado corpóreo foi de 57.487.430,76€ com a seguinte decomposição:

Investimentos	Água	Saneamento
Execução de Obras e Outros	32.833.261,70	24.654.169,06
Aquisição de infra-estruturas	0	0
Aluguer de infra-estruturas	0	0
Incorporação de activos	0	0
Total	32.833.261,70	24.654.169,06

Quadro 18 – Investimentos em Abastecimento e Saneamento

Para o financiamento das infra-estruturas foi fundamental a comparticipação do Fundo de Coesão da União Europeia.

A comparticipação nacional foi efectuada com recurso ao capital próprio da Empresa e a capitais internos e externos, nomeadamente do Banco Europeu de Investimentos.

A construção da barragem de Odelouca foi retomada após a decisão da Comissão Europeia em arquivar o processo de queixa que fez parar os trabalhos iniciados em 2001. O valor de investimento executado em 2008 atingiu o valor de 21.318.102,61€.

Está também previsto e com o objectivo de repor o equilíbrio económico-financeiro da Concessão, o aumento de capital social em 25 milhões de euros, e prolongamento da concessão até 2037.

7.3.1 - Comparticipação Comunitária nos Investimentos

O investimento para realização das infra-estruturas no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve e Sistema de Saneamento do Algarve decorre com o co-financiamento do Fundo de Coesão da União Europeia, na sequência de candidaturas apresentadas e aprovadas, cuja situação é a seguinte:

- Processos FC93/10/16/61/015, FC96/10/61/016 e FC95/10/61/010, já concluídos.
- Processo FC2000/PT/16/C/PE/006 candidatado ao QCAIII para realização de obras que permitem dotar os sistemas de maior segurança ambiental, adopção de abastecimento alternativo e criação de novos pontos de entrega, com investimento previsto de 32.107.793 €, aprovado pela decisão da Comissão Europeia C(2000) 3948 de 29/12/2000 com uma taxa de 50 % de comparticipação comunitária.

Para dar seguimento à implementação do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, a Empresa já apresentou uma candidatura para estudos e projectos, a qual foi aprovada e está em execução e outra para obras, também já devidamente aprovada:

- Processo FC2002/PT/16/C/PE/004 para um grupo de estudos e projectos com investimento previsto de 2.484.916,00 € aprovado pela decisão da Comissão Europeia C(2002) 1 698 de 03/07/2002 com uma taxa de 85 % de comparticipação comunitária.
- Em 18 de Dezembro de 2003 foi aprovado pela decisão H 2003/0085 da Comissão Europeia, o

projecto 2003/PT/16/C/PE/001 referente á candidatura de Obras do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve com um investimento previsto de 54.088.402,00 € e com uma taxa de comparticipação comunitária de 56 %.

- Em 20 de Maio de 1997 foi aprovado pela decisão C(97) 1420 da Comissão Europeia, o projecto FC96/10/61/021 referente á candidatura de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais no Concelho de Vila Real de Santo António, com um investimento previsto de 14.617.666,00 € e com uma taxa de comparticipação comunitária de 85%. O Investimento inicial foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. A partir de 02/03/2004 a realização do investimento de 4.128.450,00 €, passou para a responsabilidade da Águas do Algarve.
- Em 08 de Março de 2008 foi aprovado por Sua Excelência O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a candidatura seleccionada em Unidade de Gestão n.º 1.1/000671 referente á candidatura de Construção do CNRC do Lince Ibérico, com a data de elegibilidade de 17-05-2007, com um investimento previsto de 5.669.336,00 € e com uma taxa de comparticipação comunitária de 75 %.

8 - Perspectivas para o Futuro

São factores Relevantes para a actividade da Empresa:

- A conclusão do processo de reequilíbrio económico e financeiro e respectivos aditamentos aos Contratos de Concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve e do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, resultante da decisão do Concedente de cometer à ÁGUAS DO ALGARVE a responsabilidade pela construção da Barragem de Odelouca, e do aumento do valor de investimento nas infra-estruturas de saneamento;
 - A Prossecução do Plano de Investimentos, com vista à conclusão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve previsto para 2012, e da conclusão da Barragem de Odelouca prevista para 2010;
 - O reforço dos Capitais Próprios, com vista a dotar a Sociedade de uma estrutura de capitais ajustada ao esforço de investimento que ainda por executar;
 - A estratégia definida a nível nacional para o sector das águas consubstanciada no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR), para o período 2007-2013 (Despacho 2339/2007, de 28 de Dezembro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro) assentando no pressuposto de que o preço justo da água deve cobrir os custos do serviço, através de tarifas socialmente aceitáveis e escalonadas de forma a contribuir para o seu uso eficiente e para a protecção do ambiente, como forma de garantir a sustentabilidade do sector;
- O PEAASAR define objectivos estratégicos e operacionais para 2013 e propõe medidas a adoptar para a prossecução desses objectivos.

9 - Considerações Finais

Conforme já expresso ao longo deste Relatório, os objectivos da Empresa não poderiam ter sido alcançados sem a colaboração de um conjunto de entidades e individualidades a que o Conselho de Administração considera de toda a justiça expressar o seu reconhecimento, entre os quais se destacam:

- Ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na pessoa de Sua Excelência o Ministro, Prof. Dr. Francisco Nunes Correia, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio demonstrados;
- No âmbito do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, agradecer o apoio recebi-

do do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, Direcção Geral do Ambiente, Gabinete do Gestor do Programa Ambiente, Instituto dos Resíduos, Instituto da Água, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Agência Portuguesa para o Ambiente e Instituto para a Conservação da Natureza e Biodiversidade;

- À AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. o reconhecimento pelo apoio e orientações desde sempre, prontamente prestadas;
- Aos Municípios accionistas o profundo agradecimento pela participação activa nos diversos aspectos da actividade da Empresa;
- Aos organismos regionais o agradecimento pela colaboração prestada;
- Aos órgãos da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências;
- Às Entidades Bancárias, pela confiança depositada e pelas facilidades concedidas.

A todos os colaboradores da Empresa, que com a sua dedicação e competência tornaram possível a concretização dos objectivos definidos.

10 - Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo de 2.055.376,08 euros tenha a seguinte aplicação:

Reserva legal (5%)	102.768,80 euros
Para distribuição de Dividendos aos Accionistas, a efectuar de acordo com o definido no contrato de concessão.	1.952.607,28 euros
Total	2.055.376,08 euros

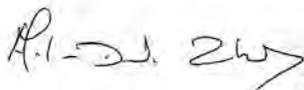
Para dar cumprimento ao estipulado no Contrato de Concessão de Abastecimento de Água, relativamente à remuneração do capital social, propõe ainda este Conselho de Administração que se retire da conta de Resultados Transitados, para efeitos de distribuição Dividendos aos Accionistas, a efectuar de acordo com o definido no Contrato

de Concessão	6.048.065,20 euros
e para Reservas Livres	577.840,61 euros

O Conselho de Administração



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Artur Ribeiro
(Vogal)



José Mestre
(Vogal)



Desidério Silva
(Vogal)



Francisco Leal
(Vogal)

II – Anexo ao Relatório

O Capital Social subscrito está representado por 5.965.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, e a sua estrutura em 31/12/2008 era a seguinte:

Accionistas	Acções		%	Por realizar
	N.º	Valor		
Águas de Portugal, SGPS, S.A	3.247.447	16.237.235	54,44	0
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	4,85	0
Município de Alcoutim	17.236	86.180	0,29	0
Município de Aljezur	34.046	170.230	0,57	0
Município de Castro Marim	32.787	163.935	0,55	0
Município de Faro	409.788	2.048.940	6,87	701.312
Município de Lagoa	187.813	939.065	3,15	0
Município de Lagos	202.726	1.013.630	3,40	0
Município de Loulé	338.797	1.693.985	5,68	0
Município de Monchique	25.718	128.590	0,43	0
Município de Olhão	230.791	1.153.955	3,87	594.125
Município de Portimão	369.206	1.846.030	6,19	0
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	0,83	0
Município de Silves	222.439	1.112.195	3,73	0
Município de Tavira	135.680	678.400	2,27	0
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	0,90	0
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	1,98	0
Total	5.965.000	29.825.000	100,00	1.295.437

12. – Objectivos de Gestão

Objectivos de Gestão para o Ano de 2008

Indicadores		Valor Fixado (1)	Valor Atingido (2)
INDICADORES FINANCEIROS – RENTABILIDADE E CRESCIMENTO			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
1. ROCE	(%)	4,6	6,0
2. EBITDA / Receitas	(%)	51,8	54,3
INDICADORES FINANCEIROS – EFICIÊNCIA			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
3. Custos com Pessoal / EBITDA	(%)	22,3	22,9
4.1. Cash-Cost Abastecimento	(€/m ³)	0,27	0,28
4.2. Cash-Cost Saneamento	(€/m ³)	0,29	0,26
INDICADORES FINANCEIROS – INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
5. Investimento	(10 ³ €)	38.447	48.021
INDICADORES FINANCEIROS - PMR e PMP			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
6. Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	81	89
7. Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	86	88
INDICADORES DE SERVIÇO – QUALIDADE DO SERVIÇO			
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)			
8. Volume de Actividade	(10 ³ m ³)	108.407	101.399
9.1. Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	88,3	85,6
9.2. Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	82	82
10.1. Qualidade da Água Fornecida	(%)	100	100
10.2. Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	(%)	100	98,4
11. Reforço da Eficiência Contratual	(%)	55	75

Objectivos de Gestão para o Ano de 2008

Indicadores		Valor Fixado (1)	Valor Atingido (2)
INDICADORES DE REPORTE – CUMPRIMENTO DE REPORTE			
(Desenvolvimento da cultura de grupo na Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)			
12. Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	5	1
13. Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100	100

NOTAS:

VALOR FIXADO (1) – Valor fixado pela Assembleia Geral de 07 de Julho de 2008.

VALOR ATINGIDO (2) – Valor alcançado no exercício de 2008, devidamente auditado.

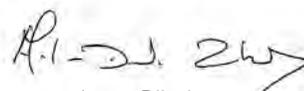
O investimento referido no indicador 5 apenas considera a realização física das empreitadas.

Faro, 11 de Fevereiro de 2009

O Conselho de Administração



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Artur Ribeiro
(Vogal)



José Mestre
(Vogal)



Desidério Silva
(Vogal)



Francisco Leal
(Vogal)



Contas do Exercício de 2008





Contas do Exercício de 2008

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

(os montantes estão expressos em euros, excepto quando expressamente indicado)

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas não incluídas neste Anexo não são aplicáveis ou significativas para a leitura das Demonstrações Financeiras.

Nota Introdutória

(a) Actividade

A Sociedade foi constituída através do Decreto-Lei N.º 168/2000 de 5 de Agosto, resultante da Fusão das Sociedades Águas do Barlavento Algarvio, S.A. e Águas do Sotavento Algarvio, S.A. Tinha então como objectivo exclusivo a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de Água aos Municípios do Barlavento e Sotavento Algarvio. Mais tarde e através do Decreto-lei nº 172 B/2001 é - lhe concedida também a concessão do sistema multimunicipal de Saneamento do Algarve. Finalmente em 8 de Novembro de 2003 e por Dec. Lei 285/2003 faz a fusão dos sistemas do Barlavento e Sotavento criando o Sistema de abastecimento de água do Algarve.

Para concretização do objecto social, foram atribuídas pelo Estado Português à Sociedade ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., duas concessões em regime de exclusividade por um prazo de trinta anos na qual são estabelecidas as regras para a concepção, construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação renovação e manutenção do sistema Multimunicipal de abastecimento de água ao Algarve e saneamento do Algarve.

As referidas concessões estabelecem os critérios de fixação e aprovação das tarifas a praticar pela Sociedade em cada ano, de modo a garantir um adequado equilíbrio financeiro, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Assegurar, dentro do período de concessão, a amortização do montante efectivo do investimento inicial a cargo da concessionária, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido;
- b) Assegurar o bom funcionamento, conservação e segurança de todos os bens afectos às concessões, bem como a substituição prevista desses bens;
- c) Atender ao nível de custos necessários para uma gestão eficiente dos sistemas e à existência de receitas não provenientes da tarifa;
- d) Assegurar o pagamento das despesas de funcionamento do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, bem como assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária.

No cálculo das tarifas anuais está estabelecido que a margem anual necessária à remuneração adequada dos capitais próprios é devida desde a data de realização do capital. A remuneração atrás referida calculada de forma retroactiva será uma responsabilidade da Sociedade, assim que a sua situação financeira o venha a permitir.

O Sistema Multimunicipal de Água do Algarve abastece actualmente em "alta" os Municípios de Albufeira, Lagoa, Lagos, Aljezur, Loulé, Portimão, Silves, Vila do Bispo, Castro Marim, Faro, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira, e Vila Real de Sto António e Alcoutim.

A sede da Empresa situa-se na Rua do Repouso, nº 10, em Faro.

(b) Princípios contabilísticos

Na definição dos critérios valorimétricos aplicáveis, descritos nas notas respectivas, foram tidos em conta os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e no particular das Empresas em regime de concessão, os custos emergentes de despesas futuras em investimentos e renovações, bem como rendimentos garantidos no âmbito de alguns contratos.

Assim, as Demonstrações Financeiras ora reportadas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, foram preparados em obediência aos princípios de continuidade, consistência, especialização ou acréscimo, custo histórico, prudência, substância sob a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas de relevância, fiabilidade e comparabilidade, de modo a que as contas evidenciem uma imagem verdadeira e correcta dos resultados e situação financeira da Empresa.

3. Principais critérios valorimétricos

(a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização fiscalmente aceites decorrentes das tabelas do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro (actualizado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/94, de 12 de Julho). Contudo, as relacionadas com o Fundo de Coesão e apoio ao investimento, é aplicada a vida útil estimada a qual corresponde ao período da concessão.

(b) Imobilizações corpóreas

São registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, de acordo com as vidas económicas estimadas dos activos, as quais não diferem das taxas fiscalmente aceites. Os bens adquiridos em estado de uso também são contabilizados pelo custo de aquisição e amortizados em função do período de vida útil estimado. Os custos de financiamento dos sistemas concessionados são capitalizados como parte dos custos de aquisição até ao momento da entrada em funcionamento do equipamento respectivo.

Os intervalos das taxas anuais de amortização mais relevantes são:

	%
Edifícios e outras construções	2 a 4
Equipamento básico	6,25 a 12,5
Equipamento de transporte	12,5 a 25
Ferramentas e utensílios	7,14 a 14,28
Equipamento administrativo	7,14 a 14,28

Os custos dos bens afectos às concessões, reversíveis para o Estado, incluindo os custos estimados de reposição dos bens de substituição são, globalmente e nos termos do contrato de concessão amortizados no período de vida da concessão de acordo com a Directriz Contabilística n.º 4/91 tendo por base o método das unidades de produção.

As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respectivos exercícios em que ocorrem.

(c) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal e incluem o Fundo de Reconstituição de Capital, conforme referido na Nota 18 do presente anexo.

(d) Existências

As existências adquiridas estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura, fretes e direitos aduaneiros (caso aplicável). O método de custeio das saídas é o custo médio ponderado.

(e) Subsídios para investimento

Os que se destinam a financiar investimentos em activos imobilizados corpóreos são registados em proveitos diferidos e transferidos para resultados pelo mesmo período das amortizações dos bens.

(f) Formação do Crédito

São considerados na formação do crédito, as receitas provenientes da facturação a clientes e ainda os ajustes por estimativa dos fornecimentos ainda não facturados, quando aplicável.

(g) Dívidas de terceiros

Todos os créditos de clientes estão reflectidos pelo seu valor nominal. Não foi constituído qualquer ajustamento para créditos de cobrança duvidosa por se considerar que todos os créditos sobre as Clientes são integralmente recuperáveis.

O ajustamento em terceiros de cobrança duvidosa, outros devedores, foi calculado com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança de contas a receber:

6. Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita ao regime geral de tributação em sede de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro e cinco anos, para o IRC e Segurança Social respectivamente.

A estimativa de imposto do exercício, é determinado com base no Resultado Líquido, devidamente ajustado com base em legislação fiscal.

São reconhecidos os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos relevados no balanço no cômputo do encargo global de imposto sobre o rendimento do exercício.

Impostos Diferidos em Balanço	Saldo Inicial	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Passivos	0,00	-			0,00
Reavaliação de activos				0,00	
Activos					
Prejuizos fiscais a reportar	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Provisões, ajustamentos e outros custos	0,00	11.199,07	0,00	0,00	11.199,07

O Conselho de Administração da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. entende que eventuais correcções resultantes de inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão qualquer efeito com significado nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Foram estimados Impostos Correntes e Impostos Diferidos no valor de 816.862,54€ e -11.199,07€, respectivamente.

A reconciliação dos impostos é a seguinte:

	2008	2007
Resultado antes de Imposto	2.861.039,55	2.670.402,00
Taxa nominal de Imposto	26,04%	26,74%
Imposto Esperado	745.014,70	714.065,49
Diferenças permanentes	46.872,00	39.720,00
Ajustamentos à Colecta	24.976,00	21.089,00
Ajustamentos de taxas e outras correcções	-11.199,00	10.129,00
	805.663,00	785.003,00
Taxa efectiva de Imposto	28,16%	29,40%

7. Número médio de pessoas ao serviço da Empresa

Durante o ano de 2008 o número médio de empregados ao serviço da ÁGUAS DO ALGARVE S.A. foi de 180, sendo em 2007 de 177.

8. Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento

As imobilizações incorpóreas são constituídas por custos com despesas de investigação e desenvolvimento, relacionadas com a preparação da candidatura aos Fundos Comunitários e despesas de instalação e arranque que dizem respeito exclusivamente a encargos com a constituição da Sociedade.

10. Movimentos ocorridos no activo imobilizado

As rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas e respectivas amortizações detalham-se como se segue:

10.1. Imobilizações Financeiras, Corpóreas e Incorpóreas

	S. Inicial	Aumentos	Transf.	Alienações/Abates	(€) S. Final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	167.569,29	0,00	172.333,00	0,00	339.902,29
Despesas de Inv. e Desenvolvimento	236.923,26	0,00	0,00	0,00	236.923,26
Prop. Industrial e Out. Direitos	408.728,53	24.702,88	0,00	0,00	433.431,41
	813.221,08	24.702,88	172.333,00	0,00	1.010.256,96
Imob. Incorpóreas em Curso					
Estudos e Projectos	0,00		0,00		0,00
Custos Ind. Capitalizados	0,00		0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Imob. Incorpóreas	813.221,08	24.702,88	172.333,00	0,00	1.010.256,96
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	9.480.594,50	0,00	596.964,82	0,00	10.077.559,32
Edifícios e Outras Construções	86.804.581,81	104.560,92	6.668.876,59	0,00	93.578.019,32
Equipamento Básico	215.527.208,96	1.519.997,95	6.111.782,52	0,00	223.158.989,43
Equipamento de Transporte	299.478,69	1.436,62	0,00	0,00	300.915,31
Ferramentas e Utensílios	1.121.087,51	5.806,25	0,00	0,00	1.126.893,76
Equipamento Administrativo	2.125.617,49	305.435,62	-10.510,04	2.122,86	2.418.420,21
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out. Imob. Corpóreas	43.607,77	0,00	0,00	0,00	43.607,77
	315.402.176,73	1.937.237,36	13.367.113,89	2.122,86	330.704.405,12
Imob. Corpóreas em Curso					
Obras de Captação e Dist. Água	59.653.943,59	32.213.581,86	-5.631.123,38	0,00	86.236.402,07
Obras de Saneamento	19.958.155,78	23.286.816,04	-5.598.159,67	0,00	37.646.812,15
Adiantamentos	2.635.551,32	49.795,51	-2.310.163,84	0,00	375.182,99
	82.247.650,69	55.550.193,40	-13.539.446,89	0,00	124.258.397,20
Total das Imob. Corpóreas	397.649.827,42	57.487.430,76	-172.333,00	2.122,86	454.962.802,32
Investimentos Financeiros					
Títulos e Out. Aplicações Financeiras	5.307.522,48	1.306.250,38			6.613.772,86
	5.307.522,48	1.306.250,38	0,00	0,00	6.613.772,86
Total dos Invest. Financeiros	5.307.522,48	1.306.250,38	0,00	0,00	6.613.772,86
Total do Imobilizado	403.770.570,98	58.818.384,02	0,00	2.122,86	462.586.832,14

O acréscimo de 57.487.430,76 € em imobilizado corpóreo deve-se na sua maioria ao investimento realizado na construção e remodelação das infra-estruturas do sistema de Saneamento, bem como ao forte investimento no corrente ano na construção da Barragem de Odelouca.

10.2. Reconciliação das amortizações

	S. Inicial	Aumentos	Transf.	Alienações/Abates	S. Final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	167.569,29	5.744,43	0,00	0,00	173.313,72
Despesas de Inv. e Desenvolvimento	151.354,90	67.788,53	0,00	0,00	219.143,43
Prop. Industrial e Out. Direitos	19.135,92	20.823,28	0,00	0,00	39.959,20
	338.060,11	94.356,24	0,00	0,00	432.416,35
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	1.365.572,59	420.754,93	921,27	0,00	1.787.248,79
Edifícios e Outras Construções	20.766.413,20	3.816.533,97	33.193,09	0,00	24.616.140,26
Equipamento Básico	41.821.455,67	9.308.240,21	-33.409,80	0,00	51.096.286,08
Equipamento de Transporte	156.002,47	17.901,24	0,00	0,00	173.903,71
Ferramentas e Utensílios	293.104,15	49.629,22	0,00	0,00	342.733,37
Equipamento Administrativo	1.147.937,34	186.537,12	-704,56	979,19	1.332.790,71
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out. Imob. Corpóreas	7.415,39	1.984,89	0,00	0,00	9.400,28
	65.557.900,81	13.801.581,58	0,00	979,19	79.358.503,20
Total das Amortizações	65.895.960,92	13.895.937,82	0,00	979,19	79.790.919,55

Custos capitalizados

Em virtude da sociedade permanecer em fase investimento, tornou-se necessário definir uma política de capitalização de custos. Assim, foram capitalizados os seguintes custos, relativos à área de negócio do saneamento, e custos afectos à área da Barragem de Odelouca:

- A totalidade dos custos financeiros directamente relacionados com o financiamento do Investimento;
- Os custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos directamente relacionados com a actividade de planeamento e obra, que foram pela sua natureza registados nos centros de custos directamente relacionados com a construção do sistema;
- Outros custos com o arranque das obras da Barragem de Odelouca.

Durante o ano de 2008 a Empresa capitalizou 3.565.297,25€, sendo 2.713.774,34€ relativos a capitalização de encargos financeiros.

14. Imobilizações reversíveis

As imobilizações reversíveis atingiram um valor de 436.617.218,68 € apresentando-se a repartição do imobilizado por áreas de negócio da seguinte forma:

	Sistema de Saneamento			Sistema de Abatecimento de Água			Total
	Reversível	Não Reversível	Total Saneamento	Reversível	Não Reversível	Total Água	
Terrenos	5.802.174,98	0,00	5.802.174,98	4.213.034,60	62.349,74	4.275.384,34	10.077.559,32
Edifícios e outras construções	34.864.531,39	26.868,38	34.891.399,77	57.409.190,69	1.277.428,86	58.686.619,55	93.578.019,32
Equipamento básico	81.312.571,00	12.723,53	81.325.294,53	126.563.818,65	6.660,61	126.570.479,26	207.895.773,79
Equipamento transporte	16.572,18	0,00	16.572,18	176.029,93	108.313,20	284.343,13	300.915,31
Ferramentas e utensílios	15.200,00	850,00	16.050,00	1.103.022,76	7.821,00	1.110.843,76	1.126.893,76
Equipamento administrativo	230.776,89	149.689,19	380.466,08	811.140,63	1.226.813,50	2.037.954,13	2.418.420,21
Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	43.607,77	0,00	43.607,77	43.607,77
Imobilizado Corpóreo	122.241.826,44	190.131,10	122.431.957,54	190.319.845,03	2.689.386,91	193.009.231,94	315.441.189,47
Despesas de instalação	172.333,00	0,00	172.333,00	0,00	167.569,29	167.569,29	339.902,29
Despesas de investigação e des.	0,00	0,00	0,00	0,00	236.923,26	236.923,26	236.923,26
Prop.ind. e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	433.431,41	433.431,41	433.431,41
Out.imob.incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado Incorpóreo	172.333,00	0,00	172.333,00	0,00	837.923,96	837.923,96	1.010.256,96
Obras em curso	38.293.026,07	0,00	38.293.026,07	85.965.371,14	0,00	85.965.371,14	124.258.397,20
Imobilizado em Curso	38.293.026,07	0,00	38.293.026,07	85.965.371,14	0,00	85.965.371,14	124.258.397,20
Total Imobilizado	160.707.185,51	190.131,10	160.897.316,61	276.285.216,17	3.527.310,87	279.812.527,04	440.709.843,63
Imobilizado em Regime de Comodato							
ETA do Beliche	0,00	0,00	0,00	15.263.215,65	0,00	15.263.215,65	15.263.215,65
Total Comodato	0,00	0,00	0,00	15.263.215,65	0,00	15.263.215,65	15.263.215,65
Total	160.707.185,51	190.131,10	160.897.316,61	291.548.431,82	3.527.310,87	295.075.742,69	455.973.059,28

Por força dos contratos de concessão reverterem a favor de uma associação de Municípios representativa dos Municípios utilizadores do sistema, no final do período de concessão, ou seja em 2025 para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e 2030 para o Sistema Multimunicipal de Saneamento.

Encontra-se incorporado no imobilizado da Empresa, em regime de comodato, a infra-estrutura e equipamentos da ETA do Beliche, no valor de 15.263.215,65 €, que reverterem a favor do INAG.

As amortizações atingiram um valor de 97.970.481,88 € apresentando-se a repartição face ao total das amortizações da seguinte forma:

	Amortizações de ex. anteriores	Amortizações do exercício	Abates e Ajustamentos	Amortizações Acumuladas
Amortizações				
Investimento reversível (Anos da Concessão)	64.315.557,70	13.620.473,72	0,00	77.936.031,42
Investimento não reversível - D2/90	1.580.403,22	276.074,64	-1.589,73	1.854.888,13
	65.895.960,92	13.896.548,36	-1.589,73	79.790.919,55
Ajustamentos				
Relativos a investimento realizado	-14.731.068,29	-3.923.801,86		-18.654.870,15
Relativos a investimento futuro	32.797.136,08	4.037.296,40		36.834.432,48
	18.066.067,79	113.494,55	0,00	18.179.562,33
Amortizações Totais	83.962.028,71	14.010.042,91	-1.589,73	97.970.481,88
Amortizações do imobilizado realizado DC4	49.584.489,41	9.696.671,86		59.281.161,27
Amortizações do imobilizado futuro DC4	32.797.136,08	4.037.296,40		36.834.432,48
Amortizações Reversíveis	82.381.625,49	13.733.968,27	0,00	96.115.593,75
Amortizações Não Reversíveis	1.580.403,22	276.074,64	-1.589,73	1.854.888,13
Amortizações Totais	83.962.028,71	14.010.042,91	-1.589,73	97.970.481,88

15. Bens utilizados em regime de locação financeira

Os valores de aquisição, amortizações acumuladas e contabilísticos, das viaturas utilizadas em regime de locação financeira encontram-se discriminados no seguinte mapa, à data de 31/12/2008:

Viaturas	Valor de aquisição	Amortizações	Valor contabilístico
Viaturas astra H Caravan 39-31-ZR	25.204,62	23.629,33	4.285,11
	25.204,62	23.629,33	4.285,11

16. Consolidação de contas

As Demonstrações Financeiras da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. são incluídas na consolidação das contas da Águas de Portugal - SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra n.º 3, 1700-421 Lisboa, que detém uma participação de capital de 54,44 %.

À data de 31 de Dezembro de 2008 os principais saldos existentes com Empresas do Grupo eram os seguintes:

	P22 Fornecedores	P25 Accionistas	A26 Outros Devedores	P26 Outros Credores	A27I Acrécimo de Proveitos	P273 Acrécimo de Custos	Totais
AdP SGPS	(347.188,08)	(10.000.000,00)			32.669,71	(142.888,62)	(10.457.406,99)
AdP Serviços	(53.508,59)			(15.678,00)	273,00	(26.236,10)	(95.149,69)
Epal				(27.734,80)			(27.734,80)
Algar	(159,44)		125.016,61	(374.014,65)		(79.943,22)	(329.100,70)

Os principais movimentos efectuados com as Empresas do grupo detalham-se no seguinte mapa:

	A42 - Imob. Corpóreas	A44 - Imob. em Curso	R62 - FSE	R64 - Custos c/ Pessoal	R68 - Custos e Perdas Operacionais	R72 - Prestação de Serviços	R73 - Proveitos Suplementares	R79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários	Totais
AdP SGPS			692.237,45	52.025,70	1.712.109,88		(9.766,04)		2.456.373,03
AdP Serviços		140.897,86	576.171,38	3.382,40					720.451,64
Aquasis	26.130,00		16.452,00	960,00					43.542,00
Epal		114.954,03	600,00						115.554,03
Algar		458.361,07	8.052,46	250,00		(28.845,22)			466.663,53
AdP Formação				8.417,00				(16.300,00)	8.417,00

18. Fundos afectos

18.1. Fundo de Reconstituição de Capital Social

Os Investimentos Financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal e respeitam a:

Fundo de Reconstituição do Capital Social

Nos termos do disposto na cláusula 17ª do Contrato de Concessão, a ÁGUAS DO ALGARVE S.A., encontra-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do Capital Social, para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital, que será gerido pela concessionária, a qual terá direito ao mesmo, no termo do contrato. Nestes termos foi registado em Títulos e Outras Aplicações Financeiras o depósito bancário de carácter permanente efectuado para o efeito.

Em 31/12/2008, foi efectuado o reforço de 1.306.250,38€, sendo que o valor acumulado respeitante ao Fundo de Reconstituição do Capital Social à mesma data ascendia a 6.613.772,86€.

	Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
Sist. Mult. Abast. Água	4.799.011,04	433.258,95	5.232.269,99
Sist. Mult. Abast. Saneamento	508.511,44	872.991,43	1.381.502,87
Total	5.307.522,48	1.306.250,38	6.613.772,86

18.2. Fundo de Renovação do Investimento

Não foi efectuado a constituição deste fundo. A Empresa solicitou ao Concedente autorização para a sua não constituição pelo motivo de continuar em plena fase de investimento.

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Os saldos de Dívidas de Cobrança Duvidosa são os seguintes:

	Saldos	
	2008	2007
Clientes C/C	-	-
Outros Devedores	126.381,14	43.568,54
Total	126.381,14	43.568,54

Em 2008, foi constituída uma provisão de 82.812,60€ referente a saldos de Outros Devedores com antiguidade muito elevada.

25. Dívidas activas e passivas do pessoal

O saldo total das dívidas para com pessoal à data de 31/12/2008 apresentava um valor de 2.081,76 € respeitante a ajudas de custo e despesas de representação a liquidar em 2009. Existiam ainda 1.078,10 € de regularizações de remunerações, a favor da Empresa, referente a ajustamentos a efectuar nos processamentos de vencimentos em 2009. (ver nota 48.5)

28. Estado e Outros Entes Públicos

Não existiam dívidas, em situação de mora, com o Estado e Outros Entes Públicos, à data de 31 de Dezembro de 2008.

29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos

A 31 de Dezembro de 2008, a Empresa apresentava como dívidas a terceiros a mais de cinco anos, sete Financiamentos Bancários de longo prazo junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

Entidade Credora	Vencimento a + de cinco anos (2013 e seguintes)
Banco Europeu de Investimentos	146.437.152,18
Total	146.437.152,18

Estes financiamentos têm um valor conjunto a mais de cinco anos de 134.567.401,44 € tendo-se iniciando a sua amortização no ano de 2004.

31. Compromissos Assumidos

A Empresa assumiu os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português não prevê qualquer contrapartida financeira ao concedente, fazendo repercutir integralmente todo e qualquer benefício na tarifa a praticar aos municípios abastecidos.

b) Contratos de Empreitada

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

Empreitada	Data	Valor da Adjudicação (€)	Situação
Sistema de Abastecimento de Água			
Redefinição dos Espaços Exteriores e Interiores da ETA das Fontainhas e Controlo de Ruído das Instalações - Lig do PTC da ETA das Fontainhas	2008/02/06	10.218,60	Concluída
Conduta Adutora a partir do Reservatório de Quelfes	2008/01/04	36.431,44	Em curso
Reforço da Interligação entre os Sistemas do Sotavento e Barlavento	2008/01/04	29.338,89	Concluída
Reforço do Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio a partir de captações no aquífero Querença-Silves - Equipamento e Sistema de Telegestão dos Furos	2008/12/15	81.896,89	Em curso
Concepção e Execução do Armazém Pré-fabricado na ETA de Tavira e Concepção e Execução da Passagem para Peões na ETA das Fontainhas	2008/05/12	19.242,52	Concluída
Reforço da Adução aos Municípios de Loulé e Tavira: Ligação ao Reservatório de Vila do Sol, Ligação aos Reservatórios de Almancil e Vale Formoso e Ligação ao Reservatório de Cruz do Areal	2008/01/30	461.378,60	Concluída
Reforço da Adução aos Municípios de Loulé e Tavira: Ligação ao Reservatório de Vila do Sol, Ligação aos Reservatórios de Almancil e Vale Formoso e Ligação ao Reservatório de Cruz do Areal	2008/02/20	1.399.451,27	Em curso
Protocolo sobre cláusulas da acção n.º 1409/07.4BELSB (Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa)	2008/11/26	6.649.672,02	Em curso
Contrato de compra e venda do equipamento em obra na Barragem de Odelouca	2008/11/26	246.101,36	Em curso
Linha de Média Tensão do Centro do Centro Nacional de Reprodução em Cativo do Lince Ibérico	2008/11/10	15.605,00	Em curso
Execução de Pinturas nos Edifícios da ETA de Tavira	2008/02/19	367,00	Concluída
Execução do Reservatório das Francesas e Trabalhos Complementares	2008/07/08	863.950,00	Em curso
Solução Alternativa de Adução a Bemparece	2008/06/30	271.130,95	Em curso
		10.084.784,54	
Saneamento Básico			
Lote III - Ligação de S. Brás de Aportel por Estoi e Conceição à ETAR Nascente de Faro - 2º Adicional	2008/01/10	184.033,26	Concluída
Conclusão do Sistema Interceptor e Elevatório de Quarteira-Vilamoura	2008/04/29	388.975,18	Concluída
Lote II - Sistema Interceptor e Elevatório de Quarteira e Vilamoura	2008/07/31	439.536,24	Concluída
Construção e Ampliação do Sistema de Águas Residuais Domésticas no Concelho de Lagoa - Lote II - Sistema de Tratamento da Boavista - Sub-sistema de Vale da Lapa e Obras Complementares	2008/06/30	433.500,00	Concluída
Execução de Linha Aérea de MT da Estação Elevatória das Francesas	2008/08/29	10.738,33	Em curso
Ligação do Concelho de Monchique aos Sistemas Multimunicipais - Lote I + Lote II	2008/04/04	108.699,24	Em curso
Sistema de Tratamento da Boavista - Sub-sistema de Vale da Lapa e Obras Complementares	2008/06/30	433.500,00	Em curso

Construção do Sistema Interceptor de Águas Residuais de S. Brás de Alportel e Sanatório e Extensão do Sistema Interceptor e Elevatório de Quelfes - Ligação do Cerro Azul ao Sistema Nascente de Olhão	2008/07/18	1.177.658,88	Em curso
Posto de Seccionamento/Transformação e Ramal de Média Tensão da Estação Elevatória de Águas Residuais EE2 Faro Noroeste	2008/10/10	41.666,12	Concluída
Sistema Interceptores e Elevatórios de Olhão e Reabilitação da ETAR de Olhão Poente - Instalação de Edifício Pré-Fabricado para PTD (junto à EEAR de Quelfes)	2008/02/06	8.410,00	Concluída
Sistema Itermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	2008/04/17	524.524,78	Em curso
Sistema Itermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	2008/06/17	1.344.067,00	Em curso
Inspeção das Soldaduras no Sistema Interceptor de Castro Marim	2008/05/16	25.200,00	Em curso
Inspeção das Soldaduras no Sistema Interceptor de Castro Marim	2008/09/15	12.150,00	Em curso
Alteração do Sistema Interceptor de Castro Marim na Rotunda da EN122	2008/02/22	79.966,21	Em curso
Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila real de Santo António	2008/09/15	647.920,85	Em curso
Estação de Tratamento de Águas Residuais de Águas Residuais de Alferce	2008/05/20	13.996,08	Concluída
Optimização do Equipamento Electromecânico da ETAR de Alcoutim	2008/05/20	3.438,70	Em curso
Remoção de Lamas da ETAR Poente de Olhão	2008/05/20	37.328,54	Concluída
Reabilitação das ETARs de Ferreira e Paderne e Construção do Sistema de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Salir - Lote II	2008/03/10	1.645.534,89	Em curso
Desvio da Conduta Elevatória CI - ETAR Poente de Olhão	2008/04/29	124.440,40	Em curso
Desvio da Conduta Elevatória CI - ETAR Poente de Olhão - 2ª Fase	2008/10/01	163.015,77	Em curso
Desvio da Conduta Elevatória CI - ETAR Poente de Olhão	2008/10/08	30.000,00	Em curso
Muro de Suporte no Reservatório do Cabeço	2008/05/05	34.488,96	Em curso
		7.728.756,17	
Total		17.813.540,71	

c) Investimentos Futuros

O investimento futuro previsto nos Contratos de Concessão e calculados com base nos estudos de viabilidade económica e financeira em vigor para as respectivas áreas de negócio da Empresa a preços constantes são os seguintes:

Investimentos Futuros	
Abastecimento de Água	61.301.492
Saneamento	151.918.147

Os investimentos futuros estão calculados com base em estudos de viabilidade económica e financeiros efectuados em Outubro de 2007 para o abastecimento de água e para o saneamento, não estando os mesmos ainda formalmente aprovados pelo Concedente.

d) Barragem de Odelouca

Através do protocolo assinado em 22 de Dezembro de 2006 com o INAG, a Empresa assumiu a construção da barragem de Odelouca, cujo valor do investimento se estima ser de cerca de 76,3 milhões de euros (81,9 se considerada a candidatura de construção do CNRCLI).

32. Garantias Prestadas

A Empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

Garantias Bancárias	
Entidade	Valor (€)
Abastecimento de Água	
Ministério do Ambiente e Recursos Naturais	249.398,95
Tribunais Cíveis	8.979.649,36
EDP	1.526,57
Petrogal	10.474,76
	9.241.049,64
Saneamento Básico	
Ministério do Ambiente e Recursos Naturais	250.000,00
Tribunais Cíveis	2.895.024,01
Estradas de Portugal	15.300,00
	3.160.324,01
Total	12.401.373,65

35. a 38. Forma de Realização do Capital Social

O Capital Social subscrito está representado por 5.965.000 ações de valor nominal de 5 Euros cada, e a sua estrutura em 31/12/2008 era a seguinte:

Accionistas	Ações		%	Por realizar
	N.º	Valor		
Águas de Portugal, SGPS, S.A	3.247.447	16.237.235	54,44	0
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	4,85	0
Município de Alcoutim	17.236	86.180	0,29	0
Município de Aljezur	34.046	170.230	0,57	0
Município de Castro Marim	32.787	163.935	0,55	0
Município de Faro	409.788	2.048.940	6,87	701.312
Município de Lagoa	187.813	939.065	3,15	0
Município de Lagos	202.726	1.013.630	3,40	0
Município de Loulé	338.797	1.693.985	5,68	0
Município de Monchique	25.718	128.590	0,43	0
Município de Olhão	230.791	1.153.955	3,87	594.125
Município de Portimão	369.206	1.846.030	6,19	0
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	0,83	0
Município de Silves	222.439	1.112.195	3,73	0
Município de Tavira	135.680	678.400	2,27	0
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	0,90	0
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	1,98	0
Total	5.965.000	29.825.000	100,00	1.295.437

40. Movimentos Ocorridos nas Contas de Capitais Próprios

No exercício de 2008, verificaram-se movimentos nos Capitais Próprios que resultam da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2007, no montante de um lucro de 1.885.399,42€ por aplicação em Resultados Transitados, Reservas e Dividendos.

	S. Inicial	Aumentos	Transferência	S. Final
Capital Social	29.825.000,00			29.825.000,00
Reservas Legais	388.144,62		94.269,97	482.414,59
Reservas Livres	1.332,68			1.332,68
Resultados Transitados	6.605.038,03		20.867,78	6.625.905,81
Resultados do Exercício	1.885.399,42	2.055.376,08	-1.885.399,42	2.055.376,08
Total	38.704.914,75	2.055.376,08	-1.770.261,67	38.990.029,16

41. Demonstração do Custo das Matérias Consumidas

O custo das matérias consumidas durante o exercício de 2008 no processo produtivo, demonstra-se como se segue:

Movimentos	ETA de Tavira	ETA de Alcantarilha	ETA do Beliche	ETA das Fontainhas	Matérias consumidas Total (€)
Existências Iniciais	230.782,10	331.091,03	16.902,81	27.838,70	606.614,64
Compras	1.024.241,19	828.485,99	65.368,59	632.507,53	2.550.603,30
Regularização de existências	942,26	59,39	0,00	0,00	1.001,65
Existências Finais	288.997,12	396.370,54	25.557,52	19.238,19	730.163,37
Custos do Exercício	965.083,91	763.147,09	56.713,88	641.108,04	2.426.052,92

42. Demonstração do Custo das Vendas e das Prestações de Serviços

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Prestações de Serviços	Total
Existências Iniciais	606.614,64	-	-	606.614,64
Entradas da Produção + compras	13.639.400,27	-	20.626.002,66	34.265.402,93
Regularização de existências	1.938,06	-	-	1.938,06
Saídas para a Produção	0,00	-	-	0,00
Existências Finais	730.163,37	-	-	730.163,37
Custos das Vendas e das Prestações	13.513.913,48	0,00	20.626.002,66	34.139.916,14

43. Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais no exercício de 2008 foram as seguintes:

Órgão Social	Remuneração	
	2008	2007
Assembleia Geral	414,70	0,00
Conselho de Administração	278.328,67	276.836,01
Fiscal Único / ROC	16.550,00	20.565,00
Total	295.293,37	297.401,01

44. Repartição do Valor das Vendas e Prestação de Serviços por Actividades e Mercados

Mercado Nacional	2008	2007	Varição
Venda de Água Tratada	29.029.207,67	28.457.876,11	2,01%
Prest. Serviços Águas Residuais	17.265.100,73	11.983.611,62	44,07%
Total	46.294.308,40	40.441.487,73	14,47%

45. Resultados Financeiros

Custos e Perdas Financeiras	2008	2007
Juros suportados	8.288.949,42	5.512.108,09
Dif. de Câmbio Desfavoráveis	0,00	34,03
Outros	808.314,88	645.015,62
Total	9.097.264,30	6.157.157,74
Proveitos e Ganhos Financeiros		
Juros Obtidos	905.147,67	529.696,68
Descontos de p.p. obtidos	0,00	0,00
Outros	18.470,31	171,08
Total	923.617,98	529.867,76
Resultado Financeiro	-8.173.646,32	-5.627.289,98

A rubrica Juros Suportados é assim decomposta da seguinte forma:

Juros Suportados	2008	2007	Varição
Encargos Bancários CP - C/C	3.072.122,65	2.576.294,24	495.828,41
BEI	4.683.907,52	2.871.682,56	1.812.224,96
Juros de Mora e Compensatórios	11.811,33	22.585,08	-10.773,75
Juros de Locação Financeira	38.194,76	41.081,21	-2.886,45
Outros Juros	482.913,16	465,00	482.448,16
Total	8.288.949	5.512.108	2.776.841

As variações ocorridas nos Juros Suportados resultam do aumento do endividamento bancário corrente de curto prazo. As necessidades resultantes do contínuo melhoramento e aperfeiçoamento das infra-estruturas que integram o Sistema de Saneamento do Algarve, implicaram o recurso ao crédito de curto prazo, que no final do ano foi substituído em parte por um empréstimo a MLP do BEI.

46. Resultados Extraordinários

Custos e Perdas Extraordinários	2008	2007
Donativos	81.515,60	41.790,93
Multas e penalidades	0,00	6.292,91
Perdas em existências	1.516,36	1.938,06
Perdas em imobilizações	596,42	25.962,55
Aumentos de Amortizações	0,00	0,00
Correções relativas a exerc. anteriores	93.747,18	81.354,35
Outros custos e perdas Extraordinárias	4.896,91	0,11
Total	182.272,47	157.338,91
Proveitos e Ganhos Extraordinários		
Restituição de Impostos	12.431,83	5.387,56
Correções relativas a exerc. Anteriores	102.355,43	75.288,52
Ganhos em imobilizações	171.871,56	9.921,72
Ganhos em Existências	279,24	0,00
Outros ganhos e proveitos extraordinários	3.126.878,70	2.808.784,91
Total	3.413.816,76	2.899.382,71
Resultados Extraordinários	3.231.544,29	2.742.043,80

A rubrica Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários, no montante de 3.126.878,70 € correspondem na sua maioria ao reconhecimento dos Subsídios ao Investimento – Fundo de Coesão, no valor de 3.124.545,02€.

47. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), as disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. não possui quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2008, não foram efectuados quaisquer negócios entre a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. e membros dos seus órgãos sociais;
- Na nota 35 a 38. Capital deste relatório, é apresentada a estrutura accionista completa da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447.º e 448.º do CSC;
- Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Setembro, informa-se que a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2008, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de Dezembro, cujo pagamento se efectuou em Janeiro de 2009, nos prazos legais.

48. Outras Informações Relevantes

48.1. Remunerações dos Capitais Próprios

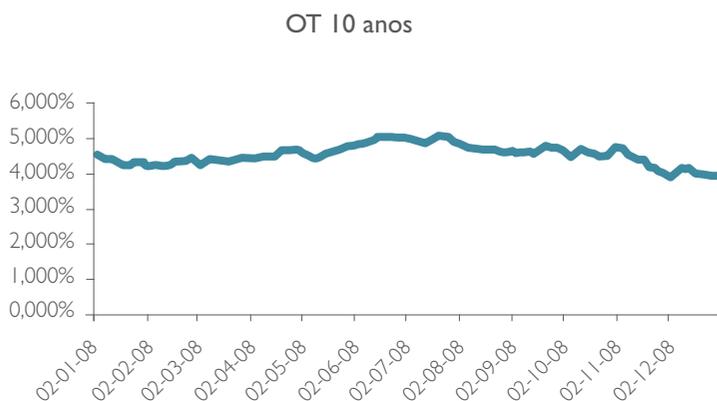
Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro (OT) ou outra equivalente que venha a substituir; acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O Valor da remuneração do capital calculado nos termos de concessão á data de 31 de Dezembro de 2008 atingia o valor de 19.399.271,38 €.

As taxas utilizadas para o cálculo dos montantes acima indicados foram os seguintes:

Ano	Taxa Sem Risco OT	Taxa Com Risco (base de calculo)
1995	10,0520%	13,0520%
1996	7,2671%	10,2671%
1997	5,4977%	8,4977%
1998	4,2660%	7,2660%
1999	2,9650%	5,9650%
2000	4,4667%	7,4667%
2001	5,1583%	8,1583%
2002	5,0058%	8,0058%
2003	4,1783%	7,1783%
2004	4,1439%	7,1439%
2005	3,4379%	6,4379%
2006	3,9147%	6,9147%
2007	4,4242%	7,4242%
2008	4,5199%	7,5199%

A evolução das OTs em 2008 foi a demonstrada no Gráfico abaixo:



48.2. Litígios e contingências

A Empresa tem quatro acções a correr em tribunal já devidamente contestadas.

Duas acções referem-se ao Sistema do Sotavento a correr no Tribunal de Competência Especializada Civil e Criminal de Faro no valor de 1.255.044,27 € e €70.151,49 €, respectivamente.

A terceira acção refere-se ao Sistema do Barlavento e corre no Tribunal Administrativo de círculo de Lisboa no valor de 1.909.823,20 €.

A quarta acção (processo 232/2000 - Soares da Costa, SA) refere-se ao sistema do Barlavento e corre no Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa no valor de 2.662.000 €.

Em todos os processos a Empresa entende que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias referentes às referidas empreitadas, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.

48.3. Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento da Águas do Algarve totalizaram até final de 2007 no Sistema da Água o montante de 107.525.365,00 €, sendo 48.460.051,00 € do Sistema do Sotavento e 59.065.314,00 € do Sistema do Barlavento. Estes subsídios resultam da comparticipação do Fundo de Coesão às duas candidaturas ao II Quadro Comunitário em 84% e 85% respectivamente da despesa elegível e ao III Quadro Comunitário em 50%.

No ano de 2008 foi acrescido o reconhecimento do subsídio à Construção do CNRC do Lince Ibérico, no valor de 4.252.002,00 €.

Do Sistema de Abastecimento de Água, estão reconhecidos em Balanço até final de 2008, os subsídios de 95.581.749 € e 11.943.615,72 € referentes respectivamente, ao II e III Quadros Comunitários de Apoio e 4.252.002,00 € referente à Construção do CNRC do Lince Ibérico.

No Sistema do Saneamento os subsídios totalizaram até final de 2007 os montantes de 2.112.178,60 € para Estudos e Projectos e de 26.319.025,59 € para as Obras, resultantes respectivamente da comparticipação do investimento elegível em 85% e 56%.

No ano de 2008 foi acrescido o reconhecimento do subsídio ao Sistema Interceptor e de Tratamento de Águas Residuais de Vila Real de Santo António, no valor de 4.128.450,00 €.

Do Sistema de Saneamento foram reconhecidos em Balanço os valores de 2.123.228,60 € referente à candidatura de Estudos e Projectos, e 26.319.025,59 € referente á Candidatura de Obras. Podem resumir-se nos três mapas seguintes a evolução do investimento comparticipado no âmbito do III QCA:

Interligação dos Sistemas Multimunicipais de Água Potável do Barlavento e do Sotavento Algarvios - Proc.FC.2000/PT/16/C/PE/006						
	2000	2001	2002	2003	2004 e seg.	Total
Decisão em Vigor	2.692	6.483	7.881	3.246	3.338	23.640
Despesa realizada	1.438	4.538	8.743	5.061	3.860	23.640

Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve Estudos/Projectos/Acessorias- 1ª Fase - Proc. FC2002/PT/16/C/PE/004						
	2002	2003	2004	2005	2006 e seg.	Total
Decisão em Vigor	600	1.047	629	209	0	2.485
Despesa realizada	172	436	323	339	1.215	2.485

Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve - Proc. FC2003/PT/16/C/PE/001						
	2003	2004	2005	2006	2007 e seg.	Total
Decisão em Vigor	3.393	22.146	16.012	5.447	0	46.998
Despesa realizada	64	38	9.287	18.558	26.287	54.234

Intercepção e Tratamento de Águas Residuais no Concelho VRSA - Proc. FC1996/021						
	Até 2006	2007	2008	2009	2010	Total
Decisão em Vigor	9.761	331	2.638	1.889	0	14.618
Despesa realizada	9.761	0	3.795	0	0	13.555

Construção do CNRC do Lince Ibérico - Proc. POA 1.1/00067						
	2007	2008	---	---	---	Total
Decisão em Vigor	703	4.967				5.669
Despesa realizada	703	4.967				5.669

Outras informações – Aquisição de infra-estruturas

Em 2008 não se procedeu a nenhuma aquisição e infra-estruturas, havendo apenas lugar à correcção de 130.200 € relativamente a Vila Real de Santo António.

48.4. Detalhe de acréscimos e diferimentos

À data de 31/12/2008, a conta de Acréscimos e Diferimentos era composta pelos seguintes valores:

	2008	2007
Acréscimos de Proveitos		
Juros a reconhecer	10.583,07	24.561,28
Outros	2.508.139,62	1.455.320,26
	2.518.722,69	1.479.881,54
Custos Diferidos		
Seguros	108.263,10	87.285,10
Outros	41.416,68	12.478,11
	149.679,78	99.763,21
Acréscimos de Custos		
Remunerações a Liquidar	902.778,16	990.341,90
Investimento Futuro Esperado	18.179.562,33	18.066.067,79
Juros a Liquidar	1.047.990,52	1.129.276,86
Seguros a Liquidar	23.539,13	0
Outros	2.325.706,91	1.388.357,64
	22.479.577,05	21.574.044,19
Proveitos Diferidos		
Subsídios ao Investimento	155.075.193,07	100.614.653,68
Comodato	11.188.672,93	11.623.958,66
Diversos	1.474.064,10	46.138.049,78
	167.737.930,10	158.376.662,12
Impostos Diferidos		
Impostos Diferidos Activos	11.199,07	0
	11.199,07	0
Acréscimos e Diferimentos	-187.537.905,61	-178.371.061,56

Os valores registados em «Acréscimos de Proveitos–Outros» corresponde a despesas incorridas pela Empresa que serão debitadas em 2009 aos consórcios prestadores de serviços.

Em «Custos Diferidos – Outros» foram registados encargos bancários e custos diferidos com a Manutenção e as Assistências Técnicas estimadas com diversos equipamentos.

O valor registado em «Investimentos Futuros Esperado» é relativo ao valor acumulado da amortização dos bens reversíveis pelo método dos caudais de acordo com a Directriz Contabilística nº4.

O Saldo da rubrica de «Subsídios ao Investimento» representa o valor total do subsídio, deduzido dos valores já reconhecidos em proveitos até 31.12.2008.

Dos valores ainda por reconhecer em proveitos são:

- Subsídio do II QCA para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Sotavento e Barlavento Algarvio – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 95.581.749. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 66.124.514;
- Subsídio do III QCA para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 11.943.616. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 9.987.368;
- Subsídio do III QCA para o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve - Projectos e Assessorias – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 2.123.229. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 1.988.444;
- Subsídio do III QCA para o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 26.319.026. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 24.644.632;
- Subsídio do III QCA para o Sistema Interceptor e de Tratamento de Águas Residuais de Vila Real de Santo António – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 3.225.420. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 3.136.347;
- Subsídio do POA para a Construção do CNRC do Lince Ibérico – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 4.252.002. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 4.143.072;
- Estão ainda por reconhecer € 56.239.489 referentes ao reconhecimento do Comodato do Beliche e integração de outras infra-estruturas.

O reconhecimento dos subsídios acima referidos seguiu o critério de cálculo do método dos caudais utilizado no cálculo das amortizações do exercício.

48.5. Devedores e Credores

À data de 31/12/2008, estas rubricas apresentavam o seguinte detalhe:

	2008	2007
Outros Credores		
Pessoal	2.081,76	9.928,43
Consultores, Assesores e Intermédios	18.259,52	8.499,03
Credores Diversos	3.106.203,15	3.892.201,50
Cauções de Fornecedores	169.950,13	345.165,29
Sindicatos	153,09	0
	3.296.647,65	4.255.794,25
Outros Devedores		
Fundo de Coesão	26.222.570,81	21.865.378,96
Pessoal	1.078,10	1.260,99
Outros Devedores Diversos	1.224,62	131.480,98
	26.224.873,53	21.998.120,93

A rubrica de «Credores Diversos» inclui os valores adiantados pelos accionistas para a realização do aumento de capital na área do Saneamento, dívidas a seguradoras e Empresas de «Leasing».

48.6. Empréstimos bancários

Os Empréstimos Bancários vencem juros à taxa de mercado.

O montante de 146.437.152,18 € registado a médio e longo prazo refere-se a sete empréstimos do BEI, cujas datas finais de reembolso serão em 2018 e 2032, sendo que dois deles já estão a ser reembolsados trimestralmente.

48.7. Estado

À data de 31/12/2008, a principal rubrica do Activo de «Estado e Outros Entes Públicos» era composta pelos pedidos de reembolso de IVA no valor de 935.198,67€ os quais estão a ser solicitados os respectivos reembolsos junto dos serviços competentes do IVA.

48.8. Comparabilidade da demonstração de resultados por funções

A Demonstração de Resultados por Funções foi elaborada de acordo com o previsto no POC. Todavia para a sua elaboração a Empresa utiliza a Contabilidade Analítica. Desde 2003 que se tem vindo a implementar um sistema de gestão baseado em um Modelo de Contabilidade Analítica diferente do adoptado em anos anteriores em virtude das suas necessidades nas duas áreas de negócio. Deste modo, a comparabilidade deste mapa em algumas rubricas pode sofrer algumas adaptações ao novo Modelo face a anos anteriores.

48.9. Outras

De acordo com o n.º12 da cláusula 17ª, do Contrato de Concessão, durante o ano de 2008, foi liquidado ao INAG (Instituto da Água) o valor de 1.000.000 €, destinado à comparticipação nas despesas das obras e manutenção do Sistema Odeleite-Beliche. Este valor encontra-se reflectido na contabilidade na conta de fornecimentos e serviços externos.

Faro, 11 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Artur Ribeiro
(Vogal)



José Mestre
(Vogal)



Desidério Silva
(Vogal)



Francisco Leal
(Vogal)

Demonstrações Financeiras

Balanço

(Euros)

COD. CONTAS POC	ACTIVO	2008			2007
		Activo Bruto	Amortizações Acumuladas	Activo Líquido	Activo Líquido
	IMOBILIZADO				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	339.902,29	173.313,72	166.588,57	
432	Despesas de invest. e desenvolvimento	236.923,26	219.143,43	17.779,83	85.568,36
433	Propriedade indust. e outros direitos	433.431,41	39.959,20	393.472,21	389.592,61
434	Trespases				
441/6	Imobilizações em curso				
449	Adiant. p/ conta imobiliz. Incorpóreas				
	Subtotal	1.010.256,96	432.416,35	577.840,61	475.160,97
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	10.077.559,32	1.787.248,79	8.290.310,53	8.115.021,91
422	Edifícios e outras construções	93.578.019,32	24.616.140,26	68.961.879,06	66.038.168,61
423	Equipamento básico	223.158.989,43	51.096.286,08	172.062.703,35	173.705.753,29
424	Equipamento de transporte	300.915,31	173.903,71	127.011,60	143.476,22
425	Ferramentas e utensílios	1.126.893,76	342.733,37	784.160,39	827.983,36
426	Equipamento administrativo	2.418.420,21	1.332.790,71	1.085.629,50	977.680,15
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	43.607,77	9.400,28	34.207,49	36.192,38
441/6	Imobilizações em curso	123.883.214,21		123.883.214,21	79.612.099,37
448	Adiant. p/ conta imobiliz. Corpóreas	375.182,99		375.182,99	2.635.551,32
	Subtotal	454.962.802,32	79.358.503,20	375.604.299,12	332.091.926,61
	Investimentos financeiros				
4111	Partes de capital em Empresas grupo				
4121+4131	Empréstimos a Empresas do grupo				
4112	Partes de capital em Empresas assoc.				
4122+4132	Empréstimos a Empresas associadas				
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	6.613.772,86		6.613.772,86	5.307.522,48
4123+4133	Outros empréstimos concedidos				
441/6	Imobilizações em curso				
447	Adiant. p/ conta de invest. financ				
	Subtotal	6.613.772,86	0,00	6.613.772,86	5.307.522,48
	CIRCULANTE				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsid. e consumo	730.163,37		730.163,37	606.614,64
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprod., desperd., resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos p/conta de compras				
	Subtotal	730.163,37	0,00	730.163,37	606.614,64
	Dívidas de terceiros - curto prazo				
211	Clientes, c/c	13.560.880,52		13.560.880,52	11.939.084,97
212	Clientes - Títulos a receber				
218	Clientes de cobrança duvidosa				
252	Empresas do grupo				
253+254	Empresas participadas e participantes				
251+255	Outros accionistas (sócios)				
229	Adiant. a fornecedores	22,82		22,82	8.292,24
2619	Adiant. a forneced. de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	935.202,50		935.202,50	1.018.393,79
262+266/7/8+221	Outros devedores	26.224.874,00	126.381,14	26.098.492,86	21.954.552,32
264	Subscritores de capital	1.295.437,33		1.295.437,33	1.523.893,83
	Subtotal	42.016.417,17	126.381,14	41.890.036,03	36.444.217,22
	Títulos negociáveis				
1511	Acções em Empresas do grupo				
1521	Obrig. e tít. de part. em emp. do grupo				
1512	Acções em Empresas associadas				
1522	Obrig. e tít. de part. em emp. Assoc.				
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos bancários e caixa				
12+13+14	Depósitos bancários	7.764.497,10		7.764.497,10	6.744.440,53
11	Caixa	9.250,00		9.250,00	9.250,20
	Subtotal	7.773.747,10	0,00	7.773.747,10	6.753.690,73
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	2.518.722,69		2.518.722,69	1.479.881,54
272	Custos diferidos	149.679,78		149.679,78	99.763,21
276	Impostos Diferidos	11.199,07		11.199,07	
	Subtotal	2.679.601,54	0,00	2.679.601,54	1.579.644,75
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		79.790.919,55		
	TOTAL DE AJUSTAMENTOS		126.381,14		
	TOTAL DE ACTIVO	515.786.761,32	79.917.300,69	435.869.460,63	383.258.777,40

COD.CONTAS POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2008	2007
	CAPITAL PRÓPRIO		
51	Capital	29.825.000,00	29.825.000,00
	Acções (quotas) próprias:		
521	Valor nominal		
522	Prémios e descontos		
53	Prestações suplementares		
54	Prémios de emissão de acções (quotas)		
55	Ajust.pertes de capital em fil. e assoc.		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	482.414,59	388.144,62
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574 a 579	Reservas livres	1.332,68	1.332,68
59	Resultados transitados	6.625.905,81	6.605.038,03
88	Resultado líquido do exercício	2.055.376,08	1.885.399,42
89	Dividendos antecipados		
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	38.990.029,16	38.704.914,75
	PASSIVO		
	Provisões		
291	Provisões para pensões		
292	Provisões para impostos		
293/8	Outras provisões		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Longo Prazo		
231+12	Dívidas a instituições de crédito	146.437.152,18	67.318.276,09
		146.437.152,18	67.318.276,09
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
	Empréstimos por obrigações:		
2321	Convertíveis		
2322	Não convertíveis		
233	Empréstimos p/títulos participação		
231+12	Dívidas a instituições de crédito	29.648.165,24	75.009.409,09
269	Adiantamentos p/conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	5.774.038,71	7.396.965,50
228	Forneced.-Facturas recepção e confer.	380.255,96	131.662,92
222	Fornecedores - Títulos a pagar		
2612	Forneced. imobilizado-Títulos a pagar		
252	Empresas do grupo	400.856,11	997.934,79
253+254	Empresas participadas e participantes		
251+255	Accionistas	10.617.180,57	
219	Adiantamentos de clientes		
239	Outros empréstimos obtidos		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	9.697.017,42	9.023.881,52
24	Estado e outros entes públicos	410.610,48	821.719,42
262 a 265++267+268+211	Outros credores	3.296.647,65	3.903.307,02
		60.224.772,14	97.284.880,26
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	22.479.577,05	21.574.044,18
274	Proveitos diferidos	167.737.930,10	158.376.662,12
		190.217.507,15	179.950.706,30
	TOTAL DO PASSIVO	396.879.431,47	344.553.862,65
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	435.869.460,63	383.258.777,40

Demonstração de Resultados por Natureza

(Euros)

POC	CUSTOS e PERDAS	2008		2007	
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				
	Mercadorias				
	Matérias	2.426.052,92	2.426.052,92	2.398.063,51	2.398.063,51
62	Fornecimentos e Serviços Externos	20.751.896,20	20.751.896,20	17.745.250,49	17.745.250,49
641+642	Remunerações	4.649.172,49		4.635.880,09	
	Encargos sociais				
643+644	Pensões				
645/8	Outros	1.100.847,59	5.750.020,08	1.130.754,42	5.766.634,51
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	14.010.042,90		12.249.392,03	
666+667	Ajustamentos	82.812,60			
67	Provisões		14.092.855,50		12.249.392,03
63	Impostos	918.232,04		860.536,27	
65	Outros custos e perdas operacionais	7.923,93	926.155,97	6.566,51	867.102,78
	(A).....		43.946.980,67		39.026.443,32
682	Perdas em Empresas do grupo e associadas	0,00		0,00	
683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	0,00		0,00	
	Juros e custos similares:				
	Relativos a Empresas do grupo	482.913,16		465,00	
	Outros	8.614.351,14	9.097.264,30	6.156.692,74	6.157.157,74
	(C).....		53.044.244,97		45.183.601,06
69	Custos e perdas extraordinários	182.272,47	182.272,47	157.338,91	157.338,91
	(E).....		53.226.517,44		45.340.939,97
86	Imposto s/ rendimento do exercício	816.862,54	816.862,54	669.343,62	669.343,62
	Impostos Diferidos	- 11.199,07	- 11.199,07	115.658,96	115.658,96
	(G).....		54.032.180,91		46.125.942,55
88	Resultado Líquido do exercício		2.055.376,08		1.885.399,42
			56.087.556,99		48.011.341,97

Demonstração de Resultados por Natureza (cont.)

(Euros)

POC	PROVEITOS e GANHOS	2008		2007	
71	Vendas				
	Mercadorias				
	Produtos	29.029.207,67		28.457.876,11	
72	Prestação de Serviços	17.265.100,73	46.294.308,40	11.983.611,62	40.441.487,73
75	Trabalhos para a própria Empresa	3.565.297,25	3.565.297,25	2.663.576,82	2.663.576,82
73	Proveitos suplementares	1.851.807,76		1.465.040,83	
74	Subsídio a exploração	38.708,84		11.986,12	
77	Reversões de Amortizações e Ajustamentos		1.890.516,60		1.477.026,95
	(B).....		51.750.122,25		44.582.091,50
78	Proveitos e ganhos financeiros	923.617,98	923.617,98	529.867,76	529.867,76
	(D).....		52.673.740,23		45.111.959,26
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3.413.816,76	3.413.816,76	2.899.382,71	2.899.382,71
	(F).....		56.087.556,99		48.011.341,97
	Resultados Operacionais: (B-A)=		7.803.141,58		5.555.648,18
	Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)=		-8.173.646,32		-5.627.289,98
	Resultados Correntes: (D)-(C)=		- 370.504,74		- 71.641,80
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)=		2.861.039,55		2.670.402,00
	Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=		2.055.376,08		1.885.399,42

O Conselho de Administração
 Marques Ferreira (Presidente)
 Artur Ribeiro (Administrador)
 José Mestre (Administrador)
 Desidério Jorge da Silva (Vogal)
 Francisco José Leal (Vogal)
 José Manuel Perdígão (Director Administrativo e Financeiro)

O Técnico Oficial de Contas
 António Rabeca

Demonstração de Resultados por Funções

(Euros)

	31-12-2008	Exercícios	31-12-2007
Vendas e Prestação de Serviços	46.294.308,40		40.441.487,73
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	34.139.916,14		30.793.303,34
Resultados Brutos	12.154.392,26		9.648.184,39
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	8.869.630,61		4.241.877,41
Custos de Distribuição	0,00		0,00
Custos de exploração	0,00		0,00
Custos Administrativos	5.727.963,18		5.000.981,35
Outros Custos e Perdas Operacionais	4.261.373,82		591.388,47
Resultados Operacionais	11.034.685,87		8.297.691,98
Custo Líquido do Financiamento	-8.173.646,32		-5.627.289,98
Ganhos(Perdas) em Filiais e Associadas			
Ganhos(Perdas) em Outros Investimentos			
Resultados Correntes	2.861.039,55		2.670.402,00
Imposto Sobre os Resultados Correntes	805.663,47		785.002,58
Resultados Correntes após Impostos	2.055.376,08		1.885.399,42
Resultados Extraordinários	0,00		0,00
Imposto Sobre os Resultados Extraordinários	0,00		0,00
Resultados Líquidos	2.055.376,08		1.885.399,42
Resultados Por Acção	0,345		0,316

O Conselho de Administração

Marques Ferreira (Presidente)
 Artur Ribeiro (Administrador)
 José Mestre (Administrador)
 Desidério Jorge da Silva (Vogal)
 Francisco José Leal (Vogal)
 José Manuel Perdigão (Director Administrativo e Financeiro)

O Técnico Oficial de Contas

António Rabeca

Demonstração dos Fundos de Caixa

(Euros)

	2008	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos Provenientes de:		
Clientes	47.833.505,70	38.634.110,51
Outros Devedores	0,00	0,00
Reembolsos de Impostos	933.541,91	18.634.426,05
Outros Recebimentos de Exploração	0,00	675.653,10
Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	71.407,79	2.960,18
Recebimentos das Actividades Operacionais ...	48.838.455,40	57.947.149,84
Pagamentos Respeitantes a:		
Fornecedores	29.043.597,86	26.709.936,31
Outros Credores	0,00	0,00
Pessoal	5.180.981,19	3.650.882,02
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	2.075.813,63	648.460,89
Pagamento de Segurança Social, ADSE e CGA	1.416.644,10	1.421.264,48
Pagamento de Outros Impostos	42.610,65	147.962,38
Outros Pagamentos de Exploração	0,00	0,00
Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	0,00	54.492,10
Pagamentos das Actividades Operacionais ...	37.759.647,43	32.632.998,18
Fluxo das actividades operacionais (1)	11.078.807,97	25.314.151,66
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Alienação de Investimentos Financeiros	5.307.522,48	4.365.696,04
Alienação de Imobilizado Corpóreo	1.724,29	13.652,60
Alienação de Imobilizado Incorpóreo	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	8.173.442,64	25.875,49
Juros e Proveitos Similares	329.450,11	241.606,51
Rendimentos de Partes de Capital	0,00	0,00
Outros Não Especificados	0,00	0,00
Recebimentos das Actividades de Investimento ...	13.812.139,52	4.646.830,64
Pagamentos Respeitantes a:		
Aquisições de Investimentos Financeiros	6.613.772,86	5.307.522,48
Aquisição de Imobilizado Corpóreo	2.624.626,55	4.799.734,02
Aquisição de Imobilizado Incorpóreo	24.702,88	0,00
Aquisição de Imobilizado em Curso	49.711.603,09	32.060.025,19
Juros e Custos Similares	0,00	0,00
Outros Não Especificados	0,00	0,00
Pagamentos das Actividades de Investimento ...	58.974.705,38	42.167.281,69
Fluxo das actividades de investimento (2)	-45.162.565,86	-37.520.451,05
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Empréstimos Obtidos	81.115.370,15	19.853.838,36
Aumentos de Capital, Prestações Suplementares e Prémios de Emissão	228.463,00	856.275,17
Subsídios e Doações	13.362,06	0,00
Venda de Acções (Quotas) Próprias	0,00	0,00
Cobertura de Prejuízos	0,00	0,00
Outros Não Especificados	13,94	1.032,32
Recebimentos das Actividades de Financiamento ...	81.357.209,15	20.711.145,85
Pagamentos Respeitantes a:		
Reembolsos de Empréstimos Obtidos	35.864.980,36	15.376.870,98
Amortizações de Contratos de Locação Financeira	0,00	0,00
Juros e Custos Similares	7.903.695,72	5.557.950,34
Dividendos	991.781,81	0,00
Reduções de Capital e Prestações Suplementares	0,00	0,00
Compra de Acções (Quotas) Próprias	0,00	0,00
Outros Não Especificados	0,00	0,00
Pagamentos das Actividades de Financiamento ...	44.760.457,89	20.934.821,32
Fluxo das actividades de investimento (3)	36.596.751,26	-223.675,47
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (1+2+3)	2.512.993,37	-12.429.974,86
Efeito das Diferenças de Câmbio	0,00	0,00
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	-21.908.188,98	-9.478.214,12
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	-19.395.195,61	-21.908.188,98

Discriminação dos Componentes de Caixa e Seus Equivalentes:	2008	2007
Numerário	9.250,00	9.250,20
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	7.764.497,10	8.210.712,71
Descobertos Bancários	-27.168.942,71	-30.128.151,89
Disponibilidades constantes do Balanço	-19.395.195,61	-21.908.188,98

O Conselho de Administração

Marques Ferreira (Presidente)
 Artur Ribeiro (Administrador)
 José Mestre (Administrador)
 Desidério Jorge da Silva (Vogal)
 Francisco José Leal (Vogal)
 José Manuel Perdigão (Director Administrativo e Financeiro)

O Técnico Oficial de Contas

António Rabeca

Relatório e Parecer do Fiscal Único



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3.^o
1069-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Algarve, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras, e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

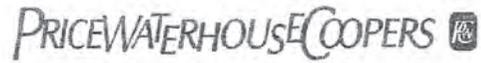
i) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos, excepto nos aspectos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados excepto nos aspectos mencionados na Certificação Legal das Contas;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Relatório e Parecer do Fiscal Único (cont.)



Águas do Algarve, S.A.
6 de Março de 2009

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

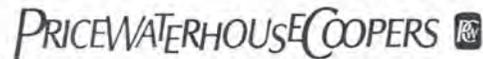
6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento, ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 6 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

Certificação Legal de Contas



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 v 3º
1066-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 435.869.460,63 euros e um total de capital próprio de 38.990.029,16 euros, incluindo um resultado líquido de 2.055.376,08 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

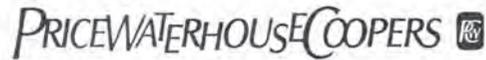
3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nºs 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Certificação Legal de Contas (cont.)



Águas do Algarve, S.A.

6 de Março de 2009

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7 A empresa estimou o seu investimento, custos e proveitos totais da Concessão com base num Estudo de Viabilidade Económico-Financeira actualizado, mas ainda não aprovado pelo Concedente, cujos principais pressupostos foram aprovados em Assembleia Geral, entre os quais a extensão do prazo da concessão, da competência única do Concedente. No entanto, dado que ainda não estão formalmente aprovadas as condições em que será recuperado o valor de investimento previsto, eventuais ajustamentos poderão revelar-se necessários caso aquelas sejam diferentes das consideradas pela empresa.

8 Considerando o exposto na lei de bases no que se refere a novos investimentos não previstos no contrato de concessão, aprovados ou impostos pelo Concedente, o método utilizado pela Empresa para determinar o valor de indemnização a pagar no final do contrato pelo Concedente e o respectivo complementar de valor amortizável resulta da sua interpretação das regras definidas naquele diploma, pelo que o valor de indemnização a pagar no final do contrato e o respectivo complementar de valor amortizável poderão diferir dos valores apresentados pela Empresa

Opinião

9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos nºs 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Águas do Algarve, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para os seguintes factos:

- i) Por a actividade da Empresa se enquadrar no âmbito das actividades reguladas, em que se determinam tarifas e preços permitindo a recuperação dos custos necessários para providenciar os serviços regulados bem como a remuneração dos capitais aplicados, e não se encontrarem ainda reguladas as regras e métodos que permitam regularizar os excessos e insuficiências de recuperação, optou-se por não registar aqueles excessos ou insuficiências:

2

(2)

Certificação Legal de Contas (cont.)

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

Águas do Algarve, S.A.

6 de Março de 2009

ii) De acordo com o nº 2 da cláusula 16ª do Contrato de Concessão de Saneamento, a Empresa deveria receber anualmente, dos utilizadores, os valores mínimos garantidos anexos ao Contrato de Concessão. Da leitura do nº 6 de mesma cláusula, entende-se que estes valores mínimos só começarão a ser aplicados quando se iniciar a utilização efectiva das infra-estruturas correspondentes, o que não se verifica. Acresce ainda que, de acordo com o nº 4 da mesma cláusula, a medição de caudais reais está sujeita ao reconhecimento do concedente, o que não aconteceu formalmente a esta data. Desta forma, entendeu a Empresa, com a concordância expressa dos utilizadores do sistema, efectuar a sua facturação de acordo com valores de caudal estimado ou com base em medições reais, quando possível.

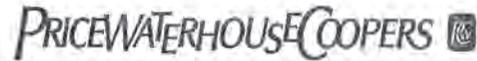
Lisboa, 6 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda,
representada por:



José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

Relatório sobre Procedimentos Concordados



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1009-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Relatório sobre Procedimentos Concordados

Introdução

1 Nos termos da nossa proposta de prestação de serviços de 7 de Outubro de 2008, procedemos à verificação e análise dos Objectivos de Gestão do Conselho de Administração da Águas do Algarve, SA, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Administração e Serviços da Águas do Algarve, SA, a preparação do Capítulo 12 da Parte B do Relatório de Gestão sobre os Objectivos de Gestão para o ano de 2008 da Águas do Algarve que evidencie os valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em emitir um Relatório sobre Procedimentos Concordados com base no trabalho efectuado.

3 Os procedimentos que executámos não constituem uma auditoria nem um exame simplificado, de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e, consequentemente, não será expresso qualquer Parecer.

Âmbito

4 O nosso trabalho foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o objectivo de verificar a conformidade da informação contida no Capítulo 12 da Parte B do Relatório de Gestão sobre os Objectivos de Gestão para o ano de 2008 da Águas do Algarve com os requisitos estabelecidos na Assembleia Geral de 7 de Julho de 2008 e a informação que serviu de suporte à sua preparação e inclusão, nomeadamente:

- a) confirmação da concordância dos indicadores de gestão e dos objectivos constantes daquele Capítulo do Relatório de Gestão com os estabelecidos e aprovados na Assembleia Geral de 7 de Julho de 2008;

Relatório sobre Procedimentos Concordados (cont.)



Águas do Algarve, SA.

9 de Março de 2009

- b) análise da documentação de suporte da informação utilizada no cálculo dos valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos e constantes daquele Capítulo do Relatório de Gestão, a qual foi previamente analisada e validada pelo Departamento de Auditoria Interna do Grupo, incluindo o cumprimento das orientações corporativas, que nos submeteu um relatório sobre as suas conclusões;
- c) confirmação dos cálculos efectuados relativamente aos valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos e constantes daquele Capítulo do Relatório de Gestão, tendo por base os critérios estabelecidos, a metodologia definida na Assembleia Geral de 7 de Julho de 2008 e a documentação referida na alínea anterior.

Conclusão

5 Com base no trabalho efectuado, não foram detectados quaisquer factos ou situações de grande relevância que nos levem a concluir que os valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, contidos no Capítulo 12 da Parte B do Relatório de Gestão apresentado pela Águas do Algarve, SA. para aquele exercício, não estejam em conformidade com os requisitos definidos para a sua elaboração.

Lisboa, 9 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

